

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O JAPÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de mestre em Estudos Orientais

Por

Débora Simões

Faculdade de Ciências Humanas – Instituto de Estudos Orientais

Julho, 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O JAPÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de mestre em Estudos Orientais

Por

Débora Simões

Faculdade de Ciências Humanas – Instituto de Estudos Orientais

Sob a orientação do Professor Doutor Luís Mah

Julho, 2013

Abstract

Japan, a world economic power, has been, for the last decades, one of the top contributors for the United Nations. However, its attempts to win a permanent seat at the United Nations Security Council, the executive power of the organization, have been frustrated. This dissertation analyses how the shift in Japanese foreign policy after the cold war period was translated to the United Nations Security Council. The goal of this dissertation, with an important theoretical chapter, is to study the actions of Japan in the United Nations Security Council as a non-permanent member and see if its actions are coherent with Japan's official foreign policy principles and try to understand if the behavior of Japan in this organization can be explained by the Theory of International Relations.

Abstrato

O Japão, uma potência mundial, tem sido, ao longo das décadas, um dos maiores contribuidores da ONU. No entanto, as suas tentativas de obtenção dum lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o poder executivo da organização, têm sido frustradas. Esta dissertação analisa a mudança da política externa japonesa no período pós guerra fria e como essa política se expressou no Conselho de Segurança das Nações Unidas . O objectivo desta dissertação, com uma importante parte teórica, é estudar a acção do Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente e perceber se as suas acções são coerentes com os princípios fundamentacionais da sua política externa, mas, também, perceber se o comportamento do Japão na organização pode ser explicado pela Teoria das Relações Internacionais.

Índice

Abreviaturas	
Capítulo I	
Introdução	1
Metodologia da tese	4
Estrutura da tese	7
Capítulo II	
Enquadramento teórico	9
1. Liberalismo e Neo-Liberalismo	9
Teorias de <i>softpower</i> de Joseph Nye Jr.	14
2. Realismo e Neo-Realismo	16
3. Construtivismo	21
As Teorias das Relações Internacionais aplicadas ao caso Japonês	25
1. Teoria Liberal	25
2. Teoria Realista	30
3. Teoria Construtivista	32
A Análise de Política Externa	34
A Análise de Política Externa aplicada ao caso Japonês	40
Capítulo III : A política externa japonesa e os seus actores	43
1. A política externa Japonesa	43
1.1. A <i>Doutrina Yoshida</i> como estratégica de desenvolvimento	44
1.1.1. A aliança com os EUA	44
1.1.2. Desenvolvimento Económico	48
1.1.3. Investimento mínimo na área militar	50
1.2. A queda do mundo bipolar e a adaptação a uma nova realidade	51
2. O processo e os agentes de decisão de política externa	61
2.1. Poder Executivo	62
2.1.1. Ministérios	62
2.1.2. O Primeiro-Ministro	64
2.2. A Comunidade Empresarial	65
2.3. Os Partidos Políticos	65
2.4. A opinião pública, a comunidade intelectual e o poder local	67
3. O Japão na ONU	68
Capítulo IV – O Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas	73
1. A questão da reforma	75
2. Japão e a evolução do debate da reforma	77
2.1. Argumentação do Japão	84
(1) Contribuições financeiras	84
(2) Manutenção de paz	86
(3) Não proliferação e desarmamento	89
(4) Por uma ONU mais transparente	94
(5) Esforço na promoção da dignidade humana	95
Capítulo V - Conclusão	99
Anexos	105
Bibliografia	120

Abreviaturas:

APD: Ajuda Pública ao Desenvolvimento

APE: Análise de Política Externa

APEC: Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico

ASEAN RF: Fórum Regional Associação de Nações do Sudeste Asiático

ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático

ASEAN+3: Associação de Nações do Sudeste Asiático + Japão, China e Coreia do Sul

ASEM: The Asia–Europe Meeting

CSCAP: Council for Security Cooperation in Asia Pacific

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

DPJ: Democratic Party of Japan, em português, Partido Democrata do Japão

G8: França, Alemanha, Itália, Japão, Grã-Bretanha, EUA, Canadá. Rússia

IMF: Fundo Monetário Internacional

KEDO: Korean Peninsula Energy Development Organization

LDP: Liberal Democratic Party, em português, Partido Liberal Democrata

METI: Ministério da Economia, Comércio e Indústria

MNA: Movimento dos Não-Alinhados

MOF: Ministério das Finanças

MOFA: Ministério dos Negócios Estrangeiros

NEACD: Northeast Asia Cooperation Dialogue

OECD: Organisation for Economic Co-operation and Development

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado Atlântico Norte

P5: Membros Permanentes do CSNU (China, Reino Unido, EUA, França e Rússia)

PKO: Peacekeeping Operations, Operações de manutenção de paz

SDF: Self-Defense Forces

START: Strategic Arms Reduction Treaty

TPP: Parceria Económica Estratégica Trans-Pacífico

TRI: Teoria das Relações Internacionais

UNMIT: United Nations Integrated Mission in Timor-Leste

OMC: Organização Mundial do Comércio

Capítulo I

Introdução

Esta dissertação estuda a acção do Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) entre 1992-2010.

A política externa japonesa até à década de 90, fortemente constrangida pelo sistema internacional de guerra-fria, definiu-se pela manutenção de um perfil internacional discreto, marcadamente económico, gastos mínimos na defesa e pela relação privilegiada com os EUA.

Com o fim da guerra fria, o Japão tem vindo a afastar-se desta política, também conhecida como a Doutrina Yoshida, desprovida de valores que não a obtenção do sucesso económico. Para isso tem vindo a desenvolver um papel internacional mais activo, desenvolvido as suas relações multilaterais numa tentativa de obter um papel político que se coadune com a sua posição económica, evitando uma política de pura adaptação ao sistema internacional, preferindo uma política mais assertiva nas vertentes política e económica, mas mantendo ainda uma posição discreta, mas cada vez mais visível, na vertente securitária devido aos constrangimentos constitucionais.

Se, em termos securitários, temos assistido a uma acção discreta baseada principalmente no envio de força para acções de manutenção de paz, em termos económicos o Japão tornou-se muito mais assertivo a partir de final dos anos 80 principalmente no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e, posteriormente, na Organização Mundial do Comércio (OMC) usando uma estratégia chamada de legalismo agressivo¹ baseada no uso dos protocolos de resolução de disputas do GATT/OMC para responder a acções desfavoráveis por parte dos seus parceiros económicos.

Em termos políticos esta nova época de assertividade é marcada principalmente pela candidatura oficial a um assento permanente no CSNU.

¹ Saadia M. Pekkanen, "Aggressive Legalism: The Rules of the WTO and Japan's Emerging Trade Strategy," *World Economy*, (2001): 707–738.

No entanto, o país encontra-se numa situação complicada – a nível político e económico - tendo dificuldades em fazer as reformas estruturais necessárias para fortalecer a sua economia e, desde Março de 2011, desceu no *ranking* das maiores economias mundiais ocupando agora o terceiro lugar.

Também o artigo nono da Constituição - que proíbe o país de se remilitarizar e que tem sido interpretado de forma bastante restritiva no que concerne ao envio de forças para o estrangeiro - em conjunto com uma opinião pública que tende a apoiar a causa pacifista tem sido um elemento de crítica já que muitos actores consideram que esta limitação impossibilita o Japão de participar em pleno nas grandes questões da segurança internacional. No entanto, e no seguimento dos mandatos do Primeiro Ministro Koizumi (2001-2006) e da participação de tropas japonesas no Iraque, a interpretação do artigo nono tem vindo a tornar-se mais flexível e o debate sobre a possível revisão constitucional já não é um tabu.

Estes pontos menos favoráveis não têm, no entanto, dissuadido o Japão de empreender uma política mais pró-activa de cooperação internacional ou refreado os esforços empreendidos para a obtenção do tão desejado assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), organização no qual o Japão é o segundo maior contribuidor financeiro mas tem uma fraca representação política.

Nos biénios 1992-1993, 1997-1998, 2005-2006 e 2009-2010, o Japão foi membro não permanente do CSNU, o órgão mais importante da Organização das Nações Unidas (ONU). Sendo o CS o órgão executivo da ONU é a plataforma ideal para os Estados exporem as suas preocupações securitárias e tentarem influenciar a ordem internacional de modo a que esta lhe seja favorável. Este é o objectivo por excelência da política externa. É por essa razão que estudar a política prosseguida pelo Japão no CSNU é um bom ponto de análise da política externa japonesa.

Embora a ONU tenha atravessado várias fases de descrédito a nível internacional, a organização continua a ter um importante papel legitimador das acções dos Estados em termos securitários e é a única organização deste tipo existente. Não obstante a sua ineficácia em diversas ocasiões, é incorrecto considerá-la marginal e, por isso, a produção de trabalhos sobre a organização - neste caso sobre o seu órgão executivo - ao contrário do que alguns autores mais negativistas defendem, continua actual e relevante.

Com esta dissertação, ao analisar a política externa japonesa, pretendo responder à pergunta: De que forma a política externa japonesa a partir de 1992, com o fim da Guerra Fria, moldou o papel do Japão no seio do CSNU? E o que explica esta mudança? Por isso, a variável independente desta dissertação é a política externa e a variável dependente é o papel do Japão no CSNU.

Os contributos da Teoria das Relações Internacionais (TRI) e da Análise de Política Externa (APE), disciplinas desenvolvidas a partir dos anos 50 do século passado, são essenciais para um trabalho desta natureza.

O caso japonês é estudado pela academia especialmente à luz da teoria liberal, da teoria realista e, por último, da teoria construtivista.

Os liberais dão ênfase à importância da interdependência existente entre os Estados – actor marcado pela sua pluralidade – defendendo que, embora as relações internacionais se estabeleçam num ambiente anárquico, ou seja, no qual não existe um governo global, os laços criados entre os vários actores internacionais e os interesses em comum irão criar um clima marcado pela cooperação internacional em que a guerra será uma anomalia já que as suas consequências seriam demasiado penosas. Embora existam guerras entre países democráticos e autocráticos, liberais como Kant e Doyle defendem que a guerra entre democracias é improvável.

A teoria realista não confere tanta importância à pluralidade do Estado, colocando-o como central no sistema internacional e considerando os outros actores amplamente secundários. Esta teoria acredita que o sistema impõe-se aos Estados e os compele a comportar-se de certa maneira e, como tal, o indivíduo tem um leque de opções limitado.

Central para a teoria realista é a lógica da balança de poderes: sendo que o objectivo do Estado é a sua sobrevivência e prosperidade, o Estado irá munir-se de capacidade militar capaz de repelir as ameaças. Assim, se o Estado se sentir ameaçado irá armar-se e o vizinho, por sua vez, fará o mesmo numa tentativa de manutenção de poder e assim sucessivamente.

Já a teoria construtivista enfatiza a importância dos aspectos normativos na persecução da política externa. Acreditando, como as duas escolas de pensamento

anteriores, no princípio da anarquia internacional, Wendt não considera, no entanto, que esta condição origine um comportamento específico. Pelo contrário, a anarquia não é naturalmente cooperativa ou conflituosa, é o que os Estados quiserem que ela seja.

Katzenstein, outro construtivista de referência, defende que as normas institucionalizadas vão moldar os interesses e as formas de agir dos actores e, sendo que as normas não são estáticas, também o comportamento dos actores será plástico.

A Análise de Política Externa (APE) coloca os aspectos cognitivos no centro do processo de decisão. Enfatiza o facto de o uso da racionalidade na tomada de decisões ser restrito já que o decisor tende a preferir a satisfação à optimização e considera, ainda, que a estrutura, embora importante, não é determinística no processo de decisão.

Também essencial para a APE é a percepção: tanto a percepção que os Estados (constituídos por múltiplos actores cujas percepções podem ser diferentes) têm do seu próprio papel, como a percepção que os outros actores têm de si próprios e dos outros. Isto porque os Estados/actores não reagem à realidade pragmática, mas à realidade por si percebida.

Isto é particularmente importante no caso japonês devido à utilização e manipulação da memória histórica – de parte a parte – para fins políticos e, muitas vezes, demagogos na região. Assim, a percepção japonesa de que, devido ao seu poder económico e posição pacífica na esfera internacional, merece ter mais poder político nos fóruns internacionais colide com a percepção de muitos países na região – especialmente a China e as duas Coreias (Coreia do Norte e Coreia do Sul) – que acreditam que o Japão, devido ao seu passado colonial na Ásia e à sua incapacidade de assumir a violência da sua ocupação durante esse período, não tem legitimidade para ter um lugar de relevância na esfera internacional.

METODOLOGIA DA TESE:

Considerando que a variável dependente desta dissertação é o papel do Japão no CSNU e a variável independente é a política externa japonesa impõe-se uma metodologia qualitativa. Entende-se por política externa “o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a

entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionados dessas mesmas acções”². A política externa é definida por uma amálgama de razões entre elas os valores tidos como essenciais num determinado contexto, isto é, valores que são estabelecidos num determinado período de tempo por um determinado número de pessoas e que se consideram adequados a uma determinada sociedade. Os valores são dificilmente quantificáveis já que fazem parte de uma realidade humana subjectiva e que, como tal, pode ter várias interpretações e significados³.

A opção metodológica escolhida para esta dissertação é a análise de discurso. A escolha desta técnica reside na necessidade de se usar uma técnica capaz de extrair factores não-materiais de informação qualitativa de modo a perceber as ideias e crenças por detrás das decisões tomadas e, nesse sentido, enquadrar a política japonesa no quadro do Conselho de Segurança na Teoria das Relações Internacionais. Não tenho pretensões de fazer um trabalho de análise sociológica ou demasiado culturalista. A necessidade de perceber as ideias adjacentes às decisões tomadas está intimamente ligada à crença que os fenómenos sociais são construções e, como tal, perceber o contexto em que as decisões foram tomadas é essencial.

A análise de discurso tem sido utilizada pelas mais variadas ciências⁴ e tem tido inúmeras abordagens e é, por isso, necessário explicar o âmbito do uso desta técnica na presente dissertação.

A abordagem escolhida basea-se no artigo de Jonathan Potter *Discourse Analysis* em que o autor nos apresenta uma abordagem baseada em três características: (1) o discurso é orientado para a acção, (2) o discurso é situado e (3) o discurso é construído.

A análise de discurso centra-se em acções porque o discurso é orientado para a acção e formado como uma parte de um contexto e práticas mais amplos⁵. Assim, é

² Maria Freire, *Política Externa: as relações internacionais em mudança* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011), 18.

³ Embora na análise de conteúdo se possa proceder a uma codificação dos valores e, até mesmo, das mentalidades, uma análise puramente quantitativa seria amplamente criticada pelo seu reducionismo e não se coaduna com o objectivo do trabalho.

⁴ Jonathan Potter, “Discourse analysis,” em *Handbook of data analysis*, editado por M. A. Hardy and A. Bryman (London: SAGE Publications, 2004), 607-625, 607.

⁵ *Ibid.*, 609

possível extrair acção de um conjunto de discursos e diferentes tipos de discursos originam diferentes tipos de acções e de práticas.

Por outro lado, “actions do not hang in space”⁶. Os discursos são produzidos numa sequência de interações. Assim, as acções são respostas a outras acções e vão criar o ambiente para as acções subsequentes.

Por fim, o discurso é mutuamente constitutivo pois é construído mas também constrói a realidade social.

Para além do que já foi referido, a análise de discurso estuda também as questões linguísticas - como a gramática e a coesão - não numa perspectiva rigorosamente linguística mas na procura de respostas para questões sociais e sociológicas⁷. O investigador vê para além dos aspectos formais do discurso analisando os termos usados pelo locutor, a sua frequência e disposição e a construção do discurso e o seu desenvolvimento. Num estudo desta natureza este tipo de análise é útil seguindo a lógica de quanto mais vezes um vocábulo, ou tema, aparecer, mais importância terá para o locutor. Será útil também analisar as associações de temas e de conceitos. No nosso caso, ao analisarmos discursos sobre as ameaças à estabilidade mundial podemos discernir quais são as preocupações latentes do Japão analisando as associações feitas pelo locutor, neste caso, garantidamente, o crescimento da China e o regime norte-coreano.

Assim, ao analisar o discurso podemos compreender melhor o processo de política externa e o comportamento dos actores – incluindo as crenças e os ideais que os movem.

As fontes documentais analisadas são, na sua maioria, escritas tendo sido ainda analisados alguns vídeos de conferências de imprensa.

A maioria dos documentos analisados são *Diplomatic Blue Books* e *White Papers* japoneses, discursos, resoluções do CSNU, comunicados oficiais e dados estatísticos obtidos no website da ONU e no website do Ministério dos Negócios Estrangeiros Japonês e da Missão Japonesa na ONU e, como tal, são documentos

⁶ Ibid., 609

⁷ Jonathan Potter e Margaret Wetherell, “Analyzing discourse,” in *Analysing qualitative data*, editado por A. Bryman e R. G. Burgess (Londres, Routledge, 1994), 48.

directos, ou seja, foram emitidos pelos intervenientes dos fenómenos estudados. Foram ainda analisados documentos indirectos, documentos que testemunham a produção dos fenómenos mas emitidos por pessoas exteriores ao mesmo, para proceder à contextualização. Dentro dos documentos indirectos encontram-se livros especializados sobre o Japão e a ONU, artigos de imprensa, nomeadamente de jornais, revistas e *think tanks*.

Os dados estatísticos foram maioritariamente retirados dos websites acima referidos e, por isso, merecem um elevado grau de confiança.

ESTRUTURA DA TESE:

Esta dissertação é composto por cinco capítulos. A introdução no primeiro capítulo apresenta um breve sumário de toda a tese, o objectivo da tese, a sua estrutura e metodologia.

O segundo capítulo aborda questões de índole teórica, consideradas essenciais numa dissertação a este nível. Primeiramente optou-se por desenvolver os aspectos teóricos da Teoria das Relações Internacionais (TRI) que, em conjunto com os princípios da Análise de Política Externa, nos facultam ferramentas intelectuais de modo a obtermos uma explicação integrada abrangendo níveis estruturais e cognitivos. Ainda neste capítulo será feita uma análise de modo a integrar a política japonesa na teoria apresentada.

O terceiro capítulo dedica-se à avaliação da política externa japonesa, fazendo um Estado da arte desde o fim da II Guerra Mundial até à actualidade. Este capítulo compreende ainda uma breve contextualização sobre a participação, a nível geral, do Japão na ONU.

No quarto capítulo desenvolve-se o nosso estudo de caso de política externa japonesa, ou seja, o papel do Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Neste capítulo são explicadas as razões pelas quais o Japão pretende tornar-se membro permanente do CSNU, são analisadas as várias propostas de reforma existentes e como estas evoluíram, procedendo-se, ainda, à análise dos vários argumentos nos quais o Japão baseia a sua candidatura.

Faz-se, ainda, um paralelo entre a política levada a cabo pelo Japão no Conselho de Segurança e os pilares fundamentais da sua política externa com o objectivo de perceber se o país tem mantido uma postura coerente.

Por fim, no quinto e último capítulo são apresentadas as conclusões desta dissertação.

Os nomes japoneses indicados respeitam a regra no Japão, ou seja, primeiro o nome da família e, seguidamente, o nome próprio.

Por último, seguindo o exemplo de jornais de referência portugueses, nomeadamente o Público e o Expresso, optou-se por manter as siglas dos nomes dos partidos em inglês para não gerar confusão: LDP (Liberal Democratic Party) em português, Partido Liberal Democrata, e DPJ (Democratic Party of Japan) Partido Democrata do Japão.

Capítulo II

Enquadramento teórico

Vivemos numa realidade que se caracteriza por uma pluralidade de Estados⁸, ou seja, em que existe uma multiplicidade de comunidades políticas definidas em termos espaciais que, não sendo auto-suficientes nem isoladas, interagem entre si. E, embora a TRI apenas se tenha institucionalizado como disciplina no pós 1ª Guerra Mundial, a verdade é que, ao longo dos séculos, a tentativa de perceber o mundo político, quer doméstico, quer internacional, revelou-se um tema de maior importância para os filósofos.

Assim a TRI tem uma herança histórica, político-filosófica muito rica que ainda hoje marca o debate teórico das relações internacionais.

As teorias que se seguem conformam o quadro teórico da dissertação.

1. Liberalismo e Neo-Liberalismo

O liberalismo, movimento no qual a economia e a política estão intimamente ligados, tem várias ramificações. O grande precursor do movimento foi John Locke que no século XVII, na sua obra “Two Treatises of Government”⁹ rejeitou a autoridade divina, defendendo que o homem é naturalmente livre e apenas está disposto a formar comunidades e, como tal, abdicar da sua liberdade total porque no estado de natureza, embora livre, a sua condição é incerta pois está sujeito às tentativas de invasão por parte de outros. Os homens formam, através do contrato social, comunidades com o objectivo mútuo de preservação das suas vidas, das suas liberdades e da sua propriedade.¹⁰ Assim, a função do governo, que age segundo a Lei, é garantir o direito à vida, à liberdade e à propriedade, condições indispensáveis à prosperidade do homem.

⁸ Kenneth Waltz, citado de Pierre Hassner, “Beyond the Three Traditions: The Philosophy of War and Peace,” *Historical Perspective in International Affairs*, 70, n.º 4, Outubro (1994): 740

⁹ John Locke, *Two Treatises of Government*, ed. Thomas Hollis (Londres: A. Millar et al., 1764)

¹⁰ *Ibid.*, capítulo IX, artigo 123.º

O ponto de partida teórico dos liberais é o indivíduo e as suas várias colectividades, especialmente o Estado e como este pode garantir um ambiente que permita aos cidadãos exercer a sua individualidade. Obviamente, com o evoluir da sociedade os liberais vão também contemplar a importância de outros actores políticos como as organizações internacionais, as organizações não governamentais, etc.

Os liberais, embora admitam que o ser humano é muitas vezes guiado pelo egoísmo, têm, na generalidade, uma visão positiva da natureza do indivíduo a acreditam que este, ao aplicar a racionalidade nas relações internacionais, estabelece relações de cooperação que permitem a persecução de benefícios mútuos e progresso.

O novo mundo criado pela revolução industrial marcado pelas trocas internacionais introduziu novas temáticas ao pensamento liberal e os liberais do século XVIII como Locke, Montesquieu e Adam Smith argumentaram que a guerra e o espírito de comércio eram incompatíveis porque os interesses substituiriam as paixões e a economia substituiria a política. Se, por um lado, as trocas comerciais implicavam uma ampla rede de contactos e, consequentemente, maiores níveis de entendimento unindo o mundo numa comunidade de interesses e promovendo a cooperação, por outro lado, os ideais mercantilistas e expansionistas tornavam-se obsoletos devido aos seus custos. Usando as palavras de Zbigniew Brzezinski “A guerra tornou-se um luxo que só as nações pobres se podem conceder”.¹¹

Num mundo cada vez mais interligado, Woodrow Wilson, o liberal mais proeminente do pós 1ª Guerra Mundial, acreditava que para prevenir a guerra era necessário minimizar os efeitos da anarquia internacional e, como tal, defendeu que a regulamentação da sociedade internacional baseada primazia da lei internacional, a institucionalização de organizações internacionais e a destruição do sistema de balança de poderes seriam os passos necessários para a manutenção de paz. Foi ele o principal arquiteto da Sociedade das Nações¹². No entanto, a organização falhou no seu

¹¹ Citado de James Dougherty e, Robert L. Pfaltzgraff Jr., *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto* (Lisboa: Gradiva, 2003), 5.

¹² Organização criada por iniciativa de Woodrow Wilson em 1919 - embora os EUA nunca se tenham tornado membros devido ao chumbo por parte do Senado - no pós 1ª Guerra Mundial com o objectivo de manutenção de paz. No entanto, a organização foi incapaz de prevenir os impetus expansionistas da Alemanha e do Japão que abandonaram a organização tendo a mesma sido extinta em 1946. Charles Townshend, “The League of Nations and the United Nations” *BBC History*, 17 de Fevereiro, 2011. Acessível em 22/07/2013. http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwone/league_nations_01.shtml

objectivo de produzir cooperação pacífica e o mundo foi novamente assolado pelo terror da guerra mundial.

Sendo marcadamente idealistas, os liberais desta fase inicial são remanescentes do pensamento Kantiano de paz perpétua. Kant defendia que a história se desenvolvia de forma progressiva até a um *telos*, na visão Kantiana, a paz perpétua.¹³

O mundo do pós primeira Guerra Mundial, marcado pela crise económica e pelo surgimento de barreiras proteccionistas, fizeram com que a escola fosse posta em causa pelos realistas – teoria que será desenvolvida no ponto seguinte – que ganharam proeminência no meio académico.

Ao contrário do que aconteceu no pós primeira Guerra Mundial, a nova ordem surgida com a derrota das potências do eixo criou um ambiente propício ao desenvolvimento de organizações internacionais, mas também de movimentos de integração política, principalmente o Europeu. Estes novos actores políticos, em especial a ONU, rapidamente se tornaram importantes peças no xadrez mundial. O liberalismo, enquanto teoria, tornou-se novamente bastante apelativo. Para além disso, o movimento behaviorista¹⁴ teve um forte impacto na disciplina fazendo com que a nova geração de liberais se distanciasse do idealismo e se esforçasse na formulação de teorias e de métodos científicos.

Na senda dos seus predecessores, Karl Deutsch¹⁵ vai estudar a relação entre paz e trocas transnacionais focando-se no estudo de países integrados politicamente. Concluiu que estes países desenvolvem uma relação pacífica não apenas por necessidade económica, não apenas porque as relações aumentam o conhecimento mútuo e o diálogo, mas porque elevadas trocas transnacionais originam um “sentimento de comunidade/integração” além fronteiras baseadas na existência de valores e identidades em comum.

¹³ Emmanuel Kant, *A Paz Perpétua e outros Opúsculos* (Porto: Porto Editora, 2003)

¹⁴ Movimento que defende a utilização de metodologias científicas rigorosas nas ciências sociais, neste caso nas RI. O cientista deve ignorar a moralidade e os valores por estes não serem quantificáveis e dedicar-se a variáveis em que a quantificação é possível. O cientista, através da análise de dados, deve encontrar recorrências de comportamento e com elas formular leis explicativas das RI. José Fernandes, *Teoria das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista*, (Coimbra: Almedina, 2004)

¹⁵ Karl Deutsch et al, *Political Community and the North Atlantic Area*, (Princeton: Princeton University Press, 1968)

Por seu lado, James Rosenau vai dedicar-se a questões relacionadas com o novo mundo globalizado marcado por uma realidade baseada na pluralidade de actores cada vez menos ligados ao Estado que, no entanto, continua a ser o actor principal, mas que compete agora com colectividades independentes.¹⁶

Robert Keohane e Joseph Nye desenvolvem, nos anos 70, a teoria da interdependência complexa¹⁷. Os autores defendem que, ao contrário do que a escola realista propõe, as relações internacionais têm de ser analisadas por um prisma plural considerando indivíduos e grupos independentes pois, numa realidade marcada pela interdependência, os líderes políticos não são os únicos actores a ter em conta já que a política internacional não é da competência exclusiva dos Estados. Afirmam ainda que a importância da força militar na resolução de problemas se torna secundária e, por isso, as relações internacionais privilegiam as questões económicas e sociais.

Mesmo a nível governamental existe uma fragmentação da acção com subunidades administrativas ao serviço de diferentes governos que coordenam a sua actividade existindo, assim, uma coordenação política transnacional. Na prática, as relações internacionais tornam-se cada vez mais parecidas com a política doméstica em que existem várias coligações e um certo nível de conflito resolvido através de negociação e compromisso.

Por fim, a interdependência exige um alto grau de cooperação já que o investimento directo estrangeiro compele a uma relativa homogeneização de políticas empresariais e até mesmo financeiras.

Keohane vai também desenvolver as questões de interdependência institucional. O neo-liberalismo institucional vai partir da premissa que com o elevado grau de interdependência inter-estadual estes irão recorrer a instituições para lidar com problemas em comum. Assim, a necessidade de acção conjunta para a resolução de problemas como os desequilíbrios ambientais, a pobreza, a distribuição dos recursos energéticos, entre outros, compele, numa lógica de benefícios mútuos, a uma acção plural institucionalizada.

¹⁶ James N. Rosenau, *The study of global Interdependence: Essays on the Transnationalization of World Affairs*, (Londres: Frances Pinter, 1980)

¹⁷ Joseph Nye e Robert Keohane, "Transnational relations and the world politics: an introduction," *International Organization* 25, n.º. 3 (Summer 1971).

A cooperação institucional baseada em acordos de mútuo interesse é possível porque os actores têm em perspectiva os ganhos absolutos – benefícios mútuos - e não de ganhos relativos – distribuição dos ganhos - como defendem os realistas.

Keohane afirma que as instituições internacionais são importantes pois amenizam os efeitos negativos da anarquia internacional ao criarem uma plataforma de diálogo, mas também de monitorização do cumprimento dos acordos internacionais.

Partindo da premissa liberal clássica Kantiana de que as democracias não entram em guerra entre si – também conhecido como liberalismo republicano – Michael Doyle defende que a paz democrática assenta em três pilares: (1) resolução pacífica de conflitos entre democracias, (2) valores comuns entre democracias, especialmente no que diz respeito à defesa dos direitos humanos, e (3) cooperação económica entre democracias¹⁸. Esta paz democrática não significa o repúdio total da guerra. Doyle é bastante claro ao afirmar que as democracias liberais mantêm relações conflituosas com regimes autocráticos.

Francis Fukuyama na sua obra emblemática “O Fim da História” de 1992, define a história, à semelhança de Marx e Hegel, como um único processo evolucionário coerente e, por isso, chegar-se-á a um momento histórico em que não existirá mais desenvolvimento nos princípios fundamentacionais da sociedade pois os existentes já respondem às questões principais – daí o título *O Fim da História*. Se para Marx era o sistema comunista e para Hegel o sistema liberal (usando as palavras de Pierre Hasser, “a vitória da racionalidade prosaica e individualista”¹⁹), para Fukuyama é o sistema liberal democrático.

O autor, na obra acima referida, baseia a sua tese em factores económicos e na luta pelo reconhecimento. Se, por um lado, as alternativas à democracia liberal têm sido fortemente abaladas, por outro, a economia de mercado tem-se imposto como modelo de prosperidade quer nos países desenvolvidos, quer em países em desenvolvimento, ligando as sociedades através de mercados globais e através de uma cultura de consumo. No entanto, também os países com economias centralizadas, como a China e a União

¹⁸ Michael D. Doyle, “Three Pillars of the Liberal Peace,” *The American Political Science Review* 99, n.º 3, Agosto (2005): 463-466

¹⁹ Pierre Hasser, “Beyond the Three Traditions: The Philosophy of War and Peace in Historical Perspective,” *International Affairs* 70, n.º 4, Outubro (1994): 750

Soviética, foram capazes de produzir desenvolvimento económico – pelo menos numa fase inicial de industrialização - e, por isso, não é correcto afirmar que este leva inevitavelmente à democracia.

É aqui que entra a segunda variável. Fukuyama vai partir do princípio de luta pelo reconhecimento de Hegel e afirmar que, com as mudanças trazidas pela industrialização, especialmente a educação universal, os valores cosmopolitas e uma sociedade mais igualitária, as pessoas exigem o reconhecimento do seu estatuto como cidadãos. Ou seja, a estrutura baseada na desigualdade é destruída. Isto projecta-se na esfera das relações internacionais e, por isso, “um mundo constituído por democracias liberais deverá ter menos incentivo para a guerra já que todas as nações reconhecem reciprocamente a legitimidade umas das outras”²⁰.

O liberalismo é, por isso, uma teoria de dentro para fora (*inside-out approach*²¹) já que os factores endógenos determinam os factores exógenos. Assim, “a paz era fundamentalmente uma questão de estabelecer ordens domésticas legítimas pelo mundo”²².

Teorias de *softpower* de Joseph Nye Jr.

Joseph Nye Jr. introduziu o conceito de *softpower* em 1990 na sua obra “Bound to Lead” e desde então tornou-se um dos conceitos centrais em qualquer análise de política externa.

O *softpower* baseia-se na atracção e como, através dela, os actores conseguem concretizar os seus objectivos sem recorrerem à coerção ou a pagamentos. Como se pode depreender do que foi dito anteriormente, não são apenas os Estados que detêm *softpower*. Também outros actores, como organizações, podem, através da sedução, conseguir amplos apoios. Nye utiliza a Al-Qaeda como exemplo: depois da invasão americana do Iraque o contexto de sentimentos negativos em relação à política externa

²⁰ Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (Nova Iorque: The Free Press, 1993): xx. Tradução própria.

²¹ Termo usado por Scott Burchill et al., *Theories of International Relations* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996)

²² *Ibid.*, 63. Tradução própria.

estadunidense criou um ambiente propício para que as ideias de luta contra o “infiel” se tornassem mais atractivas e, como tal, aumentou o campo de recrutamento para esta organização.

Quando nos referimos ao *softpower* de um Estado este advém da cultura, dos ideais políticos (e se realmente os concretiza) e da sua política externa (quando percebida como legítima e moralmente correcta). Quanto mais legítimas as políticas de um país forem aos olhos dos outros, maior é o seu *softpower*. Assim, definir uma agenda política que consiga que os outros admirem os nossos valores, sigam o nosso exemplo e aspirem a níveis de prosperidade e abertura idênticos ao nosso – ou seja, que os atraia – faz com que um país tenha facilidade em conseguir o que quer na esfera internacional porque existe um leque de valores em comum e também um sentimento de obrigação no que respeita à contribuição para os atingir.

Nye não põe em causa a importância do *hardpower*, pelo contrário, afirma até que a capacidade militar pode ser uma fonte de *softpower*. Mas para o autor “Poder inteligente não é nem *hardpower* nem *softpower*. É ambos.”²³. Se, por um lado, a guerra pode ser inevitável, por outro, “atingir a paz é mais difícil que ganhar a Guerra, e o *softpower* é essencial para atingir a paz”.²⁴

Segundo Nye, o contexto em que as relações decorrem é essencial, os instrumentos de poder só tem valor dentro de um contexto e, por isso, no período do pós guerra fria, marcado por fortes relações de interdependência e por uma comunidade activa e com acesso rápido à informação, a longo prazo o *softpower* tem um papel essencial nas relações transnacionais pois “cooperação é uma questão de grau e este é afectado pela atracção e repulsão”²⁵.

Nye realça a importância da diplomacia pública que, na sua opinião, tem três dimensões: (1) comunicações diárias nas quais deve ser explicado o contexto das decisões de política doméstica e externa não só para os seus cidadãos mas para a comunidade internacional; (2) comunicação estratégica em que devem ser destacados os temas matrizes da política orientadora do governo, assim como, conferir especial

²³ Joseph S. Nye, *Softpower: the means to success in world politics* (New York: Public Affairs, 2004), XIII. Tradução própria.

²⁴ *Ibid.*, XII. Tradução própria.

²⁵ *Ibid.*, 29. Tradução própria.

atenção a iniciativas específicas, e (3) estabelecer relações de longa duração em áreas fundamentais oferecendo bolsas de estudo, programas de intercâmbio, seminários, conferências, treino de técnicos, quer a nível civil, quer a nível militar.

Como já foi referido a cultura é um dos pontos essenciais para o *softpower*. Mas a cultura não é controlada pelo Estado – pelo menos não nos países democráticos, aqueles com maior poder de atracção – e, por isso, não produz sempre os resultados desejados pelo governo. A questão é complexa, vai muito para além do que é transmitido já que a interpretação por parte dos receptores é variável. Se, por um lado, um filme com temas sobre a sexualidade feminina pode ser perceptionado como emancipador pode também ser considerado um insulto²⁶.

Em conclusão, o *softpower* é volátil, especialmente o que advém da popularidade da política externa. Mas a sedução continua a ser mais eficaz que a coerção. No entanto, ter o poder de atracção não garante que se consiga os objectivos pretendidos já que “converter recursos em poder de facto no sentido de obter os resultados pretendidos requer estratégias bem definidas e liderança perspicaz.”²⁷

2. Realismo e Neo-Realismo

O realismo vai explicar o comportamento internacional focando-se no Estado, no poder e nas estruturas sistémicas das relações internacionais.

Os realistas discordam da interpretação das relações internacionais dos liberais porque estes partem de uma premissa que consideram falsa: a de que as relações internacionais se baseam na harmonia de interesses. Na realidade, a premissa de partida das relações internacionais deve ser o conflito, isto porque os realistas partem do princípio Hobbesiano da natureza humana: o homem é um ser egoísta. A natureza humana baseada no interesse próprio faz com as relações internacionais sejam conflituosas já que existirá sempre um confronto de interesses.

Carr refuta ainda que a existência de princípios universais e absolutos afirmando que a prossecução de ideais - como a paz, a harmonia de interesses, o comércio livre,

²⁶ Ibid., 13.

²⁷ Ibid., 3. Tradução própria.

etc – não passa de uma “reflexão inconsciente da política nacional baseada numa interpretação particular do interesse nacional num dado momento”.²⁸ Assim, a doutrina baseada na crença na existência de princípios universais, não passa de “um artifício moral invocado, sinceramente, por grupos privilegiados com o objectivo de justificar e manter a sua posição dominante”²⁹.

O Estado-Nação é o actor por excelência, sendo todos os outros considerados marginais e insignificantes para a explicação das relações internacionais, e exerce o seu poder num sistema internacional anárquico, ou seja, na ausência de um governo global. Como tal, o principal objectivo do Estado é o poder imediato para garantir a sua sobrevivência, segurança e prosperidade e para isso os Estados adoptarão uma política de auto-ajuda acumulando recursos militares o que, por sua vez, fará com que os seus vizinhos e inimigos façam o mesmo para manterem a sua soberania. Aqui reside o dilema de segurança e a base para a teoria da intimidação, ou dissuasão, bem patente durante a Guerra Fria.

O objectivo das relações internacionais não é a manutenção da paz mas sim do sistema de Estados e isto perpetuar-se-á pois não existe uma mudança qualitativa, não existe progresso. A história não passa de uma repetição de si mesma.

O sistema anárquico internacional é marcado pela constante tentativa de obtenção de poder. A guerra é um mal necessário, e muitas vezes desejado, pois é a forma natural de redistribuição de poder permitindo que nenhum Estado seja militarmente preponderante e mantendo a ordem do sistema e, como tal, a paz. Esta lógica forma a tão conhecida teoria da balança de poderes. As alianças formadas são apenas estabelecidas por interesse e, por isso mesmo, temporárias não havendo lugar para a confiança nas relações internacionais. Assim, todos os acordos internacionais são provisórios e apenas se manterão em vigor enquanto forem benéficos não existindo, em termos morais, quaisquer obrigações internacionais.

Seguindo a linha de pensamento maquiavélica, Morgenthau afirma na sua obra “Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace” (1948) que defender a moralidade privada na esfera das relações internacionais seria irresponsável pois é

²⁸ E. Carr, citado de Scott Burchill et al., *Theories of International Relations* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009), 73.

²⁹ E. Carr, citado de Ibid., 74. Tradução própria.

intelectual e moralmente errado. O líder político é responsável pelos seus cidadãos, pela sua segurança e bem estar e deve agir com sabedoria, mas, por vezes, na persecução dos objectivos do Estado terão de se usar técnicas que domesticamente seriam moralmente reprováveis como a mentira, a conspiração, a espionagem, entre outras.

A ética nas relações internacionais é, por isso, circunstancial. O líder deve fazer o melhor que as circunstâncias permitem tendo como objectivo último a sobrevivência e prosperidade do seu território.

Uma das pedras basilares do realismo é a preocupação com os ganhos relativos. Como já foi referido, os liberais defendem uma política de ganhos absolutos, ou seja, nas suas relações internacionais cooperam numa lógica de benefícios mútuos mesmo que um acordo traga mais benefícios aos outros intervenientes do que a si próprio. Os realistas, por outro lado, e como já foi referido, têm como principal preocupação a sua própria sobrevivência e, como tal, apenas cooperam quando obtêm mais benefícios, directa ou indirectamente, que os outros intervenientes. É a esta lógica de cooperação que chamamos ganhos relativos. Isto significa que, hipoteticamente, se um acordo trouxesse 25% de benefícios económicos ao país A e 35% ao país B, o país A, se seguisse uma política de ganhos relativos, preferiria não cooperar a ver o seu parceiro obter tais vantagens. Assim, os realistas preocupam-se mais com a distribuição dos benefícios do que com os benefícios mútuos. Isto, claro, não pode ser visto de uma maneira linear já que o contexto influencia, em muito, a escolha dos ganhos. Michael Mastanduno (1991) defende, que a preocupação com os ganhos relativos varia de acordo com o tipo de relação existente entre os intervenientes – aliados ou inimigos – o teor da interacção, nomeadamente, económica ou militar e as preocupações que motivam os decisores políticos.³⁰

A influência do movimento behaviorista vai também influenciar o realismo e fazer com que os novos académicos se afastem da tradição ignorando as preocupações normativas e introduzindo métodos científicos na sua formulação teórica.

³⁰ Ver Michael Mastanduno, “Do Relative Gains Matter? America's Response to Japanese Industrial Policy,” *International Security* 16, n.º 1, (Verão, 1991): 250-269.

A diferença de base entre o realismo tradicional e o neo-realismo é que o último não parte da premissa que o homem é um ser egoísta porque tal é dificilmente quantificável e verificável.

Kenneth Waltz na sua obra “Theory of International Politics” (1979) vai reformular o realismo afastando-se dos conceitos de natureza humana e focando-se na estrutura do sistema. Em vez de colocar os líderes no centro da teorização, como os realistas tradicionais, vai estudar a estrutura do sistema principalmente a distribuição do poder porque é a estrutura que compele os actores a comportarem-se da maneira que se comportam, ou seja, é a estrutura que determina o comportamento e não a natureza do homem ou a personalidade do líder. A política externa não é, por isso, independente da estrutura e, como tal, existe uma homogeneização do comportamento dos Estados que traz uma certa predicabilidade à esfera internacional.

Para Waltz a principal característica das relações internacionais é a estrutura descentralizada da anarquia internacional, isto é, a diferença de poderes entre os Estados a que os realistas se referem como capacidades. A mudança internacional tem lugar quando ocorrem mudanças significativas na distribuição do poder. Os países menos poderosos não têm influência suficiente para provocarem essas grandes mudanças e, por isso, os realistas focam-se principalmente nos grandes poderes. Esta linha de pensamento remanesce do pensamento de Tucídides (460-395 a.C.) que na sua obra “História da guerra do Peloponeso” (data incerta) defende que a existência de diferentes capacidades entre Estados é natural e que para sobreviverem estes teriam de se comportar de acordo com os seus poderes e de se adaptar à realidade baseada na distribuição desigual de poder. No entanto, é de realçar, que os realistas se opõem à imposição de ideologias pelos Estados recusando a ideia de ‘cruzadas’ civilizacionais.

Tucídides apresenta-nos ainda um importante dilema que se aplica às alianças de países menos poderosos com super-poderes: *entrapment* versus *abandonment*. Tucídides defende que nas alianças destas características o país mais pequeno pode sofrer de *entrapment*, ou seja, terá de permitir à super-potência que dite as relações a nível doméstico e internacional e, *abandonment*, quando o Estado mais pequeno tenta manter a sua distância da aliança perdendo a sua utilidade. Para fugir deste dilema e aumentar o seu poder dentro da aliança, o país menos poderoso terá de: (1) aumentar as

suas capacidades militares, (2) alargar as suas relações com outros países, apenas útil até alienar a potência, e/ou (3) aumentar as suas capacidades económicas o que não diminuiu a dependência militar a não ser que a potência fique economicamente dependente do estado mais pequeno.

Voltando ao pensamento de Waltz, o autor considera que num sistema bipolar é muito mais fácil manter um sistema de dissuasão e, por isso, os realistas apontam a Guerra Fria como elemento estabilizador das relações internacionais. Em contraste, o sistema multipolar é mais instável porque os vários países lutam por proeminência.

Por fim, e porque será importante para o nosso estudo de caso, há que referir o realismo defensivo³¹. Ao contrário do realismo ofensivo que postula que os Estados num ambiente de anarquia internacional têm de acumular recursos militares, os realistas defensivos³² defendem que num ambiente anárquico os Estados acabam por proceder a uma política de equilíbrio em termos de capacidade militar pois uma acumulação desequilibrada de recursos militar pode pôr em risco a sua própria sobrevivência pois irá escalar as tensões regionais mas também pressionar a economia do país até a um ponto que as desvantagens superam os benefícios. Assim, os realistas defensivos respondem à probabilidade da existência de um conflito e não à mera possibilidade de tal acontecer como postulado pelos realistas ofensivos.

Os realistas defensivos optam pela manutenção do dilema de segurança a um nível moderado e pela manutenção de uma economia nacional saudável.

Assim, o neo-realismo, embora essencial para explicar as relações internacionais, peca pela incapacidade de explicar a cada vez maior cooperação e pluralidade num mundo globalizado e, especialmente, pela incapacidade de explicar os movimentos de criação de esferas com poderes supra-nacionais como a União Europeia, mas também por não acreditar na capacidade cumulativa no que concerne ao progresso da humanidade

³¹ Existem vários ramos quer do realismo defensivo, quer do realismo ofensivo. Aqui, apresenta-se uma definição generalista baseada nos pressupostos definidos por Stephen Brooks. Stephen Brooks, "Dueling Realisms," *International Organisation*, 51, n.º 3 (Julho, 1997), 445-477.

³² Note-se que Kenneth Waltz é considerado um realista defensivo. Stephen Brooks, "Dueling Realisms," *International Organisation*, 51, n.º 3 (Julho, 1997), 451-453.

3. Construtivismo

Com o fim da Guerra Fria a incapacidade de explicação das teorias clássicas no que concerne às transformações sistémicas que ocorriam tornou-se bastante óbvia e, por isso mesmo, surgiu um ambiente propício para o desenvolvimento e a legitimação de teorias alternativas. Foi neste contexto que a teoria construtivista ganhou bastante proeminência com os trabalhos de Nicholas Onuf, Alexander Wendt, Peter Katzenstein, Friedrich Kratochwill, entre outros.

Segundo Christian Reus-Smit³³ os três pilares fundamentais do construtivismo são os seguintes: (1) as estruturas normativas são tão importante como as materiais pois os sistemas de crenças e valores possuem características estruturais que influenciam as acções sociais e políticas; (2) é essencial perceber como é que as estruturas não materiais condicionam a identidade dos actores já que a identidade informa os interesses e consequentemente as acções. É necessário perceber como é que os actores desenvolvem os seus interesses; (3) os agentes e as estruturas são mutuamente constitutivas. Se, por um lado, as estruturas normativas condicionam os actores, por outro, elas não existiriam se não tivessem sido criadas e institucionalizadas. Há, assim, uma interacção recíproca entre agente e estrutura.

Ainda segundo Christian Reus-Smit, identificam-se três tipos de construtivismo³⁴: (1) o construtivismo sistémico, que se foca nas relações entre Estados ignorando a esfera da política doméstica; (2) o construtivismo a nível da unidade, que se foca na relação entre normas legais e sociais a nível doméstico e, também, nas identidades e nos interesses, incluindo o seu processo de formação, dos Estados; (3) e o construtivismo holístico que estuda quer as dinâmicas domésticas, quer as dinâmicas internacionais pois ambos condicionam os interesses e identidades dos Estados.

A visão construtivista sistémica Wendteniana é bastante peculiar porque, como já foi dito, ignora a esfera doméstica. Mas também porque Wendt tenta chegar a uma teoria universal o que é amplamente criticado pelos seus colegas construtivistas que consideram impossível a existência de uma teoria universal pois algo tão amplo ignoraria as especificidades culturais, normativas e identitárias.

³³ Scott Burchill et al., *Theories of International Relations* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009), capítulo 8.

³⁴ *Ibid.*, capítulo 8.

Wendt parte também do conceito de intersubjectividade: tudo é subjectivo, tudo é um produto do intelecto humano em dado momento histórico e, por isso, a anarquia não é naturalmente cooperativa ou conflituosa, é o que os Estados quiserem que ela seja.

A auto-ajuda e a procura do poder são instituições e não características da anarquia e, como tal, não existe um dilema de segurança inevitável que se impõe através de uma estrutura anárquica omnipresente e incontornável pois a própria noção de ameaça social é uma contrução. Os Estados e o sistema de Estados não passam de criações artificiais do homem, por outras palavras, “Os Estados constróem-se uns aos outros nas suas interações e ao fazerem-no constróem também a anarquia internacional que define as suas relações.”³⁵

Assim, os Estados, entidades socialmente construídas, são os autores da anarquia internacional e as transformações identitárias e de interesses são transformações na estrutura³⁶. O sistema é, por isso, dinâmico e mutável. No entanto, por ignorar a esfera doméstica, o construtivismo sistémico é incapaz de explicar como é que ocorrem as mudanças no que respeita às identidades e aos interesses.

E se, por um lado, ao responsabilizar o Estado pela estrutura cria uma ponte entre as escolas racionalistas anteriormente discutidas, por outro, define a identidade do Estado como decisor o que muitos consideram ser contraditório à afirmação de que as identidades e os interesses estão em constante fluxo já que a identidade do Estado como decisor é tida como um dos pontos de partida e, como tal, imutável.

Também no que refere a instituições o factor principal é a intersubjectividade: “An institution is a relatively stable set of ‘structure’ of identities and interests”³⁷ e são, por isso, entidades cognitivas que não existem isoladas das ideias dos actores sobre o mundo.

Katzenstein, por seu lado, desenvolve uma teoria a nível de unidade partindo da premissa de que, num mundo de escolhas incertas, as normas institucionalizadas moldam os interesses dos actores políticos. O autor identifica dois tipos de normas que,

³⁵ Robert Jackson e Georg Sorensen, *Introduction to international relations: theories and approaches* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2003).

³⁶ Cynthia Webber, “Constructivism,” *International Relations Theory – a critical introduction* (Nova Iorque: Routledges, 2005).

³⁷ Wendt citado de *Ibid.*, 64.

embora diferentes, estão intimamente ligadas: (1) normas regulatórias, as que definem os padrões do comportamento apropriado e que moldam os interesses e ajudam a coordenar o comportamento dos actores políticos, e (2) normas constitutivas, que expressam a identidade dos actores e que também definem interesses e, como tal, moldam o comportamento³⁸.

Os interesses políticos são definidos quer por normas regulatórias, quer por normas constitutivas.

A obra de Katzenstein distingue-se da maioria das explicações culturalistas porque, embora adopte uma visão culturalista, não rejeita as explicações estruturais tentando explicar como é que as estruturas domésticas estão intimamente ligadas às práticas culturais. Assim, as políticas seguidas “reflect the impact of particular historical moments on norms, identities and institutions that in turn shape foreign policy”³⁹

A sociedade não é estática e por isso as normas também não o são. O autor explica-o de uma forma bastante eloquente quando diz “o que importa (...) não é só a obediência dos actores políticos aos *standards* sociais que formam os seus interesses e comportamentos, mas a competência dos actores para (re)interpretar as suas identidades e, assim, (re)definir os seus interesses e comportamentos”⁴⁰. Katzenstein refuta a ideia de que as identidades são estáticas mas é também contra a ideia pós-modernista de que as identidades são infinitamente maleáveis e contestáveis.

As normas criam hábitos de interpretação e repertórios de práticas e, por isso, disponibilizam ferramentas que nos permitem a organização da acção em detrimento do fim em si da mesma e, por isso, a forma de agir é normalmente mais persistente que os objectivos que se pretendem atingir.

No entanto, as normas podem, por vezes, limitar os actores e as identidades colectivas podem levá-los a tomarem medidas que não são benéficas em termos de normas regulatórias. Por outro lado, as normas são contingentes e contestadas.

³⁸Peter Katzenstein, “Institutionalism, Realism and Liberalism,” *Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan* (Nova Iorque: Cornell University Press, 1995), 18.

³⁹Peter A. Gourevitch e Robert O. Robert Keohane et al., “The political science of Katzenstein,” *PS: Political Science & Politics*, Outubro (2008): 4.

⁴⁰ Peter Katzenstein, “Institutionalism, Realism and Liberalism,” *Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan* (Nova Iorque: Cornell University Press, 1995), 19. Tradução própria.

Contingentes porque se estabelecem e são reinterpretadas sob imperativos estruturais e contestadas porque existem várias normas disponíveis para cada situação e o actor tem opção de escolha.

Enquanto o liberalismo apenas se preocupa com as normas regulatórias, ignorando as normas constitutivas que definem a identidade dos actores e moldam os seus interesses, o realismo vai ignorar por completo os dois tipos de normas pois são os constrangimentos exteriores que compelem os actores a determinado comportamento.

Katzenstein defende que os actores não definem os seus interesses em torno da balança de poderes afirmando que os interesses dos actores políticos são plásticos e que estes podem ser criados de múltiplas maneiras dependendo dos efeitos das normas institucionalizadas.

As normas são cristalizadas através da institucionalização e, uma vez institucionalizadas, deixam de ser simplesmente valores ou preferências individuais para passarem a ter uma existência externa ao actor e serem colectivamente tidas como importantes e, por isso, conferem uma maior uniformidade e estabilidade à sociedade.

Embora o nível de densidade das políticas internacionais seja diferente das normas domésticas institucionalizadas, tudo o que foi dito sobre as normas num contexto doméstico verifica-se também na esfera internacional⁴¹. Assim, as normas sociais a nível global providenciam aos Estados modelos padronizados de identidade colectiva e de autoridade⁴². No entanto, o autor critica as perspectivas de homogeneização do mundo afirmando que embora a globalização e a internacionalização tenham tornado o mundo poroso, a diversidade não foi, nem será, destruída.

As normas, também no ambiente global, são mutuamente constitutivas reflectindo e alterando o ambiente internacional.

⁴¹ Quanto ao estabelecimento de normas na sociedade internacional o autor diz o seguinte: “Acordos quanto às normas na sociedade internacional de Estados é obtido através de legislação nacional paralela ou convergente ou através de tratados internacionais. Os tratados podem especificar normas que se tornam vinculativas depois de introduzidas na legislação nacional. Ou podem articular princípios gerais que informam o conjunto de normas através da legislação nacional.” Ibid., 20.

⁴² Ibid., 19.

Por fim, quanto às instituições internacionais, usando as palavras do autor, “a sua forma reflecte identidades colectivas que expressam propósito político substancial”⁴³.

As Teorias das Relações Internacionais aplicadas ao caso Japonês

Depois de, nos pontos anteriores, nos termos dedicado a uma abordagem puramente teórica tentamos, agora, enquadrar a política externa japonesa.

As três teorias apresentadas enriquecem o debate e em vez de se optar por uma teoria de forma inflexível optou-se por uma abordagem multi-teórica. Assim, apresentam-se argumentos das várias escolas de pensamento.

O Japão tem sido considerado um puzzle para os teorias das relações internacionais. Se, por um lado, é um dos países mais desenvolvidos do mundo não mostra interesse em obter um arsenal nuclear ou em perseguir uma política de defesa imponente. Por outro, como veremos, embora tenha desenvolvido esforços para aumentar a cooperação internacional e regional ainda mantém imensas barreiras aos seus mercados e os esforços no sentido de integração regional, com as duas maiores potências regionais – a China e a Coreia do Sul - têm sido amplamente frustrados devido, principalmente, à memória histórica e contendas territoriais.

1. Teoria Liberal

Como iremos desenvolver adiante, o Japão tem um processo de decisão doméstica plural com *input* de vários actores destacando-se: os principais partidos, os burocratas e as grandes empresas⁴⁴.

No estudo do caso japonês destacam-se as contribuições na área da interdependência institucional. Num mundo marcado pela globalização, o Japão tem

⁴³ Ibid., 29. Tradução própria.

⁴⁴ Ver Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005) e Chalmers Johnson, *Japan: who governs? The rise of the Developmental State* (Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1995).

activamente procurado uma política multilateral – ainda que se destaque a área económica e se registem poucos avanços na área política.

O Japão vê no multilateralismo uma forma de obter reconhecimento internacional, mas também de diminuir a desconfiança que recai sobre si por parte dos seus vizinhos.

Os liberais defendem que a tentativa de obtenção do lugar permanente no CSNU não se resume ao interesse nacional mas à vontade do Japão recorrer às normas internacionais e resolver os problemas de forma pacífica.⁴⁵

Depois de décadas a seguir uma política diplomática desprovida de valores, os japoneses têm tentado empreender uma política de liderança e têm-se destacado pelas suas iniciativas nos fóruns multilaterais de combate aos problemas comuns como a pobreza, os desequilíbrios ambientais, a distribuição de recursos energéticos, o desarmamento e desnuclearização, entre outros.

A erosão dos princípios da Doutrina Yoshida tem permitido ao Japão desenvolver um papel mais pró-activo na comunidade internacional.

Segundo a premissa de Nye, um factor essencial para a cooperação é o *softpower*. Um país / organização, etc conseguirá mais cooperação, quanto maior for o seu poder de atracção.

Embora o Japão não tenha uma cultura facilmente universalista e exportável, a cultura japonesa é altamente apreciada no estrangeiro por quase todos os segmentos da população. Desde a cozinha à indústria de entretenimento, o Japão é um país bastante popular e, desde 2004 que a promoção da cultura pop japonesa através da diplomacia pública está plasmado nos *Diplomatic Blue Books*⁴⁶. Este programa governamental – “Cool Japan” - está a ser desenvolvido de forma estratégica com o objectivo de aumentar o seu poder de atracção. Daí que, no relatório acima referido, uma das páginas seja dedicada à explicação do *softpower*.

⁴⁵ Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005), 378.

⁴⁶ Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Cultural Diplomacy and Overseas Public Relations Strategy,” Modificado pela última vez a 19 de Fevereiro de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2005/ch3-e.pdf>

providenciou ensino especializado a técnicos afegãos para que, no futuro, continuem a gestão da planta de forma independente. Assim, embora o Japão seja aliado dos EUA, as relações entre o Afeganistão e Japão e a imagem do Japão no país, é positiva.

No entanto, o Japão tem tido dificuldades em transformar esta atracção em influência real no mundo político quer por falta de liderança mas também não tem conseguido ultrapassar os seus problemas económicos domésticos.

Hanns Maull no seu artigo “Germany and Japan: the new civilian powers (1991)⁵², defende que, ao contrário dos pressupostos realistas, um país poderoso não tem obrigatoriamente de se tornam uma potência militar pois o sistema internacional já não se baseia na hegemonia, mas sim na cooperação e conflito entre parceiros internacionais fortemente interdependentes.

Maull, ainda no mesmo artigo, não nega a importância da dimensão securitária e acredita que a dissuasão nuclear e força convencional manterão um papel na manutenção do Estado como centro do sistema internacional, mas considera que a força militar será irrelevante na resolução de grande parte dos novos problemas internacionais como o terrorismo, drogas e questões ambientais.

Assim, acredita que o Japão, ao invés de investir no *hardpower*, continuará a investir no *softpower* tornando-se um poder civil o que implica: (1) a aceitação da necessidade de cooperação com os outros na persecução dos objectivos internacionais; (2) a concentração em meios não militares, maioritariamente económicos, para obter objectivos a nível nacional, sendo que o poder militar deve ser um instrumento pouco importante usado apenas na salvaguarda de outros meios de interacção internacional; (3) deve estar disposto a desenvolver estruturas supra nacionais para responder a questões de âmbito internacional.

Maull afirma ainda “As circunstâncias, num exemplo supremo de ironia, transformaram o Japão e a Alemanha de “países modernizados tardios” em protótipos de um futuro promissor”⁵³.

⁵² Hans Maull, “The new civilian powers : Germany and Japan,” *Foreign Affairs* 69, n.º5 (1990): 91-106.

⁵³ Ibid.. Tradução própria.

No entanto, este argumento pode ser debatido já que, embora tenha forças militares apenas para defesa, as SDF têm uma das melhores Marinhas do mundo e os elementos das suas forças são altamente qualificados. Isto porque embora as despesas com o sector de defesa não ultrapassem o 1%, 1% da economia japonesa, a 3ª maior economia do mundo, equivale a cerca de 56 mil milhões de dólares⁵⁴.

A ordem liberal é ainda contestada pelo facto de países como o Japão, a China e a Coreia do Sul, fortemente interdependentes em termos económicos ainda desenvolverem relações internacionais conflituosas fortemente estrangidas pela memória histórica e, os próprios governos, usarem o nacionalismo como arma política.

As disputas territoriais japonesas com a China têm escalado nos últimos anos. As Ilhas Senkaku (denominação japonesa) ou Ilhas Diaoyu (denominação chinesa), entre Taiwan e Okinawa, são reclamadas pelos dois países desde a II Guerra Mundial e, em Setembro de 2012, depois de várias manifestações anti-Japão na China devido às disputas territoriais, alguns manifestantes tentaram, sem sucesso, invadir a embaixada japonesa e o governo Japonês aconselhou os seus cidadãos a serem discretos quanto à sua nacionalidade em território chinês por motivos de segurança.

O Japão tem também disputas territoriais com a Coreia do Sul relativamente às Ilhas Takeshima (denominação japonesa) ou Dokdo (denominação coreana) e também os ministros coreanos, assim como os japoneses, têm politizado a questão para aumentar a sua popularidade junto dos eleitores⁵⁵.

O Japão tem ainda disputas territoriais com a Rússia relativamente aos territórios a norte de Hokkaido, Curilas e Sacalinas, que, no entanto, não são consideradas tão melindrosas geopoliticamente.

Assim, os países da Ásia Pacífico, embora ligados por fortes vínculos de interdependência comercial e financeira, continuam estabelecer relações marcadamente conflituosas e, como tal, a questionar os princípios da ordem neo-liberal.

⁵⁴ Mariko Oi, "Japan's contradictory military might," *BBC News*, 15 de Março, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-17175834>

⁵⁵ "Strained relations between Japan and South Korea: Lame ducks and flying feathers," *The Economist*, 8 de Setembro, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.economist.com/node/21562239>

2. Teoria Realista

Segundo a teoria realista é inevitável que uma grande potência, na sua luta pelo poder e pela manutenção da sua soberania, não se transforme numa potência militar. Daí que a aliança estratégica baseada na quase total dependência da protecção americana tenha frustado muitos teóricos.

No entanto, novos autores trouxeram novos contributos e autores como Hughes⁵⁶ e Drifte⁵⁷ defendem que embora não tenha desenvolvido uma política armamentista que se coadune com o seu estatuto de potência mundial, o Japão não contradiz a teoria realista pois em vez de usar o poder militar para maximizar o seu poder, usa o poder económico, optando pelo controlo de mercados, desenvolvimento tecnológico e criação de relações de dependência favoráveis como poder estrutural.

Também o dilema, que vimos anteriormente, *entrapment* versus *abandonment*, enunciado por Tucídides, tem sido aplicado ao estudo da aliança entre o Japão e os EUA. O Japão está ciente que, pelo menos a curto/médio prazo, não corre o risco de perder a sua importância como aliado pois a sua posição geo-estratégica é essencial para a política norte americana. No entanto, o Japão tem-se tornado um parceiro mais assertivo. Tem vindo a aumentar a sua capacidade militar – ainda que apenas possa ser usada para defesa – e a desenvolver o multilateralismo, principalmente a nível regional, sem nunca alienar totalmente os EUA, mas estabelecendo uma política independente.

O multilateralismo japonês, que pode ser interpretado por uma perspectiva liberal, é para os realistas nada mais que uma política de persecução do interesse nacional. O Japão tenta, através das organizações e fóruns internacionais, reforçar o seu poder procurando ter um papel importante na definição da agenda política para que possa defender os seus interesses e manter uma distribuição internacional de poder que lhe seja favorável.

⁵⁶ Christopher Huges, “Theory of economic power and security”, *Japan's economic power and security: Japan and North Korea* (Nova Iorque: Routledge, 1999).

⁵⁷ Reinhard Drifte, *Japan's Foreign Policy: From Economic Superpower to What Power?*, (Nova Iorque: Macmillan Press, 1998).

Ainda relevante, tem sido o debate sobre a possibilidade de o país se tornar uma potência nuclear⁵⁸. A questão nuclear, nas suas várias vertentes – energética e militar – tem sido, aliás, um tema bastante discutido desde o acidente nuclear de Fukushima, tendo, até, sido um factor de cisão entre vários membros do DPJ e provocado a consequente saída do partido por Ozawa Ichiro, como veremos mais à frente.

A teoria realista diz-nos que os países terão a tendência para aumentarem o seu arsenal e isso inclui desenvolverem a sua capacidade nuclear. No entanto, seguindo a lógica realista, os países seguem esta política armamentista com o objectivo de intimidar os seus possíveis inimigos.

O Japão, não obstante de ser publicamente anti-nuclear, tem capacidade de se converter numa potência nuclear a curto prazo: para além de ter a tecnologia e o conhecimento técnico, tem plutónio suficiente – proveniente do seu programa de energia nuclear - para produzir armas nucleares. Apenas o facto de o Japão ser um país “para-nuclear” é já o suficiente para uma política de intimidação.

Aliás, é até defensável que o Japão apoia uma política anti-nuclear não por razões éticas, mas por razões puramente realistas: para bloquear a possibilidade de outros países desenvolverem esta tecnologia mantendo, assim, uma vantagem estratégica.

Kawasaki Tsuyoshi⁵⁹ defende que a política de defesa japonesa se enquadra perfeitamente no pós-realismo já que o objectivo de qualquer estado é defender a soberania e, para o fazer, o Japão tem de manter uma política que não aumente o dilema de segurança regional. Se o Japão iniciasse um programa nuclear, os seus vizinhos – assim como preconiza o dilema de segurança – iriam entrar na corrida. Para além da insegurança, esta escalada armamentista provocaria uma pressão económica imensa ao país.

⁵⁸ Destaca-se o trabalho de Dubhash Kapita, “Japan’s Imperatives for Nuclear Weapons,” *SAAG Paper* 487 (2002); Mataka Kamiya, “Nuclear Japan: Oxymoron or coming soon?” *The Washington Quarterly* 26, n.º 1 (2001).

⁵⁹ No artigo de Tsuyoshi Kawasaki, “Postclassical realism and Japanese security policy,” *The Pacific Review* 14, n.º 2 (2001): 221–240, o termo ‘pós-realismo’ é usado pelo autor como sinónimo de Realismo defensivo.

Assim, para evitar tal cenário o Japão opta por uma política de aliança com os EUA e uma política militar puramente defensiva, mantendo a tensão regional a um nível moderado.

Por outro lado, e seguindo a lógica realista de balança de poderes, o crescimento da China irá aprofundar a aliança entre os EUA e o Japão no sentido de contrabalançar as forças sínicas. Os EUA e o Japão reforçarão a sua aliança para conseguirem suplantar a China e garantirem a sua segurança. A China, que se tem desenvolvido como uma força alternativa à ordem americana, apoiando regimes e conferindo APD a países sem pedir garantias de cumprimento dos direitos humanos, é, neste momento, a segunda maior economia do mundo e tem investido oficialmente cerca de 2% do seu PIB no seu sector militar. E, embora em termos percentuais esse número pareça reduzido, em termos brutos equivale a milhares de milhões e a China detém, neste momento, um dos melhores e maiores exércitos do mundo⁶⁰.

Do ponto de vista histórico, Kenneth Pyle⁶¹ aponta várias razões para uma propensão para o realismo por parte do Japão: o longo período de “feudalismo”, em que cada senhor lutava pela ascensão ao poder através da acumulação de recursos militares, preparou o Japão para um ambiente internacional anárquico. Por outro lado, também o pragmatismo político japonês e a importância conferida ao poder estatal assim como ao estatuto e à honra predis põem o país a uma política realista. Por fim, refere ainda a capacidade de adaptação e acomodação do país ao ambiente internacional de modo a tirar o máximo partido do mesmo.

3. Teoria Construtivista

Quer Katzenstein, quer Thomas Berger para além de se dedicarem à teorização construtivista dedicaram-se ao Japão como caso de estudo⁶².

⁶⁰ Index Mundi, “China – military expenditure,” Modificado pela última vez a 17 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.indexmundi.com/facts/china/military-expenditure>

⁶¹ Kenneth Pyle, *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose* (Nova Iorque: The Century Foundation, 2007).

⁶² Ver Thomas Berger, “Set for Stability? Prospects for Conflict and Cooperation in East Asia”, *Review of International Studies* 26 (2000): 405–406; e Thomas Berger, “Norms, identity, and national security in

Ambos partem do princípio que a teoria realista não explica na totalidade o comportamento do Japão na esfera internacional pois é incapaz de explicar a discrepância entre o poder económico e o poder militar.

Para explicar o comportamento japonês vão introduzir uma variável, nomeadamente os factores não materiais da sociedade doméstica. As normas e identidade anti-militarista assim como a preferência por uma política consensual – valorização de uma política que mantenha a estabilidade – fortemente institucionalizadas na sociedade, impedem o Japão de se comportar como os neo-realistas preveem. Estas normas e identidade são, obviamente, transpostas para a política externa e Katzenstein destaca três aspectos: o tecto máximo de 1% em PIB em gastos na defesa, a política de destacamento de tropas para o estrangeiro e, por últimos, os três princípios anti-nuclear: proibição da produção, posse ou existência de armas nucleares no território. Para além disso, promove o desarmamento e o uso da energia nuclear para fins civis.

Tanto Katzenstein como os teóricos de análise de política externa enfatizam o facto de as formas de agir serem, normalmente, mais persistentes do que os objectivos que se pretendem atingir. Na década de 90, o Japão foi um caso exemplo dessa realidade. Com o surgir de uma nova realidade marcada pela erosão dos princípios da Doutrina Yoshida, e com dificuldade em adaptar-se à nova ordem e às novas exigências, o país passou por alguns anos de incertezas em que a burocracia continuou as suas práticas não obstante dos novos objectivos. A burocracia, que se distribuiu pelos vários ministérios e agências, teve durante várias décadas muita liberdade na elaboração das leis e acordos e esta autonomia fez com que o processo de decisão político se tornasse complicado e longo com os vários elementos da burocracia a tentar obter uma maior parte do orçamento.

O uso do construtivismo Wendtiano, dado que ignora a esfera doméstica e se baseia principalmente na explicação de como as interações entre os Estados afecta a estrutura do sistema, tem tido pouca expressão na explicação de casos específicos.

Germany and Japan,” in Peter Katzenstein, *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1996).

A Análise de Política Externa

Na elaboração desta dissertação foram tidos em consideração os princípios da Análise de Política Externa (APE), disciplina desenvolvida no pós II Guerra-Mundial que foca o seu estudo nos diferentes actores e nos diferentes processos e dinâmicas de decisão dedicando-se, por isso, a uma teoria da escolha política humana colocando o ser humano como uma das principais fontes de comportamento e mudança na política internacional⁶³.

Os fundamentos teóricos da disciplina são os seguintes: (1) o conhecimento sobre as particularidades dos indivíduos envolvidos no processo de decisão política são essenciais para perceber a natureza dessas escolhas, (2) é necessário incorporar a informação sobre essas particularidades na construção de teorias transnacionais e de médio-alcance, (3) essas teorias devem integrar múltiplos níveis de análise, (4) na formulação destas teorias deve haver uma abordagem multidisciplinar de todas as ciências sociais e, por fim, (5) compreender o processo de formulação de política externa é tão ou mais importante que a compreensão dos *outputs* da política externa⁶⁴.

Uma das principais características da APE é afastar-se da visão do Estado como actor unitário dedicando-se aos indivíduos e às unidades que compõem o Estado e debruçando-se sobre os aspectos cognitivos.

A importância conferida pela disciplina aos factores cognitivos é, sem dúvida, essencial para perceber o processo de decisão política. Desde já porque os agentes processam a informação de maneira diferente e, como tal, só usando os factores cognitivos é possível explicar como em situações idênticas obtivemos acções tão disparens no campo das relações internacionais, pelo que perceber o que está por detrás de uma decisão se torna tão ou mais importante que a decisão em si.

Um dos factores cognitivos mais importante é a percepção. Os decisores de política externa não reagem ao mundo real mas ao mundo por si percebido. Reagem à sua percepção da esfera internacional, dos outros e de si próprios. Segundo

⁶³ Valerie M. Hudson e Christopher S. Vor, "Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow," *Mershon International Studies Review* 39, n.º 2, Outubro (1995): 209.

⁶⁴ *Ibid.*, 214.

Holsti⁶⁵, os Estados criam ainda percepções quanto ao papel que o país deve perseguir na esfera internacional.

Segundo Robert Jarvis⁶⁶ a mente lê a realidade com base nalguns pressupostos cognitivos, nomeadamente: (1) estruturas cognitivas de crenças – também conhecidos como códigos operacionais – que se estruturam e organizam especialmente em volta das crenças tidas como centrais e que, como tal, são as mais difíceis de mudar; (2) memória selectiva, num mundo de imensa informação os indivíduos vão lembrar-se de algumas coisas melhor do que outras e lembrar-se-ão melhor de conceitos gerais do que detalhes; (3) atenção e percepção selectivas, a mente tende a aplicar a atenção de uma força selectiva e incompleta; (4) inferência causal, os indivíduos tendem a fazer inferências dos acontecimentos segundo os seus códigos operacionais; (5) estabilidade cognitiva, depois de formadas a mente tende a manter as relações internas quanto às crenças estáveis principalmente no que diz respeito às crenças centrais.

A estrutura cognitiva é influenciada por três factores: (1) o nível de experiência e conhecimento do decisor - quanto mais inexperiente e menos conhecimento o decisor tiver sobre determinado assunto mais fragmentadas, inconsistentes e, até mesmo contraditórias, serão as suas crenças e, como tal, será mais flexível para a mudança; (2) o papel que o decisor desempenha - se por um lado os burocratas actuam de forma previsível seguindo rotinas institucionalizadas, os teóricos, que ocupam posições intermédias, revelam consistência ao longo do tempo optam por padrões de crenças mais abstractos e extensivos. Já os descomprometidos, que detêm vasta informação, tendem a optar por soluções diferentes em situações idênticas; (3) a situação e expectativas mantidas pelos decisor - os decisores tendem a interpretar a informação de acordo com os assuntos que, naquele momento, são preocupações imediatas e mais tempo lhes consomem.

Por fim, de modo a perceber o mundo complexo, os decisores políticos tendem a cair em três padrões de percepção: (1) tendência para categorizar e estereotipar muitas vezes criando imagens simplistas como o bom e o mau; (2) tendência para simplificar as inferências causais sobrestimando ou subestimando certos factores como as causas

⁶⁵ Ibid., 219

⁶⁶ J. A. Rosati, "The Power of Human Cognition in the Study of World Politics," *International Studies Review* 2 (2000): 52-53.

disposicionais e situacionais do comportamento, a própria importância ou o planeamento e centralização das actividades dos outros; e, (3) tendência para o uso de analogias históricas usando situações do passado como repertório de opções à disposição dos decisores.

Em conclusão, os factores cognitivos influenciam o processo de decisão política em duas fases: (1) na definição da agenda política; (2) na formulação e decisão da política externa. Segundo Rosati⁶⁷ “a aboradagem cognitiva tende a resultar em operações mentais onde as decisões são tomadas da seguinte forma: valores e objectivos são separados em vez de integrados e priorizados; a procura de informação é limitada; a consideração das alternativas é limitada; a alternativa mais consistente com o valor ou objectivo dominante é escolhida; uma aprendizagem instrumental e estrangida limita o *feedback*.”⁶⁸

Para além de todos os aspectos cognitivos já referidos existem muitos outros determinantes e condicionantes do processo de decisão política externa. Segundo Maria Raquel Freire⁶⁹ destacam-se: a multiplicidade de actores; as assimetrias na acessibilidade tecnológica; a decepção usada como tática de manipulação; o secretismo muitas vezes dentro do próprio sistema institucional doméstico; a inexistência de informação mas também a sua ambiguidade de conteúdo e também da fonte; a inconsistência de conteúdo – o actor pode enviar mensagens diferentes dependendo do público a que se dirige; associação de vários temas tornando-se difícil distinguir quando é que as causas e consequências de um tema são afetadas ou influenciam outro; cinética, o que obriga a uma constante interpretação das variáveis, e, por fim, a modularidade que se prende com a necessidade de interpretar em conjunto a informação pertinente às decisões de política externa.

Existem ainda outros factores que influenciam o processo de decisão política como os grupos de interesse, cujo poder de influência é variável, existindo grupos lobistas com extensos recursos e capacidade de influenciar quer a agenda, quer o processo de decisão.

⁶⁷ Ibid., 69.

⁶⁸ Ibid. Tradução própria.

⁶⁹ Maria Raquel Freire e Luís daVinha, “Política Externa: modelos, actores e dinâmicas,” in *Política Externa: as relações internacionais em mudança*, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra 2011), 35-37.

As comunidades epistémicas constituídas por uma “rede de profissionais com experiência e competência reconhecidas numa determinada área e uma autoridade reconhecida sobre um conhecimento de interesse político dentro dessa temática”⁷⁰ influenciam a decisão política, quer através de reflexões, quer através de recomendações sobre as políticas a seguir.

Também a opinião pública influencia o processo de decisão política e prevê-se que irá ter um papel cada vez mais importante devido ao maior acesso à informação possibilitado pelas novas tecnologias. Assim, os analistas de política externa demarcam-se do consenso de Almond-Lippman que afirma que a opinião pública, em matéria de política externa, não é coerente nem estruturada e, por isso, tem pouco impacto na persecução de política externa das nações. No entanto, é verdade que a opinião pública não é estática e pode mudar de forma substancial em pouco tempo e pode, em muitas situações, ser altamente influenciada pela cobertura que os meios de comunicação social dão a certas temáticas. Também no que diz respeito à opinião pública é necessário ter em consideração a percepção que os decisores políticos têm da mesma.

Quer as elites, quer a opinião pública estabelecem parâmetros de permissibilidade para as acções dos oficiais do governo na política externa.

Por fim, as decisões são ainda condicionadas pelo enquadramento legal doméstico ou, ainda, por questões culturais.

Outra das grandes contribuições para o estudo das relações internacionais por parte da APE é dissimular a afirmação de que o indivíduo, no processo de decisão política, actua racionalmente na persecução de objectivos e interesses sendo fortemente coagido pela estrutura. O princípio da racionalidade presuppõe que os vários actores que constituem o governo trabalham juntos para um interesse nacional por todos acordado.

Segundo esta disciplina a aplicação da racionalidade é restrita e o decisor, por diversas razões, não explora a informação de maneira perfeita preferindo a satisfação à optimização. Por outro lado, a estrutura não pode ser vista como determinística e os factores cognitivos – como já vimos – são de maior importância no processo de decisão.

⁷⁰ Hass P., citado de Maria Freire, *Política Externa: as relações internacionais em mudança* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011), 38.

As razões pelas quais o decisor não explora a informação de maneira perfeita podem estar ligadas a questões contextuais como as características nacionais e da sociedade, por exemplo, o tamanho, a riqueza, a responsabilidade política, o sistema económico, etc. Mas também a questões cognitivas como as características dos líderes.

Os líderes, como qualquer agente de decisão político, não partem de uma tábua rasa. São indivíduos com ideais, valores, motivações emocionais e ideológicas, experiências e estilos preferidos de acção diferentes.

No entanto, sendo que os líderes não têm controlo absoluto sobre a situação, a política externa não será directamente afectada pela sua personalidade e preferências tornando-se, assim, mais pertinente perguntar em que circunstâncias estas características são determinantes.⁷¹ As características pessoais do líder adquirem mais influência quando quando a autoridade e legitimidade do líder é amplamente aceite mas também quando, em regimes autoritários, os líderes são protegidos das críticas.

Por outro lado, o impacto do carácter pessoal do líder varia conforme o contexto sendo, por vezes, este último mais importante que o próprio líder. A verdade é que em certas situações, especialmente durante crises, o líder tem mais liberdade pois é possível afastar-se de constrangimentos que anteriormente o limitavam tomando mais controlo sobre a formulação de política externa. Maria Raquel Freire aponta ainda outras circunstâncias em que favorecem o potencial impacto dos indivíduos, nomeadamente: novas situações que libertam os líderes de abordagens convencionais; situações complexas que envolvem um grande número de factores diferentes; e situações isentas de sanções sociais que permitem liberdade de escolha porque as normas que definem o leque de opções permissíveis não são claras.

No entanto, os líderes não tomam as decisões sozinhos e o processo de decisão é conduzido através de uma organização hierárquica. O número de indivíduos envolvidos no processo de decisão política depende das instituições do governo de uma determinada sociedade. Também a personalidade do líder irá influenciar a organização do executivo e a sua experiência e conhecimento irão ter impacto no grau de proactivismo que terá no processo de decisão. Se uns líderes optam por procurar

⁷¹ Maria Freire, *Política Externa: as relações internacionais em mudança* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011), 31.

activamente informação e moldar as opções políticas, outros, normalmente os com menos conhecimentos na área, confiam num painel de especialistas a responsabilidade de reunir informação e definir a agenda em determinadas matérias.

Por outro lado, não existe um sistema de aconselhamento perfeito e a possibilidade do líder estruturar o sistema de aconselhamento e escolher os conselheiros depende do sistema político em que está inserido.

Breuning usa uma analogia interessante afirmando que os líderes e os seus conselheiros mais próximos são apenas a ponta do iceberg no processo de decisão política.

As instituições burocráticas são também essenciais no processo de decisão de política externa. E, embora algumas instituições burocráticas sejam actores proeminentes, outras estão tão no fundo do iceberg que não se consegue claramente perceber o que fazem em concreto ou como influenciam o processo de decisão.

A burocracia tem um papel central na decisão política tendo o poder para influenciar os dirigentes mas também a opinião pública já que são os burocratas que definem o processo, filtram a informação e prestam aconselhamento.

Independentemente da estrutura do sistema de aconselhamento este será sempre um sistema político e, como tal, as instituições também põem em causa o princípio da racionalidade porque, durante o processo de decisão, tentam aumentar a sua influência, têm como prioridade a sua sobrevivência e os indivíduos dentro da instituição são detentores de interesses e ambições pessoais. Assim, as decisões políticas resultam, muitas vezes, de um processo de negociações a vários níveis.

Por outro lado, estas instituições actuam de acordo com processos estandardizados evitando o risco podendo ser até consideradas, até certo ponto, inertes pois deixam pouco espaço para a criatividade e flexibilidade ignorando, muitas vezes, opções que não se enquadrem nos processos já conhecidos.

Os pequenos grupos são também importantes no processo de decisão política por duas razões: (1) funcionam como *think tanks* quando reúnem, organizam e processam a

informação, (2) funcionam como um centro de comando que desenvolve e avalia opiniões sendo responsável por chegar a uma decisão⁷².

Também os pequenos grupos apresentam fraquezas, a destacar, o *groupthink*, ou seja, a motivação para manter o consenso dentro do grupo e para ser aceite pelo mesmo pode ter efeitos negativos na qualidade das decisões tomadas⁷³.

Por fim, as decisões políticas tendem a ser realizadas pelos actores na ponta do iceberg, maioritariamente, os líderes e os pequenos grupos que o aconselham.

Os vários modelos teóricos apresentados não são excludentes já que pode haver várias unidades de decisão em momentos diferentes e, como tal, deve haver uma análise que compreenda uma interacção entre as várias abordagens.

A Análise de Política Externa aplicada ao caso Japonês

Como iremos ver no próximo capítulo o processo de decisão política japonesa apresenta uma estrutura tripartida sendo os principais actores a burocracia central, o partido no poder e as grandes empresas.

Os especialistas desta temática fazem referência a três tipos de processo de decisão política no Japão⁷⁴:

(a) as decisões de rotina que, tratam de questões não controversas e com pouco significado político, são, normalmente, deixadas a cargo dos burocratas. São, por isso, decisões que seguem processos estandardizados. Normalmente as decisões são tomadas por pequenos painéis de burocratas especialistas nessa área e num contexto de organização vertical. Como se tratam de questões com um baixo nível de risco são, muitas vezes, utilizados canais informais caso haja necessidade de cooperação inter-ministerial.

⁷² Marijke Breuning, *Foreign Policy analysis – A comparative introduction* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007), 101.

⁷³ Valerie M. Hudson e Christopher S. Vor, “Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow,” *Mershon International Studies Review* 39, n.º 2, Outubro (1995): 216.

⁷⁴ Michael Minor, “Decision Models and Japanese Foreign Policy Decision Making,” *Asian Survey* 25, n.º 12, Dezembro (1985): 1229-1241.

(b) as decisões políticas são decisões tomadas sobre questões com certo grau de controvérsia e cujo tempo de discussão é amplo. Como tal, é uma decisão que implica um número razoável de intervenientes pertencentes ao executivo, partidos políticos e actores extra-governamentais. Neste processo de decisão a burocracia tem um papel reduzido, mas, como vimos, existe uma permeabilidade entre os vários actores. No processo de tomada de decisão os intervenientes leem relatórios escritos por burocratas e podem solicitar a sua opinião.

(c) As decisões tomadas numa crise, sobretudo se inesperada, são aquelas em que o líder tem mais responsabilidade pois são decisões com um elevado nível de risco, tomadas por um grupo muito pequeno de pessoas, normalmente numa organização horizontal, num espaço de tempo muito curto.

Embora tenha nos últimos anos, devido a sucessivos escândalos de corrupção, perdido algum do seu prestígio, a burocracia tem um papel central na elaboração de legislação e de tratados, na condução de negociações a nível bilateral e multilateral mas também na elaboração de iniciativas a nível político, económico e securitário. Como explicado anteriormente, os vários departamentos dos vários ministérios, tentam influenciar a distribuição do orçamento para aumentarem o seu poder de influência chegando a ocultar informação⁷⁵. Sendo este processo altamente burocrático, é levado a cabo segundo rotinas institucionalizadas, tornando-se, muitas vezes previsível, lento a responder a situações inéditas e adverso a mudanças bruscas. Este tem sido, aliás, apresentado como um dos maiores desafios para a reestruturação do Japão.

Por outro lado, e como veremos, a personalidade do líder em conjunto com os factores contextuais e com o nível de aprovação do eleitorado, tem influência na acção do mesmo. Destacam-se os mandatos de Koizumi, considerado um dos primeiros ministros mais poderosos da história moderna japonesa. Koizumi questionou publicamente e de forma sistemática a doutrina Yoshida contribuindo para a gradual erosão da mesma.

Sendo o princípio de não-remilitarização uma das bases do código operacional dos japoneses, esta mudança tem vindo a ser lenta, impulsionada pelo receio do

⁷⁵ Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005), 46-75.

crescimento da China, pelo aumento dos incidentes diplomáticos entre estes dois países e pela mudança geracional. O receio do crescimento da China, ou seja a percepção de que a China é uma ameaça, ou se poderá tornar uma ameaça, tem, assim, influenciado a política externa japonesa.

Outro dos códigos operacionais do Japão é a importância da consensualidade na tomada de decisões. Este aspecto vai limitar a leque de acções disponíveis já que o grupo cairá facilmente na lógica de *groupthink*.

Também a importância cultural da hierarquia se torna, por vezes, um obstáculo ao debate de ideias e à apresentação de alternativas já que discordar abertamente da opinião de um sénior pode ser interpretado como falta de respeito.

Capítulo III: A política externa japonesa e os seus actores

1. A política externa Japonesa

A política externa japonesa gerou bastante debate ao longo das décadas tendo sido, durante muito tempo, considerada reactiva, anómala e desprovida de qualquer estratégia de fundo. Conclusões, essas, que têm vindo a ser desconstruídas em estudos mais recentes⁷⁶. Para além da eterna discussão sobre o futuro do Japão baseada no debate realistas/liberais, que vimos anteriormente, o debate foi fortemente marcado por opiniões pró ou contra Japão muitas vezes referido como “Entusiastas pelo Japão” versus “Anti-Japão”⁷⁷ das quais os estudos actuais se tentam distanciar.

A segunda Guerra Mundial foi um momento de viragem da política externa japonesa. A derrota e consequente ocupação pelos EUA - que impuseram uma nova constituição redigida por Washington - marcaram a passagem de um regime militarista para um regime pacifista.

Esta nova constituição impõe, no artigo nono, a renúncia total à guerra:

Artigo 9: Aspirando sinceramente à paz internacional baseada na justiça e ordem, o Povo Japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de resolução de disputas internacionais.

Para cumprir os objectivos do parágrafo anterior, forças terrestres, marítimas e aéreas, como qualquer outra força potencial de guerra, nunca serão mantidos. Não é reconhecido o direito de beligerância do Estado.⁷⁸

⁷⁶ Com destaque para Michael Green, *Japan's Reluctant Realism* (Nova Iorque: Palgrave, 2001) e Kenneth Pyle, *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose* (Nova Iorque: The Century Foundation, 2007)

⁷⁷ Em inglês “Japanese enthusiasts” versus “Japanese bashing”

⁷⁸ Prime Minister of Japan and His Cabinet, “The Constitution of Japan,” 3 de Novembro, 1946, Acessível em 22/07/2013.

http://www.kantei.go.jp/foreign/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html

1.1. A Doutrina Yoshida como estratégica de desenvolvimento

A base da política externa japonesa definiu-se nos primeiros anos do pós 2ª Guerra Mundial tendo sido o Primeiro-Ministro Yoshida Shigeru⁷⁹ um dos grandes arquitectos do que mais tarde viria a ser conhecida como a Doutrina Yoshida e que se baseia numa forte aliança com os EUA, na concentração do esforço nacional no desenvolvimento económico e no investimento mínimo na área militar.

1.1.1. A aliança com os EUA

Depois da II Guerra Mundial assistiu-se ao desenvolver de um sistema bipolar marcado por uma lógica de balança de poderes entre os EUA e a URSS. O Japão, que saiu derrotado na II Guerra Mundial, era um país estratégico para os EUA conterem o comunismo na Ásia. No entanto, se, nos anos imediatamente seguintes à ocupação, a aliança foi vista por muitos como a continuação do acesso pelos antigos ocupantes ao país, a verdade é que, depois de o Comodoro Perry ter forçado o Japão a abrir as suas fronteiras, o Japão manteve uma política de alianças com o grande poder da época, nomeadamente, a aliança Anglo-Japonesa (1902-23) e o Pacto Tripartido com a Alemanha de 1940-1945. E, como tal, a aliança com os EUA não introduz um novo elemento na política externa, mas sim, apresenta-se como uma linha de continuidade embora com bastantes peculiaridades.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial o mundo político transformou-se totalmente. Por um lado assistimos ao vingar dos princípios Wilsonianos democráticos liberais com o estabelecimento do sistema, liderado pelos EUA, de Bretton Woods - um conjunto de regras, instituições e procedimentos com o objectivo de regulamentar o sistema monetário internacional com o objectivo de promover o comércio internacional e o desenvolvimento económico.

E, por outro, assistimos ao estabelecimento de uma ordem bipolar – a Guerra Fria – em que os EUA e a União Soviética tentavam suplantar-se um ao outro

⁷⁹ Remeto para o Anexo 3 – Cronologia dos Primeiro-Ministros japoneses

recorrendo a uma política de acumulação de recursos militares e a alianças estratégicas para evitar a maximização de poder por parte do inimigo.

A fase inicial da ocupação americana foi marcada por reformas estruturais seguindo a lógica Wilsoniana⁸⁰ de reformas estruturais com o objectivo de acabar com os regimes autocratas. Assim, o território foi desmilitarizado, o nacionalismo político demonizado, através de purgas das elites políticas, e o território japonês foi inserido na ordem internacional liberal americana de Bretton Woods. No entanto, os americanos deixaram os burocratas – fortemente ligados às elites políticas - manter as suas posições o que permitiu, no período pós ocupação, a manutenção de uma classe política marcadamente conservadora.

Se inicialmente, os Americanos planeavam a total desmilitarização e estabelecer reformas que prevenissem que o Japão se tornasse novamente uma grande potência mundial, com o desenrolar dos acontecimentos na China e na Coreia, rapidamente se aperceberam que precisavam que o Japão se tornasse num forte aliado na região e empreenderam uma política de recuperação económica e reabilitação do território⁸¹.

Em 1951 os EUA e o Japão assinam, a 8 de Setembro, o Tratado de Paz e o Acordo de Segurança estabelecendo uma aliança estratégica que, embora tenha sofrido alterações ao longo dos anos, se mantem até ao dia de hoje e é, actualmente, mais consensual que nunca.

Yoshida Shigeru, antigo diplomata, forte opositor dos militaristas, foi primeiro-ministro entre 1946-1947 e 1948-1954 e teve como principal objectivo usar o sistema internacional a favor do Japão para voltar, um dia, a ser uma grande potência.

Para além das questões securitárias, Yoshida viu na Aliança com os EUA uma maneira de restaurar a reputação do país e ser aceite pela comunidade internacional. Mas também uma forma de garantir acesso a tecnologia e usufruir do sistema liberal liderado pelos EUA e, assim, a possibilidade de se concentrar quase exclusivamente na recuperação económica.

⁸⁰ Ver página 9

⁸¹ Kenneth Pyle, *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose* (Nova Iorque: The Century Foundation, 2007).

E, embora o acordo de 1951 se estabelecesse numa base desigual⁸², Yoshida viu o acordo como um degrau para atingir os objectivos a longo prazo.

Em 1953 os EUA tentaram rever a constituição e acabar com o artigo nono e pressionaram o Japão para o rearmamento. Yoshida recusou veemente esta alteração de paradigma e jogou com dois medos dos EUA afirmando, por um lado, que o rearmamento empobreceria o território deixando-o exposto à ideologia comunista e, por outro, que membros conservadores militaristas poderiam tentar reanimar o nacionalismo das décadas anteriores.

Embora tivesse conseguido prevenir a revisão constitucional, Yoshida teve de fazer algumas cedências tendo assinado, em 1954, o Acto de Assistência de Segurança Mútua em que o Japão se comprometia a assumir maior responsabilidade quanto à sua segurança. Yoshida teve de aumentar consideravelmente o número de homens nos vários sectores das forças de defesa mas conseguiu usar grande parte das verbas deste programa para a reconstrução e desenvolvimento económico.

De modo a evitar ser arrastado para a guerra fria o Gabinete de Aconselhamento Legislativo⁸³ definiu a leitura oficial do artigo nono da constituição de uma forma bastante restritiva, estabelecendo que a constituição proibia o envio de forças para o exterior, a participação em exercícios de segurança colectiva e, também, que o Japão só poderia manter forças de defesa essenciais.

Yoshida saiu do cargo de primeiro-ministro em 1954 mas manteve a sua influência entre os conservadores que em 1955 se organizaram no Liberal Democratic Party (LDP).

Yoshida foi extremamente inteligente na leitura que fez da esfera internacional e conseguiu adaptar o país à nova estrutura internacional tirando o máximo partido da mesma.

⁸² O acordo, estabelecido por tempo indefinido, determinava o direito de uso das bases japonesas por parte dos americanos. Assim como, a capacidade de empreender actos de guerra a partir delas sem a autorização do Japão e o direito de extraterritorialidade dos militares e das suas famílias. Estabelece ainda a possibilidade de os EUA intervirem em questões internas japonesas se for necessário estabelecer a ordem e proíbe o Japão de conceder, a países terceiros, direitos às bases sem o consentimento dos EUA. "Treaty of Peace with Japan," 1951. Acessível em 22/07/2013. <http://www.taiwandocuments.org/sanfrancisco01.htm>

⁸³ Em inglês *Cabinet Legislation Bureau*

A forte influência das facções pró-Yoshida em conjunto com o poder do Partido Socialista e uma opinião pública amplamente anti-rearmamento impossibilitou os futuros líderes posicionados mais à direita de alterarem a leitura restritiva do artigo nono que perdurou por 40 anos.

Para além disso, em 1960, aquando da renegociação do tratado de segurança com os EUA levada a cabo por Kishi Nobusuke, o Japão assistiu a manifestações violentas por parte de elementos mais ligados à esquerda. O acordo⁸⁴ foi ratificado e, ao contrário do acordo de 1951, após 10 anos podia ser rescindido. Ainda que relativamente menos desigual que o anterior, o território de Okinawa continuou sob administração americana até 1972. Embora as manifestações não tenham impedido a ratificação do acordo, ficou claro que os temas fracturantes da sociedade tinham um poder de destabilização enorme e, como tal, estes temas começaram a ser preteridos tendo a classe dirigente focado as suas energias na política económica construindo um estado fortemente interventivo intitulado, por muitos, como mercantilista.

Dos primeiros-ministros pró-Yoshida do sistema de 1955⁸⁵ destacam-se Ikeda Hayato, Primeiro-Ministro de 60 a 64, e Sato Eisaku, Primeiro-Ministro de 64 a 72. Estes dois indivíduos tiveram um papel central na consolidação e desenvolvimento da doutrina.

Em 1958 foi iniciado o projecto do Acordo de Não Proliferação, aberto para assinatura em 1968, e, por isso, estes ministros estabeleceram as bases da política nuclear japonesa tendo Sato assinado o Acordo em 1970 embora este só tenha sido ratificado em 76.

Baseada na leitura restritiva do artigo nono, a política nuclear japonesa define-se pela proibição da produção, posse ou existência de armas nucleares no território mas, ainda, pela promoção do desarmamento e pelo uso da energia nuclear para fins civis.

Sato estabeleceu ainda a proibição de exportação de armas para os países do bloco soviético, para os países com embargos de armas estabelecidos pela UNO e, ainda,

⁸⁴Com este acordo os dois países estabeleceram que iriam desenvolver capacidades para, em conjunto, resistir a ataques armados no território sob administração japonesa. Prevê ainda a consulta das autoridades japonesas antes de grandes mudanças nas forças americanas no território e para o uso das bases japonesas em situações de combate. Kenneth Pyle, *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose* (Nova Iorque: The Century Foundation, 2007), 237-238.

⁸⁵Nome dado ao sistema político japonês de 1955 até 1993 marcado pelo papel dominante do LDP

para países envolvidos em conflitos ou em risco de conflito. No entanto, Miki Takeo, Primeiro-Ministro de 74-76, proibiu totalmente a exportação de armas e, em 1976, ficou estabelecido que o território apenas poderia gastar 1% do PIB no sector da defesa. Dez anos depois, em Dezembro de 1986, este tecto máximo foi abolido sob fortes críticas do Partido Socialista, mas a verdade é que, até à data, a despesa militar ainda não ultrapassou essa marca⁸⁶.

Actualmente o Japão é responsável por parte das despesas de manutenção das bases, tendo pago no passado tanto cerca de 74,5% do custo da presença americana no território. Em 2008 este custo ascendeu aos 4 mil milhões de dólares.⁸⁷

Estão destacados milhares de tropas americanas no Japão – o número é variável, normalmente ronda os 35,000 e os 45,000⁸⁸ e, em Março de 2012, Obama afirmou que iria retirar 9,000 homens do Japão⁸⁹. Embora existam várias bases operacionais e vários centros logísticos, a base principal é a de Okinawa, onde se encontram cerca de 75% dos homens⁹⁰

1.1.2. Desenvolvimento Económico

Na década de 70 o Japão era incontornavelmente uma potência económica mundial, mas tinha um sistema económico muito próprio, marcado pela intervenção do estado na economia e por uma forte limitação de importações e de investimento estrangeiro.⁹¹

⁸⁶ The World Bank, “Military Expenditure (% GDP),” Modificado pela última vez a 17 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS/countries/1W-JP?page=2&display=default>

⁸⁷ Reiji Yoshida, “Basics of the U.S. military presence,” *Japan Times* 25 de Março (2008): 3. Acessível em 22/07/2013. <http://www.japantimes.co.jp/text/nm20080325i1.html>

⁸⁸ Jason Ditz, “Gates: US Needs Troops in Japan ‘Long-Term’ to Target China, North Korea,” *Anti-War*, 14 de Janeiro, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://news.antiwar.com/2011/01/14/gates-us-needs-troops-in-japan-long-term-to-target-china-north-korea/>

⁸⁹ Danielle Demetriou, “United States agrees to move 9,000 soldiers out of Japan,” *The telegraph*, 27 de Abril, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/japan/9230482/United-States-agrees-to-move-9000-soldiers-out-of-Japan.html>

⁹⁰ Reiji Yoshida, “Basics of the U.S. military presence,” *Japan Times* 25 de Março (2008): 3. Acessível em 22/07/2013. <http://www.japantimes.co.jp/text/nm20080325i1.html>

⁹¹ Bill Emmott, *The Sun Also Sets: Why Japan Will Not Be Number One* (Londres: Simon & Schuster, 1989).

O Japão usa o poder económico como poder estrutural numa política marcadamente realista usando a tecnologia, o investimento directo estrangeiro, a ajuda ao desenvolvimento, entre outros, como instrumentos de poder na resolução de questões internacionais e na procura de hegemonia económica regional.⁹²

E, embora já não podendo usar o argumento de que uma política militar provocaria o empobrecimento generalizado e levaria elementos da população a tornarem-se simpatizantes da causa comunista, foi mantida a leitura restrita da constituição e conseguindo, assim, resistir à forte pressão da administração Nixon para a remilitarização com o intuito de obter mais apoio na Guerra do Vietname.

No entanto, com o sucesso económico vieram também as críticas internacionais de que o Japão, embora beneficiasse do sistema liberal e da protecção nuclear dos EUA, não contribuía o suficiente para a manutenção do mesmo sistema e da paz internacional. Para responder as estas críticas o Japão viu-se forçado a contribuir mais com as despesas relacionadas com as bases mas também para com as instituições internacionais.

De facto, no início dos anos 80 o Japão apresentava-se como o maior credor e maior doador de APD a nível mundial mas continuava a ser criticado e chamado de *free-rider*⁹³.

A década de 80, em termos políticos, foi marcada pelo mandato de Nakasone Yasuhiro (1982-1987). Nakasone, opositor da Doutrina Yoshida, tentou reinventar a política externa japonesa acreditando na revisão do artigo nono - chegou mesmo a afirmar que o país devia escrever a sua própria constituição – tentou estabelecer uma relação com os EUA baseada na igualdade (o que pressuponha um papel pró-activo na aliança) e tentou tornar o Japão, em termos securitários, autónomo.

O Japão dos anos 80, uma potência económica, tinha de se comportar adequadamente deixando de ter uma atitude passiva de adaptação ao sistema internacional mas ajudando activamente na construção do mesmo e tornando-se um

⁹² Kenneth Pyle, *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose* (Nova Iorque: The Century Foundation, 2007), 191.

⁹³Shafiqul Islam, "Foreign Aid and Burdensharing: Is Japan Free Riding to a Coprosperity Sphere in Pacific Asia?" *Regionalism and Rivalry: Japan and the United States in Pacific Asia*, Editado por Jeffrey Frankel e Miles Kahler, (Chicago: The University of Chicago Press, 1993).

líder. Para isso, propôs o aumento da despesa anual na área da defesa até 7% mas não conseguiu concretizá-lo.⁹⁴

Nakasone defendeu também a reforma institucional de forma a acabar com as práticas não liberais do país tentando acabar com várias barreiras proteccionistas e subsídios, mas rapidamente admitiu que não conseguiria alcançar este objectivo num só mandato.

Esta nova atitude do Japão rapidamente chamou a atenção de Washington e a administração de Nakasone ficou marcada pela sua relação próxima com Ronald Regan também conhecida como a amizade Ron-Yasu.

Um dos grandes pontos da agenda da sua administração foi tentar diluir a política de consenso que torna as decisões mais complexas, como as questões relacionadas com a segurança, vagarosas e previsíveis. Tentou também retirar poder à burocracia que monopolizava as decisões políticas e enfraquecia o Primeiro-Ministro.

1.1.3. Investimento mínimo na área militar

Nakasone encontrou uma forte resistência por parte dos burocratas, da opinião pública, mas também por parte dos conservadores e, por isso, conseguiu alcançar muito pouco do que propunha. No entanto, conseguiu aprovar a exportação de transferência de tecnologia militar para os EUA e melhorar os laços diplomáticos com a URSS e a China.

Nakasone criou ainda polémica ao visitar o Santuário Yasukuni, onde estão “sepultadas” as almas de muitos criminosos de guerra, visto por muitos como a representação material do nacionalismo e militarismo japonês.

Nakasone foi seguido por Takeshita Noboru (1987-1989), da mesma facção, que não se destacou em termos internacionais valendo a pena referir que admitiu o facto de o Japão ter sido um estado agressor durante a II Guerra Mundial. Ambos foram ligados a escândalos de corrupção no final dos anos 80 mas continuaram a ter um papel importante nos bastidores da política japonesa.

⁹⁴ Kenneth Pyle, *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose* (Nova Iorque: The Century Foundation, 2007), 210-241.

Com o desmoronar da ordem internacional bipolar e a consequente redistribuição de poder o entusiasmo em relação ao Japão era enorme. A frase "The Cold War is over, and Japan won", repetida incessantemente em análises políticas e pelos média, representa claramente este sentimento. A verdade é que o Japão tinha sido o país a melhor aproveitar as oportunidades do ambiente internacional hostil das décadas anteriores.

Na realidade, este novo ambiente internacional, em conjunto com a crise económica que se seguiu, levou ao bloqueio político e à descoberta dos graves erros de gestão económico-financeira do passado.

Se durante muitas décadas os EUA permitiram a manutenção das instituições iliberais japonesas agora revelavam muito menos tolerância às mesmas devido principalmente às fortes críticas por parte da opinião pública, mas também porque com o cair da ordem bipolar o papel do Japão na ordem estratégica americana começou a ser repensado. O investimento directo estrangeiro do Japão era enorme e os produtos japoneses, especialmente carros e televisores, inundavam o mercado americano competindo com as empresas americanas.

O Japão, que durante a década de 80 tinha sido visto como um exemplo a seguir e tinha exportado a sua forma de desenvolvimento económico, via-se agora perante uma crise política, económica, institucional e social. A burocracia, que durante décadas tinha sido vista como uma peça essencial no plano político-económico nacional, enfrentava gravíssimos escândalos relacionados com a corrupção e foi fortemente desacreditada.

1.2. A queda do mundo bipolar e a adaptação a uma nova realidade

O início da década de 90 foi particularmente dolorosa para o país. Por um lado, os EUA surgem como o vencedor da Guerra Fria e como única superpotência mundial, por outro, a realidade regional ainda era marcada por questões conflituosas remanescentes da Guerra Fria mas também pelo desenvolvimento económico dos Tigres Asiáticos.

Em 1990 começa o conflito no Golfo Pérsico. O Japão encontrava-se num bloqueio político tremendo e foi incapaz de dar resposta aos pedidos internacionais. Mais uma vez, o Japão apoiou-se na leitura restritiva do artigo nono.

A inércia das autoridades japonesas para responderem a esta crise deixou a comunidade internacional muitíssimo frustrada principalmente porque o Japão dependia do petróleo da região. Na década de 90, o Japão dependia do petróleo do Médio Oriente em 41,4%⁹⁵. Assim, muitos países interpretaram a posição do Japão como oportunista: o Japão queria a situação resolvida, mas protegia-se dos custos associados ao conflito através da Constituição.

No sentido de apaziguar a comunidade internacional o Japão enviou, em 1991, equipas de caça-minas para o território e doou 13 mil milhões de dólares. No entanto, o país foi criticado pelo uso da técnica do “check-diplomacy”, ou seja, política marcada pela doação de dinheiro e bens, mas sem qualquer apoio de outro tipo.

Depois desta humilhação internacional torna-se claro para o país que a doutrina Yoshida já não é eficaz como no passado e, em 1992, sob o Primeiro-Ministro Miyazawa Kiichi, é aprovado o Lei Internacional de Cooperação Pacífica, também conhecida como a Lei da Manutenção de Paz, possibilitando o envio de forças e de apoio logístico e humanitário para o estrangeiro em missões de manutenção de paz.

No entanto, tendo em conta as restrições constitucionais, esta nova legislação impôs cinco condições para o envio das SDF: (1) existência de um acordo de cessar-fogo; (2) as partes do conflito devem autorizar a participação do Japão na operação; (3) as forças de manutenção de paz devem manter a sua imparcialidade; (4) a participação das SDF pode ser suspensa ou cancelada caso as condições anteriores sejam desrespeitadas e, por fim, (5) para proteger o pessoal enviado, o uso de armas será limitado ao mínimo necessário.

Em 1992, a reorganização do MOFA estabeleceu a Divisão de Segurança Nacional dentro do *Foreign Policy Bureau* aumentando os recursos burocráticos disponíveis para a participação no ARF (ASEAN Regional Forum) e noutros fóruns securitários.

⁹⁵ Alan Dowty, “Japan and the Middle East: signs of chance?” *Middle East Review of International Affairs* 4, n.º 4, Dezembro (2000).

Em 1993 a crise política sofrida no país é expressa nas eleições. Pela primeira vez o LDP vê-se forçado a governar em coligação acabando, assim, o sistema de 1955.

Também em 1993, Ichiro Ozawa, considerado um dos políticos japoneses mais influentes, publicou o *Blueprint for a New Japan* (日本改造計画 Nihon Kaizō Keikaku) uma obra que se tornou um *best-seller* em que o autor defende a “normalização” do país através de uma reforma legal, política e militar que permitisse ao país um papel pró-activo na comunidade internacional em vez do papel de adaptação estipulado pela doutrina Yoshida.⁹⁶

A década de 90 é intitulada de década de perda devido à crise interna política e económica. No entanto, seria simplista dizer que o Japão ignorou a política externa. De facto, a saída do Tratado de Não-Proliferação Nuclear por parte da Coreia do Norte em 1993 e a disputa relativa às ilhas Senkaku entre 96-97 levaram a uma erosão dos princípios da Doutrina Yoshida e, em 1997, o Japão e os EUA revêem os Guidelines for US-Japan Defense Cooperation ficando o Japão mais integrado na Aliança estabelecendo cooperação em novas áreas como caça-minas, sanções económicas e no acesso a portos e espaço aéreo japonês.

Ainda com o objectivo de se tornar mais activo na aliança o país inicia, em 1998, o seu programa de vigilância por satélite e, ainda, uma política de cooperação com os EUA na área dos mísseis balísticos defensivos.

Koizumi Junichiro torna-se Primeiro-Ministro em 2001 e mantém-se no poder até 2006 tendo sido um dos Primeiros-Ministros japoneses que mais tempo ocupou o cargo. Embora envolto em polémica e críticas, nomeadamente com a visita ao Santuário Yasukuni e cortes nos subsídios ao governo local⁹⁷, é considerado um dos líderes mais carismáticos do Japão.

Em termos internacionais o seu mandato fica marcado pela relação próxima com o Presidente George W. Bush, pela centralização das relações com a ONU e pela tentativa de normalização das relações com a Coreia do Norte dificultada pelos raptos de cidadãos japoneses nas décadas anteriores, pela política nuclear do país e pelo facto

⁹⁶ Edward W. Desmond, “Ichiro Ozawa: Reformer at Bay,” *Foreign Affairs*, [September/October \(1995\)](http://www.jstor.org/stable/20047304): 117-131. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/20047304>

⁹⁷ “Order to cut 1 trillion in subsidies stuns officials,” *Asahi*, 21 de Novembro, 2003. Acessível em 22/07/2013. <http://www.asahi.com/english/business/TKY200311210136.html>

de em Dezembro de 2001 o Japão ter afundado um navio espião norte coreano em águas japonesas naquele que foi o primeiro acto militar japonês depois da guerra fria.

Depois do 11 de Setembro os EUA definiram uma nova política externa tendo como um dos eixos centrais o combate ao terrorismo. Sentindo-se ameaçado pela Coreia do Norte e não querendo cair no mesmo erro que durante a Guerra do Golfo, Koizumi apoiou logisticamente, em acções não combatentes, os EUA na acção conjunta contra o regime Taliban, aprovada pela ONU, depois de ter aprovado uma lei – Lei de Medidas Especiais Anti-Terrorismo⁹⁸ – que permite ao Japão prestar apoio militar aos EUA em operações fora do território permitindo, entre outros, aos petroleiros japoneses fornecerem combustíveis aos navios americanos envolvidos no confronto.

A Lei de Medidas Especiais Anti-Terrorismo para além de marcar uma posição de apoio à política anti-terrorista americana evoca ainda a importância das relações com a ONU já que o seu preâmbulo define o seguinte: “A Lei de Medidas Especiais Anti-Terrorismo diz respeito às medidas empreendidas pelo Japão no apoio das actividades de países estrangeiros no sentido de cumprir os objectivos da Carta das Nações Unidas em resposta aos ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 nos EUA, assim como a acções humanitárias baseadas em resoluções importantes da ONU”.⁹⁹

Esta lei, definida por tempo limitado, foi sendo prolongada até 2009 quando o DPJ acabou com a missão de reabastecimento às forças americanas no Afeganistão.

A luta contra o terrorismo tem sido uma prioridade desde então e o Japão tem desenvolvido este tema nos mais variados fóruns como o G8, ASEAN, ASEAN+3, ASEAN RF e APEC. Tem dado ênfase ao combate ao terrorismo no Sudeste asiático, à importância de cortar as fontes de financiamento dos terroristas, e tem promovido a cooperação entre as autoridades da região da Ásia Pacífico nesta questão criando, em 2003, um cargo com a responsabilidade específica de abordar estas questões, havendo, desde então, um embaixador da luta contra o terrorismo.

⁹⁸ Em inglês: *Anti-Terrorism Special Measures Law*

⁹⁹ Tradução própria. Acessível em 22/07/2013.

http://www.kantei.go.jp/foreign/policy/2001/anti-terrorism/1029terohougaiyou_e.html

Para além dos seus esforços em fóruns multilaterais, tem desenvolvido esforços bilaterais e tem auxiliado países em desenvolvimento a implementarem medidas contra as forças terroristas através de APD, principalmente no sudeste asiático e Afeganistão.

O mandato de Koizumi é marcado pela erosão rápida dos princípios da Doutrina de Yoshida. Em 2001 vai alargar o âmbito de acção das SDF e inicia o processo de alteração do estatuto da Agência de Defesa tendo esta sido, em 2007, elevada a Ministério.

Em 2004, numa decisão polémica e fracturante, Koizumi enviou SDF para o Iraque ainda que apenas para operações exclusivamente humanitárias e de reconstrução - nomeadamente na prestação de assistência médica, distribuição de água potável, reabilitação e manutenção de escolas e instalações públicas - onde permaneceram até 2006, embora membros da Air Self-defense Force tenham permanecido depois dessa data no Kuwait para transportar bens e pessoal para o Iraque.

Vai ainda estabelecer duas excepções quanto à exportação de armas: as armas relativas ao programa *Ballistic Missile Defense* produzidas através de cooperação entre o Japão e os EUA passam agora a poder ser exportadas para os EUA e as restantes armas desenvolvidas e produzidas através de cooperação entre os dois países passam a poder ser exportadas para os EUA depois de as autoridades governamentais designadas para o efeito analisarem a situação e aprovarem.

Em Julho de 2006 a Coreia do Norte faz um teste de mísseis no mar do Japão. Koizumi e o seu Ministro da Defesa, na altura Taro Aso, em conjunto com os EUA pressionaram o Conselho de Segurança para impôr sanções ao país e o Japão iniciou, unilateralmente, sanções económicas.

Ainda no mesmo ano, mas já sob o Primeiro-Ministro Shinzo Abe, a Coreia do Norte faz um teste nuclear e, só nessa altura, é que o CSNU vai aprovar a resolução n.º 1718 como irei desenvolver no capítulo três.

Shinzo Abe vai prosseguir com as políticas do seu predecessor e tenta melhorar, com relativo sucesso, as relações com a China e a Coreia do Sul que estavam melindradas depois da visita de Koizumi ao Santuário.

O sucessor de Shinzo, o Primeiro-Ministro Fukuda Yasuo, vai defender, para o bem da estabilidade das relações externas, que os Primeiro-Ministro não visitem o santuário no futuro. O curto mandato de Fukuda fica apenas marcado pelos meses de debate quanto à manutenção do apoio logístico às operações conjuntas contra os Talibãs no Afeganistão. Ainda que contra a oposição do DPJ, Fukuda consegue manter a operação.

Depois de um ano de mandato sem brilho do membro do LDP Taro Aso, o LDP perde as eleições de 2009 e o DPJ torna-se, pela primeira vez, o partido no poder.

Para a vitória nas eleições contribui principalmente o desejo de mudança de paradigma e Hatoyama, líder do DPJ na altura, usou como bandeiras eleitorais a melhoria do sistema de segurança social, a transparência política e a obtenção de uma posição mais igual na aliança com os EUA prometendo a realocização da base militar americana de Futenma¹⁰⁰ para outro local que não Okinawa onde vários incidentes, envolvendo militares americanos, levaram a uma forte indignação por parte da população local.

O mandato de Hatoyama seguiu as linhas matrizes do DPJ em termos de política externa: a defesa do desenvolvimento de uma política direccionada para a Ásia que, ao contrário da visão de Yoshida, não se devia basear numa visão unicamente comercial, mas numa perspectiva de estabelecer laços diplomáticos fortes promovendo uma política de integração económica e encontros de alto-nível com dirigentes Asiáticos nomeadamente Sul Coreanos e Chineses.

Hatoyama acabou com a missão de reabastecimento no Afeganistão alegando a sua inconstitucionalidade dirigindo os esforços na área somente para a ajuda ao desenvolvimento.

Após meses de tensão entre Tóquio e Washington, Hatoyama anunciou que a realocização das bases para fora de Okinawa seria impossível. Enfraquecido por não

¹⁰⁰ Em 2006 foi assinado um acordo entre os EUA e o Japão estabelecendo que as bases de Futenma seriam afastadas do centro da cidade e realocizadas para a parte norte mais rural de Okinawa. Emma Chanlett-Avery e Ian E. Rinehart, "The U.S. Military Presence in Okinawa and the Futenma Base Controversy," *Congressional Research Service*, 3 de Agosto de 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42645.pdf>

cumprir esta promessa eleitoral, mas também devido aos escândalos de corrupção que envolveram Ozawa Ichiro, Hatoyama vê-se forçado à demissão afirmando ter tentado sem sucesso "alterar as medidas políticas de modo a que o Povo japonês se tornasse um actor principal"¹⁰¹.

Kan Naoto, ministro das finanças de Hatoyama, sucedeu-lhe. No seu curto mandato teve de enfrentar várias crises nomeadamente o grave incidente diplomático com a China após a detenção de uma embarcação Chinesa ao largo das ilhas Senkaku, o aumento das tensões com a Rússia devido aos territórios em disputa, mas também o terramoto seguido de tsunami e desastre nuclear em Março de 2011.¹⁰²

Também durante o seu mandato assistimos ao ataque norte coreano à embarcação sul-coreana Yeongpyeong que o Japão imediatamente repudiou. Durante o seu mandato os laços com a Coreia do Sul melhoraram também devido ao pedido de desculpas público no centésimo aniversário da anexação da Coreia.

Ao desastre de Fukushima seguiram-se várias manifestações públicas anti-energia nuclear e o debate público continua. Há, agora, mais preocupações quanto à manutenção das centrais e a questão energética tornou-se um dos pontos centrais da agenda política.¹⁰³

Kan anunciou publicamente que é a favor da redução da energia nuclear e a favor do aumento no investimento nas energias renováveis.

Em Fevereiro de 2011 o Japão autorizou a venda de propulsores aos EUA que os utilizará principalmente nas acções a decorrer no Afeganistão. Considerando a proibição de venda de armas e tecnologia de guerra, os vários Ministérios envolvidos na decisão

¹⁰¹ "Japanese PM Yukio Hatoyama resigns amid Okinawa row," *BBC News*, 2 de Junho de 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/10211314>

¹⁰² "Japan-Russia row escalates over disputed Kurils islands," *BBC News*, 7 de Fevereiro, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-12379331>,

"Noda team moves swiftly to curtail Senkaku controversy," *Asahi Shimbun*, 17 de Agosto, 2012. Acessível em 22/07/2013. http://ajw.asahi.com/article/behind_news/politics/AJ201208170043 e "Naoto Kan, Ex-Prime Minister: Japan Was Unprepared For Fukushima Nuclear Crisis," *Huffington Post*, 8 de Março, 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.huffingtonpost.com/2012/03/08/naoto-kan-fukushima_n_1330525.html

¹⁰³ Hiroko Tabuchi, "Tokyo Rally Is Biggest Yet to Oppose Nuclear Plan," *The New York Times*, 16 de Julho, 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.nytimes.com/2012/07/17/world/asia/thousands-gather-in-tokyo-to-protest-nuclear-restart.html?_r=0

categorizaram os propulsores como tecnologia multiusos e não como tecnologia armamentista.

A 11 de Novembro de 2011 o novo Primeiro-Ministro Noda Yoshihiko anunciou pretender iniciar negociações para entrar no Parceria Económica Estratégica Trans-Pacífico, também conhecido como TPP, um acordo multilateral de comércio livre na região da Ásia Pacífico. A questão da abertura do Japão é bastante polémica no território pois implicaria a liberalização do sector agrícola até agora fortemente protegido pelo Estado. Em Janeiro de 2012 foi assegurado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Koichiro Gamba que iria promover um debate nacional antes de iniciar as negociações formais para o TPP.

Noda tem tentado diversificar a economia japonesa, melhorar as relações com as economias asiáticas emergentes e estabelecer acordos comerciais.

Foi também durante o seu mandato que, em Dezembro de 2011, a proibição de exportação de armas foi revista. Os três princípios anteriormente referidos mantêm-se mas é levantada a proibição em duas situações: (1) para armas usadas em operações de manutenção de paz e cooperação internacional (inclui a doação de equipamento e maquinaria aos países onde as SDF se encontram e são categóricos de que isto só acontecerá com a pedido do país) e (2) para as armas desenvolvidas e produzidas em conjunto com países com os quais o Japão mantém ligações relacionadas com a defesa (programa de mísseis com os EUA mas também com outros membros da NATO).

As revisões que têm vindo a ser implementadas aos três princípios de troca de tecnologia militar têm por objectivo permitir ao Japão desenvolver um papel mais pró-activo em actividades de cooperação internacional mas também para fortalecer a aliança com os EUA.

Embora a aliança com os EUA seja, agora, mais consensual que nunca, os japoneses têm visto com alguma apreensão a tentativa de aproximação à China da presidência de Obama.

Para Obama, os EUA são, também, uma nação da Ásia Pacífico e deve desenvolver esforços no sentido de fortificar as relações entre estes países.¹⁰⁴

Obama tem vindo a desenvolver uma política de aproximação com o governo Chinês, tentando melhorar a cooperação entre os dois países. Para além da perspectiva económica, a administração Obama reconhece a importância da cooperação com a China na resolução de várias questões internacionais principalmente a questão norte-coreana, mas ainda a questão iraniana, afegã e paquistanesa e, não menos importantes, questões ambientais e as disputas territoriais do Mar da China.

Numa visita a Tóquio, em Novembro de 2009, em que Obama reafirmou a importância e empenho dos EUA na aliança com o Japão, afirmou ainda: “Os EUA não pretendem conter a China. Pelo contrário, o crescimento de uma China forte e próspera pode ser uma fonte de fortalecimento para a comunidade das nações”¹⁰⁵.

Iso não quer dizer que a relação EUA – Japão enfraquecerá, muito pelo contrário. Em termos geopolíticos o crescimento da China compele a um reforço da Aliança entre os dois no sentido de manter a estabilidade regional. Podemos ainda afirmar que a relação triangular China – EUA – Japão irá determinar a nova ordem na Ásia.

A Guerra Fria na Ásia tornou o multilateralismo quase impossível daí que, embora na década de 50 as relações com a ONU tivessem destaque nos *Diplomatic Blue Books*, só com o fim da Guerra Fria é que assistimos a um verdadeiro empenho, por parte da Japão, no multilateralismo.

As razões para o multilateralismo se ter tornado central para o Japão na década de 90 são de vária ordem. Desde logo porque o Japão enfrentava uma crise económica interna e viu o multilateralismo como uma maneira de compensar o esplendor económico de épocas anteriores.

¹⁰⁴ “Barack Obama says Asia-Pacific is 'top US priority',” *BBC News*, 17 de Novembro, 2011. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-15715446> e Hillary Clinton, “America’s Pacific Century,” *Foreign Policy*, Novembro, 2011. Acessível em 22/07/2013. http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century

¹⁰⁵ Helene Cooper, Michael Wines e David Sanger, “China’s Role as Lender Alters Obama’s Visit,” *The New York Times*, 14 de Novembro, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.nytimes.com/2009/11/15/world/asia/15china.html>

Por outro lado, a memória histórica da 2ª Guerra Mundial ainda tem um papel importante nas relações diplomáticas e o multilateralismo e liderança regional podiam melhorar a desconfiança dos vizinhos.

Com a mudança de paradigma do sistema internacional decorrente do fim da Guerra Fria, o Japão teve de reavaliar o seu papel na Aliança com os EUA e viu neste novo contexto uma oportunidade de estabelecer uma política externa e diplomática mais independente.

Para além disso, numa altura em que a China e os Tigres Asiáticos mostravam o seu poder, o Japão viu o multilateralismo como uma política realista de contenção da China e de defesa dos seus próprios interesses.

E, se por um lado, a relação com a ONU é vista como uma forma de legitimar acções securitárias mesmo a nível colectivo, por outro, para os elementos mais à esquerda, esta relação é vista como uma forma de encontrar um equilíbrio na relação com os EUA.

Autores como Kenneth Pile afirmam ainda que, embora o interesse em conquistar fisicamente a Ásia tenha sido destruído, o Japão ainda mantém uma visão bastante paternalista do território asiático e percebe o seu papel na região como um papel de liderança daí esta nova de multilateralismo conceda principal atenção à região.

Em conclusão, com o fim da Guerra Fria o Japão teve um papel activo no desenvolvimento de uma política multilateral principalmente a nível regional. Destacando-se os seus esforços no ASEAN Regional Forum, KEDO (Korean Peninsula Energy Development Organization)¹⁰⁶, Six Party Talks¹⁰⁷, NEACD (Northeast Asia Cooperation Dialogue)¹⁰⁸ e CSCAP (Council for Security Cooperation in Asia Pacific).

¹⁰⁶ Programa entretanto desactivado mas que tinha como objectivo construir, na Coreia do Norte, instalações que substituíssem reactores nucleares do tipo Magnox. “KEDO, about us,” *KEDO*, Acessível em 22/07/2013, http://www.kedo.org/au_history.asp

¹⁰⁷ Negociações estão paradas desde 2009 quando a Coreia do Norte testou um míssil balístico intercontinental (Taepodong-2). “North Korea ‘keen’ for six-party nuclear talks,” *BBC News*, 1 de Agosto, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-14361567>

¹⁰⁸ Fórum multilateral informal onde se discutem questões de segurança regional. “The Northeast Asia Cooperation Dialogue,” *IGCC*, Acessível em 22/07/2013, <http://igcc.ucsd.edu/policy/track-ii-forums/neacd.htm>

Mas também em organizações de carácter político e financeiro como a ONU, ASEAN+3, Asian Development Bank, APEC, FMI, Banco Mundial.

2. O processo e os agentes de decisão de política externa

As grandes obras de análise da política externa japonesa apontam para uma estrutura tripartida sendo os principais actores a burocracia central, o partido no poder e as grandes empresas. Estes três actores estão fortemente ligados entre si quer por laços institucionais, quer por relações informais. Assim, o Japão não é um actor unitário na formulação da sua política externa. Mais, mesmo dentro dos três vértices da agência doméstica existem facções e, por isso, a política externa desenvolve-se num ambiente de constante debate quer dentro dos actores, quer entre os actores¹⁰⁹.

A burocracia central, que usufruiu de grande prestígio até à década de 90, tem estado envolvida em casos de corrupção incrivelmente mediáticos e, embora a sua importância continue a ser reconhecida e respeitada, têm vindo a ser implementadas medidas no sentido de limitar o seu poder e fortalecer o Primeiro-ministro.

Existe bastante permeabilidade entre a burocracia e os outros dois vértices de decisão política já que grande parte dos membros da Dieta ocuparam lugares na máquina estatal e também porque é habitual os políticos e burocratas ocuparem posições de relevo no sector privado e público-privado numa fase avançada da sua carreira, principalmente após a reforma. Esta rede de contactos permitiu, por um lado, uma articulação da política externa, mas, por outro, permitiu um ambiente propício a casos de corrupção e de abuso de poder e influência.

Não obstante, os burocratas – que se dispersam em vários ministérios, agências e no Gabinete do Primeiro-Ministro - continuam a ter um papel central em todas as áreas da sociedade, destacando-se na esfera da política externa pelo seu papel na elaboração de legislação e de tratados, na condução de negociações a nível bilateral e multilateral mas também na elaboração de iniciativas a nível político, económico e securitário.

¹⁰⁹ Ronald J. Hrebenar., *Japan's New Party System* (Oxford: Westview Press, 2000).

2.2.1. Poder Executivo

2.2.1.1. Ministérios

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MOFA) tem como responsabilidade “a criação e implementação da política externa, económica e securitária; recolha de informação; proteção dos cidadãos japoneses no estrangeiro”¹¹⁰.

Na década de 90 devido à grave crise económica e à incapacidade de resposta à crise do Golfo, o MOFA foi fortemente criticado pelos média pela sua ineficácia na resolução da crise mas também pela incapacidade de estabelecer uma política externa independente e bem definida. Na realidade, o MOFA tem tido, ao longo das décadas, algumas dificuldades em estabelecer a sua agenda política e tem, geralmente, optado por uma política diplomática discreta.

O MOFA tem vários departamentos importantes para o tema em estudo, nomeadamente: Departamento de Desarmamento, Não-Proliferação e Ciência; Gabinete de Cooperação Económica - responsável pela distribuição da APD - e, por último, o Gabinete de Política Externa responsável principalmente pelas relações com a ONU, a UNPKO e pela acção diplomática para a obtenção do precioso lugar permanente no CSNU.

Por ser a entidade que controla os orçamentos das várias agências, o Ministério das Finanças (MOF) também é relevante na formulação da política externa japonesa tendo a capacidade de, através da distribuição de fundos, permitir ou negar a possibilidade dos vários Ministérios e Agências desenvolverem a sua agenda política.

Dentro do MOF é o Gabinete Internacional que se dedica às questões de finança internacional e quem controla as relações com as instituições financeiras globais como o FMI, o Banco Mundial, o G7/G8 e a OCDE.

O MOF destaca-se, ainda, pelo seu empenho em transformar o Japão num dos principais actores na gestão do sistema financeiro internacional apresentando propostas

¹¹⁰ Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005), 47.

como o Fundo Monetário Asiático e participando activamente no debate sobre a aquitectura do sistema financeiro internacional.

Tem também um papel importante no que respeita à distribuição dos empréstimos ao estrangeiro e no Banco Asiático de Desenvolvimento e foi essencial para o desenvolvimento da política de pacotes de ajuda financeira aos países da Ásia Oriental no período da crise de 1997.

Com o papel de promover a nível internacional as trocas e os interesses comerciais japoneses, o Ministério da Economia, Comércio e Indústria (METI) tem uma função importante nas negociações comerciais, na política de desenvolvimento e atribuição de APD (nomeadamente o Gabinete de Comércio e Cooperação Económica).

Dentro do METI, o Gabinete de Comércio tem a responsabilidade de administrar as relações económicas multilaterais com a OMC, OECD, ASEM, APEC, ASEAN, tendo tido um papel fundamental no estabelecimento de acordos de livre comércio e nos acordos de parcerias económicas, mas também na administração das relações económicas bilaterais.

No entanto, a incapacidade de reestruturar o próprio sistema económico-financeiro tem sido um entrave para estes dois últimos organismos conseguirem obter um lugar central na gestão do sistema internacional.

Também o Ministério da Defesa, criado em 2007, após a elevação da Agência de Defesa Japonesa a Ministério, tem vindo a ganhar relevância na formulação da política externa.

Na década de 90 com o envio de equipas anti-minas para o Golfo e de forças de manutenção de paz para o Camboja, as Self-Defense Forces (SDF) tornaram-se uma ferramenta diplomática. Para além disso, o papel da agência nas negociações para a revisão dos guidelines da aliança com os EUA em 95 e 96, e o aumento das tensões regionais criaram um ambiente propício para a Agência de Defesa Japonesa se impôr como um actor na formação da política externa.

Destaca-se o seu papel no diálogo, tanto a nível bilateral como multilateral, com os países da Ásia Oriental sobre questões de cooperação securitária através do Fórum Asiático Regional e através de diplomacia defensiva especialmente com a Coreia do Sul.

Todos estes ministérios tentam, assim, aumentar o seu orçamento para conseguirem levar a cabo os objectivos por si estabelecidos e, por isso, os conflitos inter e intra ministeriais fazem parte do processo. Cabe, normalmente, ao Primeiro-Ministro e ao Kantei – constituído pelo Primeiro-Ministro e os seus Ministros - gerir os interesses e expectativas dos vários actores de maneira a conseguir a definição de uma política externa coesa¹¹¹.

2.2.1.2. O Primeiro-Ministro

A fraca liderança tem sido uma das principais causas, apontadas pelos especialistas para a incapacidade do Japão transformar o seu poder económico e *softpower* em poder efectivo na esfera internacional. Por isso, o fortalecimento do papel do Primeiro-Ministro em detrimento da burocracia e dos partidos é visto como uma prioridade.

As razões para o poder enfraquecido do Primeiro-Ministro são de vária ordem. Se, por um lado, a procura pela consensualidade faz com que o Primeiro-Ministro tenha de consultar os vários parceiros na tomada de decisão, por outro, a estrutura partidária de facções faz com que o Primeiro-Ministro esteja, muitas vezes, preso aos constrangimentos inerentes à luta intrapartidária. Para além disso, os Primeiros-Ministros japoneses têm, geralmente, curtos períodos de liderança sendo, por isso, difícil afirmarem-se.

Koizumi conseguiu fortalecer a posição do Primeiro-Ministro – devido, em parte, à sua forte popularidade - implementando reformas no Executivo para diminuir as secções do Kantei e também para conseguir apresentar leis directamente à Dieta sem terem de passar pelo LDP. Antes de este método ter sido implementado¹¹² o processo era quanto mais longo e doloroso quanto mais polémico fosse o tema: os assuntos eram discutidos em reuniões, a vários níveis, no LDP antes de passarem para o Gabinete e, só depois, para a Dieta.

¹¹¹ Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005), 56

¹¹² Este método não foi implementado por Koizumi. Vários Primeiros-Ministros antes deles tinham trabalhado na sua implementação, mas Koizumi foi o 1º a fazer pleno uso do mesmo. Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005), 56

Koizumi – que não confiava na burocracia - conseguiu também fortalecer a sua posição utilizando grupos de estudo *ad hoc* e conselheiros externos.

A capacidade de liderança está também fortemente relacionada com a relação que o Primeiro-Ministro tem com a Dieta e o seu nível de popularidade.

2.2.1.3. A Comunidade Empresarial

O último vértice da agência doméstica é a comunidade empresarial. Como já foi referido o Japão tem uma longa tradição de subordinação do sector económico ao sector político. E embora o sistema já não seja controlado totalmente pelo Estado, o Estado e as empresas ainda mantêm um vínculo muito forte.

A comunidade empresarial apresenta-se como um actor fundamental com ligações pessoais às elites políticas e económicas estrangeiras. Estas empresas desenvolveram uma capacidade impressionante de recolha e processamento de informação e uma forte capacidade de lobbying tendo, muitas vezes, aconselhado no que diz respeito à distribuição de APD, permitindo cooperação e também criar relações de dependência favoráveis ao Japão e estabelecendo relações de médio e longo prazo.

As grandes empresas estão organizadas em associações a destacar a Federation of Economic organizations – Keidanren – que tem um papel fundamental na política externa tendo presença em vários comités de cooperação económica e em negociações económicas bilaterais.

Estes são considerados os vértices principais da agência doméstica japonesa. Obviamente não são os únicos com *input* na formulação da política externa.

2.2.1.4. Os Partidos Políticos

Os Partidos Políticos, dos quais se destacam o LDP e o DPJ, têm a capacidade de influenciar a formulação da política externa por terem assento parlamentar e, como tal, estarem presentes no fórum por excelência de debate das opções legislativas, mas também devido às suas ligações à burocracia (da qual muitos já fizeram parte). Para

além disso, os partidos políticos exercem acções de diplomacia pessoal criando laços com vários actores e também com as elites internacionais.¹¹³

A posição de preponderância do LDP foi posta em causa em 1993 - quando o partido foi obrigado pela primeira vez desde 1955 a governar em coligação – e, em 2009, o LDP perdeu o poder para o DPJ que tem governado desde então.

Em Julho de 2012, uma das figuras marcantes da política japonesa, Ozawa Ichiro, que, no início da década de 90 teve um papel importante na queda do sistema de 1955 e defendeu uma política internacional mais pró-activa, abandonou, em conjunto com outros 48 deputados do DPJ, o partido por discordar com o aumento do imposto sobre o consumo e a política de redução do uso de energia nuclear proposta por Noda. Formou, assim, um novo partido, intitulado *People's Life First* que, neste momento, detem doze lugares na câmara alto e trinta e sete na camara dos representantes. Sendo que o partido ainda não tem sequer um mês e nasceu do descontentamento em relação aos dois tópicos referidos anteriormente, ainda não se sabe muito sobre a linha orientadora do partido, mas sendo que Ozawa Ichiro é a figura mais proeminente do partido tudo indica que em termos de política externa o partido defenderá uma posição de “normalização” do país e uma maior independência militar. Embora a posição de Ozawa Ichiro tenha sido fortemente afectada com os escândalos de corrupção a que esteve associado, continua a ter um grande poder de influência no *backstage* político.¹¹⁴

Ainda é cedo para saber se o sistema japonês se vai tornar num sistema com dois partidos dominantes que se alternam entre si ou se um deles governará por um longo período de tempo ou se o novo partido de Ozawa crescerá ao ponto de se tornar uma das principais forças. Existe ainda a possibilidade a possibilidade de múltiplas coligações.

Em termos de política externa o LDP e DPJ têm opiniões díspares, mas há espaço para negociação e compromisso especialmente porque os partidos são relativamente plurais – daí a existência de facções.

Em termos muito gerais podemos afirmar que o DPJ, embora considere a aliança com os EUA essencial, procura a obtenção de uma relação mais equalitária na

¹¹³ Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005) e Ronald J. Hrebemar., *Japan's New Party System* (Oxford: Westview Press, 2000).

¹¹⁴ Tomohito Shinoda, “Ozawa Ichiro as an actor in foreign policy-making,” *Japan Forum* 16, n.º 1 (2004): 37-61.

qual tenha mais espaço para desenvolver uma política mais independente. Defende ainda uma possível redução da presença dos americanos no território e uma política securitária multilateral, principalmente com os parceiros asiáticos, mais activa.

Já o LDP inclina-se para a manutenção da relação privilegiada com os EUA e tende a deixar para segundo plano as relações securitárias multilaterais. No entanto, o DPJ é mais cauteloso que o LDP no envio de pessoal para missões de Manutenção de paz usando frequentemente o argumento das limitações constitucionais.

Ambos os partidos têm realizado esforços para a obtenção do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2.2.1.5. A opinião pública, a comunidade intelectual e o poder local

A opinião pública, que se organiza de várias formas, tem um papel importante e não é apática à política internacional. A sociedade japonesa é altamente qualificada e a tiragem de jornais por habitante é das mais altas a nível mundial. Por exemplo, em 1982 milhares de pessoas saíram à rua para mostrar o seu apoio à Sessão Especial da ONU quanto ao Desarmamento. Os movimentos anti-nuclear têm, aliás, bastante expressividade no país.

Como já foi referido, também a comunidade intelectual – muitos sendo recrutados para a burocracia – tem um papel importante quer através de artigos de opinião e de crítica política, quer através das suas ligações institucionais e através de aconselhamento.

Também as autoridades locais têm importância já que desenvolvem a promoção de zonas económicas de cooperação com autoridades locais estrangeiras para dinamização económica e, por isso, estabelecem ligações importantes.

Assim, é muitas vezes difícil saber exactamente o papel que cada actor teve numa tomada de decisão. Os autores que têm escrito sobre o assunto são especialistas com décadas de vivência da política japonesa e com uma vasta rede de contactos institucionais conseguindo obter estas informações por canais informais ou entrevistas e

também através do trabalho biográfico – se existente – de figuras proeminentes da esfera política japonesa.

Os especialistas desta temática fazem referência a três tipos de processo de decisão política no Japão¹¹⁵:

(a) as decisões de rotina que, tratam de questões não controversas e com pouco significado político, são, normalmente, deixadas a cargo dos burocratas. São, por isso, decisões que seguem processos estandarizados. Normalmente as decisões são tomadas por pequenos painéis de burocratas especialistas nessa área e num contexto de organização vertical. Como se tratam de questões com um baixo nível de risco são, muitas vezes, utilizados canais informais caso haja necessidade de cooperação inter-ministerial.

(b) as decisões políticas são decisões tomadas sobre questões com certo grau de controvérsia e cujo tempo de discussão é amplo. Como tal, é uma decisão que implica um número razoável de intervenientes pertencentes ao executivo, partidos políticos e actores extra-governamentais. Neste processo de decisão a burocracia tem um papel reduzido, mas, como vimos, existe uma permeabilidade entre os vários actores. No processo de tomada de decisão os intervenientes leem relatórios escritos por burocratas e podem solicitar a sua opinião.

(c) As decisões tomadas numa crise, sobretudo se inesperada, são aquelas em que o líder tem mais responsabilidade pois são decisões com um elevado nível de risco, tomadas por um grupo muito pequeno de pessoas, normalmente numa organização horizontal, num espaço de tempo muito curto.

3. O Japão na ONU

Depois de várias tentativas vetadas pela URSS, o Japão tornou-se membro da ONU em 1956. Como já foi referido, os japoneses viram a entrada na ONU como uma forma de serem aceites na comunidade internacional. Aliás, muitos japoneses tinham a

¹¹⁵ Michael Minor, “Decision Models and Japanese Foreign Policy Decision Making,” *Asian Survey* 25, n.º 12, (Dezembro, 1985): 1229-1241.

esperança que a ONU pudesse garantir a segurança do país em vez dos EUA. Tal não se veio a concretizar.

A representação diplomática do Japão na organização tem sido realizada pela Missão Permanente do Japão nas Nações Unidas cuja liderança tem estado a cargo de burocratas de carreira, tendo alguns executado algumas funções ministeriais, e que tem actualmente os seguintes objectivos: (1) a reforma da ONU, incluindo o CSNU, (2) a eliminação do termo “Estados inimigos” da Carta das Nações Unidas, (3) a revisão da escala percentual relativa aos orçamentos para níveis mais apropriados e equitativos, (4) aumentar o número de japoneses no secretariado da ONU.¹¹⁶

Nos primeiros anos após a entrada do Japão na organização a centralidade das relações com a ONU foi referida como um dos pilares da política japonesa nos *Diplomatic Blue Books*. No entanto, a partir da década de 60, esta referência passou a ser muito rara. Não só a relação com a ONU deixou de ter um papel central nos *Diplomat Blue Books* como as referências à organização, no referido documento, se centravam na ineficácia da mesma na protecção dos interesses japoneses.

De facto, o ambiente de Guerra Fria, com especial intensidade na Ásia, condicionou o Japão na sua participação na ONU. No entanto, na década de 70, os EUA afastaram-se da organização ao sentirem que na nova configuração pós-descolonização não lhes era tão favorável. O Japão teve, aqui, uma oportunidade para seguir uma política mais independente, mas o pilar da política externa japonesa continuou a ser a relação bilateral com os EUA.

Sendo que a organização é financiada pelos estados membros de acordo com a capacidade dos mesmos, desde a década de 70 que o Japão é um dos principais contribuidores financeiros e, em 2011, o país financiou cerca de 12% do orçamento geral da organização ocupando, assim, o segundo lugar da tabela de contribuidores sendo apenas suplantado pelos EUA que contribuiu com cerca de 22%. (Ver anexo I)

Para além das receitas definidas de acordo com a capacidade financeira dos países, uma parte importante do financiamento da organização provem de doações

¹¹⁶ Permanent Mission of Japan to the United Nations, “Goals,” Modificado pela última vez a 21 de Março, 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/aboutus/organization.html>

espontâneas. O Japão tem, desta forma, doado imenso dinheiro dando especial atenção ao combate da pobreza e às operações de manutenção de paz.

O Japão ocupa o segundo lugar no *ranking* de contribuições para operações de manutenção de paz. Uma das iniciativas do Japão foi a criação, em 1992, do Fundo de Reserva para acções de manutenção de paz para garantir uma resposta rápida caso necessário. (Ver anexo I)

Em termos de força humana, no entanto, o Japão encontra-se aquém das expectativas ocupando poucos lugares de liderança na organização¹¹⁷.

Quanto ao envio de soldados e polícias, devido aos constrangimentos impostos pela constituição, o Japão tem um papel discreto. Note-se que apenas a partir da aprovação da legislação PKO no pós crise do Golfo é que o envio de pessoal para o estrangeiro se tornou possível. (Ver anexo 2)

Sob o mandato da UNO, para além do envio de pessoal das SDF para o Camboja, o país já enviou estas forças para Moçambique, São Salvador, Zaire, Montes Golé, Timor Leste, Indonésia, Nepal e Haiti.

Ainda no âmbito da organização o país destaca-se pelo seu papel no apoio ao desenvolvimento sob o estandarte da segurança humana, ou seja, já que o subdesenvolvimento é considerado um factor de instabilidade, a ajuda ao desenvolvimento tem de ser vista para além da dimensão humanitária, devendo incluir uma dimensão securitária.

Em 1993 o Japão apresentou uma estratégia para o desenvolvimento, que foi mais tarde adoptada pela OCDE, e, ainda nesse ano, foi o anfitrião da *First Tokyo International Conference on African Development* e, até à data, mais três destas conferências tiveram lugar com o objectivo de definir estratégias conjuntas que permitam a prosperidade e estabilidade aos países africanos em desenvolvimento. O

¹¹⁷ Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005), 374-376.

Japão tem mantido uma política de APD, de ajuda financeira e tem investido na formação técnica das populações¹¹⁸.

O Japão tem promovido também a transparência e o softpower criando, em 1998, um fundo com o objectivo de melhorar a diplomacia pública da organização no que diz respeito às acções de manutenção de paz. Sendo que um sector da população japonesa ainda se sente pouco confortável com a participação das forças japonesas nestas acções a disponibilização de mais informação ao público tem como objectivo obter um maior consenso nesta área.

Também em termos ambientais o Japão se tem destacado promovendo fóruns de discussão dentro da organização, promovendo o protocolo de Quioto e o uso de energias limpas e tem implementado e apoiado programas de desenvolvimento energético em países em desenvolvimento.

Por fim, em coerência com o seu princípio anti-militarização, o Japão tem prosseguido uma política pró-desarmamento mantendo uma posição anti-nuclear vincada.

Em termos de iniciativas, para além do Tratado de Não-Proliferação Nuclear na década de 70, o país apoiou o aprofundamento do START (Strategic Arms Reduction Treaty)¹¹⁹ e, em 1992, numa proposta conjunta com a União Europeia foi criada a UN Register of Conventional Arms.¹²⁰

O Japão demonstrou ainda o seu apoio à implementação do Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares¹²¹, adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1996, mas que continua ainda por implementar. Este tratado tem por objectivo proibir todas as explosões nucleares, quer para fins civis, quer para fins militares.

¹¹⁸ M. Rodriguez, e L. cleenewerk, *Japan on the edge: an inquiry into the Japanese Government's struggle for superpower status and UN Security Council membership at the edge of decline*, 2009, (Washington: Euclid University Press, 2009), 174.

¹¹⁹ Acordo bilateral entre os EUA e a URSS e, mais tarde, entre os EUA e a Rússia com o objectivo de reduzir o arsenal nuclear.

¹²⁰ Glenn Hook et al, *Japan's International Relations, Politics, economics and security* (Reino Unido: Routledge, 2005), 386.

¹²¹ Em inglês: Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty

O Japão tem também defendido a importância do controlo do material fissil usado em armas nucleares e outros tipos de explosivos enfatizando a necessidade de negociações com vista a se alcançar um *Fissile Material Cut off Treaty*¹²².

O país é ainda membro da Agência Internacional da Energia Atómica, que promove o uso pacífico da energia nuclear, tendo um escritório em Tóquio e, desde 2009, que o presidente deste organismo é o japonês Amano Yukiya.

A relação do Japão com o Conselho de Segurança é desenvolvida no capítulo seguinte.

¹²² Não encontrei nenhuma tradução oficial para a língua portuguesa

Capítulo IV – O Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas

Segundo a Carta das Nações Unidas este órgão – órgão executivo e, como tal, órgão principal da organização - tem como principal responsabilidade a “manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam [os Estados membros] em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles”¹²³.

Tendo a Carta das Nações Unidas sofrido somente três emendas¹²⁴ desde a sua existência, a organização ainda espelha o ambiente internacional no qual foi criada e institucionalizada. O documento ainda usa o termo Estado Inimigo¹²⁵ que, de acordo com o artigo 53º, se refere a “qualquer Estado que, durante a Segunda Guerra Mundial, tenha sido inimigo de qualquer signatário da presente Carta”.

A constituição do Conselho de Segurança permanece quase imutável em relação a 1945. O CSNU é constituído por quinze membros dos quais cinco, os países que saíram vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, têm um assento permanente, nomeadamente a República Popular da China, o Reino Unido, a França, os Estados Unidos da América e a Rússia¹²⁶. Os restantes dez membros do Conselho são eleitos pela Assembleia Geral por maioria de dois terços, por períodos de dois anos - sendo que cinco são substituídos anualmente - e por blocos regionais.

Existe uma diferença em termos de poder entre os países com assento permanente e os países eleitos já que os primeiros têm o direito de veto individual, enquanto os últimos não dispõem dessa ferramenta. Embora as decisões sobre todas as questões, exceptuando as questões procedimentais, necessitem do voto afirmativo de

¹²³ Artigo 24 da Carta das Nações Unidas. “United Nations Charter,” UN, 26 de Junho de 1945, Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter5.shtml>

¹²⁴ Em 1965 quando os membros não permanentes passaram de 6 para 10 membros (num contexto em que o número de membros das NU aumentava devido sobretudo ao processo de descolonização), e em 1975 e 1988 com o aumento dos membros do Conselho Económico e Social. Dim Bourantonis, *The History and Politics of UN Security Council Reform* (Nova Iorque: Routledge, 2005), 3-10.

¹²⁵ Este termo aparece várias vezes ao longo da carta, nomeadamente nos artigos 53º, 77º e 107º.

¹²⁶ A Rússia obteve o lugar da URSS após a queda desta última e a República Popular da China substituiu a República da China (ROC) que manteve o lugar permanente até 1971. Dim Bourantonis, *The History and Politics of UN Security Council Reform* (Nova Iorque: Routledge, 2005), 3-10.

nove membros, incluindo os votos de todos os membros permanentes¹²⁷, nunca os membros não permanentes vetaram em bloco impedindo uma decisão sobre a qual todos os membros permanentes estavam de acordo.

A Presidência do CSNU roda mensalmente, por ordem alfabética, entre os membros e é, normalmente, a delegação da presidência que elabora e negocia o programa de trabalho mensal.

O Japão é, juntamente com o Brasil, o país mais vezes eleito para o órgão e é o país que conseguiu mais mandatos em menos tempo já que o Brasil, antes de o Japão entrar na organização, já tinha ocupado esta posição por três vezes¹²⁸.

Biênios em que o Japão obteve mandato como membro não permanente do CSNU
1958-1959
1966-1967
1971-1972
1975-1976
1981-1982
1987-1988
1992-1993
1997-1998
2005-2006
2009-2010

Embora seja um dos mais eleitos, em 1978 foi derrotado pelo Bangladesh na candidatura ao biênio de 1979-1980.

A campanha para o cargo é morosa, dispendiosa e um jogo de troca de votos e apoios. Assim se compreende que apesar de a única limitação ser a proibição de recandidatura, os países optem por esperar alguns anos entre candidaturas.

¹²⁷ Fica ainda entendido que, no que se refere às decisões tomadas nos termos do capítulo VI e do n.º3 do artigo 52.º, aquele que for parte numa controvérsia se absterá de votar

¹²⁸ Nomeadamente em 1946-1947, 1951-1952 e 1954-1955

Sendo impossível num trabalho desta extensão estudar o *input* do Japão em todas as questões da responsabilidade do CSNU desde 1991 optou-se por se seleccionar dois temas que na bibliografia se impõem como dois dos pilares do Japão no órgão: a reforma do CSNU – e tentativa de obtenção de um lugar permanente – e a questão da não-proliferação que é desenvolvida no ponto dedicado às razões apresentadas pelo Japão para ter direito ao lugar permanente.

1. A questão da reforma

A reforma é um tema transversal a quase todos os membros da organização e existem várias razões: a falta de representatividade e consequente falta de legitimidade do CSNU; o facto de não reflectir a actual distribuição de poder; o facto de o poder de veto ser considerado, por muitos, um elemento de desigualdade e um instrumento de política externa baseado em razões egoístas e, por isso, que não serve os interesses da Carta, entre outros.

A reforma não é uma reivindicação nova. Praticamente desde o início da instituição e, principalmente, após a integração das ex-colónias, que este é um tema de debate. No entanto, exceptuando as emendas à Carta já referidas, os membros permanentes, em especial os EUA e a URSS, ignoraram amplamente os pedidos de reforma e apenas com o fim da guerra fria é que assistimos a um período de alguma abertura para a discussão deste tema.

O Japão procura obter um lugar permanente por várias razões tendo em todos os seus *Diplomatic Blue Books* este tema em destaque¹²⁹. Em primeiro lugar, desde a sua industrialização que o Japão luta por reconhecimento internacional. Devido a questões históricas e disputas territoriais, o país do sol nascente ainda é olhado pelos seus vizinhos com desconfiança e uma posição de relevância internacional poderia ajudar a suavizar as interações com os seus vizinhos.

Em segundo, em termos securitários, não obstante da sua aliança com os EUA, o Japão sente-se inseguro. A Coreia do Norte apresenta-se como uma ditadura por vezes

¹²⁹ Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Chapter 3: Japan’s foreign policy in major diplomatic fields,” 2003. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2003/chap3-a.pdf>

difícil de prever que, claramente, antagoniza o Japão e desenvolve um programa nuclear. Também a emergência da China é um motivo de preocupação para as autoridades japonesas principalmente se olharmos para o investimento militar recente.

Com a posição de membro permanente para além de ter uma palavra extra na esfera internacional e poder defender os seus interesses no órgão executivo da maior organização mundial deste tipo, o Japão beneficiaria do conhecido “efeito cascata”. Isto significa que, devido à sua importância, o Japão conseguiria ocupar mais cargos de relevo na organização e nos seus mais variados órgãos subsidiários.

No entanto, no seu discurso oficial de candidatura, o Japão tende a mencionar apenas as razões de equidade, legitimidade e fortalecimento internacional da instituição, fazendo uma listagem das suas contribuições financeiras e reforçando o seu compromisso pela paz e minimiza as questões geoestratégicas acima referidas. Isto está bem patente na linguagem usada nos *Diplomatic Blue Books*¹³⁰ e nos discursos. Sublinho ainda o facto de, na primeira parte da década de 90, o Japão evitar o termo reforma usando, frequentemente, o termo reestruturação¹³¹.

Enquanto que na segunda parte da década de 90 e dos anos 2003, 2004, 2005 e 2006, anos de grande esperança quanto à reforma, o Japão dedicava largas páginas do relatório à ONU – por exemplo, em 2006 dedicou 26 páginas – a partir de 2007 o

¹³⁰ Todos os anos o Japão tem um ponto dedicado à reforma. São sempre bastante idênticos e, normalmente, apenas é actualizada a informação. Destaco:

Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: The Role of the United Nations and Japan's Contribution,” 1992. Acessível em 22/07/2013.

<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1992/1992-2-1.htm#4>. The Role,

Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: Reform of the United Nations,” 1996. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1996/1-e.html>,

Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: The United Nations and the Role of Japan,” 1997. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1997/1-d.html>,

Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: Global efforts and the role of Japan,” 1998. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1998/1-c.html>,

Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: United Nations,” 2000. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2000/1-d.html>,

Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: Chapter 3: Japan's foreign policy in major diplomatic fields,” 2006. Acessível em 22/07/2013.

<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2006/10.pdf> Neste ano, assim como em 2004 e 2005, o relatório dedica mais de 20 páginas à ONU, pp. 144-166,

Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: Chapter 3: Japan's foreign policy in major diplomatic fields,” 2009. Acessível em 22/07/2013.

<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2009/chapter3.pdf>

¹³¹ Ver: Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: The Role of the United Nations,” 1992. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1995/chp1.html#4_a ponto 4.a.II

número de páginas dedicados à reforma tem vindo a diminuir – por exemplo, em 2009, dedicou apenas oito.¹³²

Assistimos ainda a uma mudança de estratégia. Enquanto publicamente o Japão continua a sua acção diplomática para obter o assento permanente no CSNU, a partir de 2007, os *Diplomatic Blue Books* são bastante mais subtis quanto à reforma e, em vez de desenvolverem a questão da reforma num subcapítulo entitulado “Nações Unidas” vão desenvolver esta questão num capítulo entitulado “A política externa japonesa nas grandes questões mundiais” onde enumeram os esforços empreendidos pelo Japão na estabilização e pacificação da comunidade internacional e incluem um subcapítulo entitulado “Esforços para promover a compreensão e confiança em relação ao Japão”.¹³³

2. Japão e a evolução do debate da reforma

O período imediatamente pós guerra fria ficou marcado pela eficácia e pelo desenvolvimento da cooperação entre os cinco membros permanentes (P5) que tentaram, sem sucesso, usar este argumento para acalmar os pedidos de reforma.

O Japão, assim como a Alemanha, que inicialmente tinham sido bastante cautelosos em iniciar o processo de candidatura principalmente porque tinham receio de ser arrastados para a crise do Golfo, tornaram público o seu interesse de se tornarem membros permanentes do CSNU em 1992 . Foi aliás, como já vimos, que em 1992 o Japão aprovou a *International Peace Cooperation Law* que passou a permitir ao país, ainda que com limitações, participar em operações de manutenção de paz e, assim, tornar-se num actor internacional mais activo.

Em Julho de 1993, o Japão enviou uma carta oficial ao Secretário-Geral das Nações Unidas candidatando-se a um lugar permanente no CSNU, nas palavras do Primeiro Ministro Kiichi Miyazawa “Japan is ready to take as much responsibility as it

¹³² Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: Chapter 3: Japan’s foreign policy in major diplomatic fields,” 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2009/chapter3.pdf>

¹³³ Ministry of Foreign Affairs of Japan, “Diplomatic Blue book: Chapter 3: Japan’s foreign policy in major Global issues,” 2011. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2011/pdfs/chapter3_p17_26.pdf

is capable of.”¹³⁴ e, em 1994, foi o Ministro dos Negócios estrangeiros Yohei Kono quem apresentou a candidatura junto da Assembleia Geral.

Assim, em meados dos anos 90, os P5 já não conseguiam conter os pedidos de reforma quer por causa da Alemanha e do Japão, dois dos principais contribuidores financeiros, mas também devido à pressão do movimento dos não alinhados (MNA) que se manteve unido depois da Guerra-Fria para proteger os interesses dos países do sul em desenvolvimento.

O Japão co-patrocinou a proposta de resolução escrita pela Índia e por mais 35 países MNA intitulada “Question of equitable representation on the increase in the membership of the SC” que foi adoptada como a Resolução 47/62 e marcou o ponto de partida para, em 1993, ser aprovada a Resolução 48/26 que estabeleceu o “Open –ended working group” que se mantém em funções até hoje e tem sido o fórum por excelência para as questões relacionadas com a reforma. (Ver anexo 4: Listagem de Resoluções)

A primeira proposta de reforma foi intitulada de “Quick Fix Formula” e propunha apenas a integração da Alemanha e do Japão como membros permanentes e, embora os EUA, França e Grã Bretanha tenham demonstrado apoio a esta opção, tentaram sempre separar a questão da reforma da questão do veto, dando respostas ambíguas e defendendo que a questão do veto deveria ser decidida depois dos membros serem integrados. Para além desta ambiguidade, os países já referidos afirmaram ainda que só poderiam aceitar a Alemanha e o Japão se estes estivessem dispostos a aumentar a sua contribuição financeira e militar.¹³⁵

Estando conscientes de que ambos os países têm limitações no sector militar, muitos analistas viram esta posição como uma tentativa de empatar a reforma pois, no início dos anos 90, qualquer reforma drástica na política de segurança, quer da Alemanha, quer do Japão, era ainda muito improvável.

¹³⁴ J. Sean Curtin, “Japan's Quest for a Permanent UN Security Council Seat: Part One – Japan's UNSC bid builds up momentum,” *Glocom*, 27 de Maio, 2005. Acessível em 22/07/2013. http://www.glocom.org/special_topics/social_trends/20050527_trends_s110/

¹³⁵ Dim Bourantonis, *The History and Politics of UN Security Council Reform* (Nova Iorque: Routledge, 2005), 46-69

Por outro lado, ainda na esperança de conseguir acalmar os pedidos de reforma, os P5 implementaram várias medidas com o objectivo de responder aos pedidos de maior transparência no CSNU que nas últimas décadas tinha trabalhado maioritariamente a portas fechadas e em reuniões informais.

Em 1994, porém, o MNA deixou bem claro que não aceitaria uma reforma que apenas integrasse dois membros industrializados do norte já que tal iria aumentar a desigualdade de representatividade. Assim, toda a proposta de reforma teria de incluir membros do movimento e, considerando que é necessário o aval de todos os P5 e uma maioria por 2/3 da Assembleia Geral para a entrada de novos membros no CSNU, a Alemanha e o Japão sabiam que, sendo o MNA tão poderoso na Assembleia Geral, não teriam qualquer hipótese de obter os votos necessários se antagonizassem os seus interesses. Assistimos então a uma mudança de atitude e os países industrializados, quer por não terem outra opção, quer por questões de *realpolitik* e talvez até por razões ideológicas, passaram a referir-se aos países do sul como actores essenciais para a promoção da paz e segurança internacionais.¹³⁶

Das várias propostas de reforma destacaram-se duas: a proposta conhecida como “Two plus Three”, produzida pelo MNA, e a proposta italiana.

A proposta “Two plus Three” é dividida em dois grupos. O primeiro, constituído principalmente por membros da América Latina e Ásia, pedia a integração de dois países industrializados – e existia consenso quanto ao Japão e a Alemanha ocuparem estes lugares - e três lugares permanentes respeitando a representatividade dos blocos regionais. Embora a maioria destes países defendesse que os novos membros não deveriam ter o direito de veto e que o mesmo deveria ser restringido com o objectivo de, um dia, ser eliminado, a Índia considerava que todos os membros permanentes deviam ter os mesmos direitos e, como tal, os novos membros deviam possuir o direito de veto. O segundo grupo, constituído principalmente por países africanos, considerava que três lugares para o sul não era suficiente já que África devia, por direito, obter dois lugares¹³⁷.

¹³⁶ Ibid., 69-74.

¹³⁷ Esta opção é considerada descabida pelos países industrializado mas também pela maioria do países não africanos. Patrick, Stewart. “UN Security Council Reform: Is it Time?” *Youtube*. 11 de Janeiro, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.youtube.com/watch?v=25nHLC6UbD8>

Os países membros dos MNA estavam, no entanto, de acordo de que os lugares não-permanentes deviam ser também aumentados.

A proposta Italiana, fortemente motivada pelo facto de não querer que a Alemanha tenha os seus poderes reforçados, foi bastante popular porque se tratou de uma tentativa de convergir as várias opiniões. Assim, esta proposta era contra a integração de novos membros permanentes.

A proposta italiana defendia que os P5 e os seus poderes deviam manter-se intactos e devia ser criada uma nova classe de oito ou nove assentos rotativos não permanentes. Estes membros seriam seleccionados de um grupo de 24 a 30 membros – revisto a cada 10, 12 ou 15 anos –, eleitos pela Assembleia Geral por uma maioria de 2/3 num ciclo rotativo de seis anos em que cada membro cumpriria dois anos de mandato e, durante os quatro anos seguintes, aguardava.

Esta proposta acabou por ultrapassar o apoio que a “Two plus Three” obteve já que permitia a pequenos e médios poderes participar mais vezes no Conselho de Segurança como membros não permanentes.

No entanto, esta proposta foi rapidamente recusada pelos P5 que desde o início recusaram aumentar o CSNU para além dos 20 ou 21 membros para preservar a eficácia do órgão executivo da ONU. Apenas a França se mostrou disponível para aceitar uma reforma até aos 25 membros.

Em 1997 Ismael Razali, embaixador da Malásia, apresenta uma nova proposta de reforma que também contemplava a integração do Japão no CSNU.¹³⁸

Razali propôs um plano em três fases com uma calendarização definida em que seriam integrados cinco países como membros permanentes e quatro países como membros não permanente aumentando, assim, o CSNU para 24 membros.

Numa primeira fase seria aprovada uma resolução no sentido de dois países industrializados e três países do sul em desenvolvimento serem integrados como membros permanentes através de uma resolução de acordo com o Artigo 18.º. Numa

¹³⁸ Dim Bourantonis, *The History and Politics of UN Security Council Reform* (Nova Iorque: Routledge, 2005), 74-87.

segunda fase, ainda de acordo com o artigo 18.^{o139}, seria aprovada uma resolução que especificasse quais seriam estes países. E, por fim, seria aprovada uma terceira resolução, esta de acordo com o artigo 108.^{o140}, que implementasse as duas resoluções anteriores.

Ainda segundo esta proposta os P5 deveriam limitar o uso do veto e não seria concedido este poder aos novos membros.

O Japão, assim como a Alemanha, embora descontentes com a posição relativamente ao veto, viu nesta proposta uma oportunidade real de conseguir um lugar no conselho de segurança e, a partir daí, poderia reivindicar o poder de veto. Por isso, optou por minimizar a questão do veto.

No entanto, este plano foi dizimado pelos outros membros. Por um lado, os P5 mantinham a posição de que o CSNU não poderia exceder os 20/21 membros, por outro, os membros do MDA, sabendo que não conseguiriam manter a unidade do grupo, preferiram rejeitar a proposta a pôr em causa a própria sobrevivência e arrasaram o plano defendendo que o facto de as duas primeiras resoluções serem votadas segundo o art.º 18 e não segundo o art.º 108 era incostitucional e representava uma artimanha para facilitar a entrada de países como a Alemanha e o Japão para o clube dos membros permanentes.

Para impossibilitar o uso deste mecanismo, em 1998, foi aprovada por unanimidade a resolução A/RES/53/30 que reafirma a obrigatoriedade de qualquer votação sobre a mudança de membros do CSNU ser feita de acordo com o art.º 108.

Assim, o Japão foi um dos vários países responsáveis pela elaboração do projecto de resolução A/53/L.42 que depois viria a ser aprovado tornando-se a resolução A/RES/53/30 – com o objectivo de defender a constitucionalidade do processo acima referido, mas, sem apoio suficiente, nem foi levada a votação.

¹³⁹ Segundo o Artigo 18.º, alínea 2, “ As decisões da Assembleia Geral sobre questões importantes serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes.”

¹⁴⁰ Segundo o Artigo 108.º, “As emendas à presente Carta entrarão em vigor, para todos os membros das Nações Unidas, quando forem adoptadas pelos votos de dois terços dos membros da Assembleia Geral e ratificadas, de acordo com os seus respectivos métodos constitucionais, por dois terços dos membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes so Conselho de Segurança.”

O aproximar do sexagésimo aniversário das Nações Unidas em 2005, depois de uma década de poucos desenvolvimentos na questão de reforma, trouxe grandes esperanças.

Kofi Annan, em Dezembro de 2004, partilhava o desejo de ver o sexagésimo aniversário da ONU num momento chave da organização e, relativamente à reforma, afirmou:

“Há muito que defendo a necessidade de maior representatividade no CSNU. É desapontante que, depois de 10 anos, pouco ou nenhum progresso tenha acontecido nesse sentido.

O relatório do Painel [“In Larger Freedom”] oferece duas fórmulas de expansão do CSNU. Espero que estas opções facilitem a discussão e ajudem os membros a chegar a uma decisão em 2005.”

A/59/565¹⁴¹

Depois de Kofi Annan ter apresentado o relatório “Larger Freedom”, o Japão, o Brasil, a Índia e a Alemanha apresentaram a sua proposta, intitulada de Resolução G4, à Assembleia Geral.

Esperava-se muito da “Reunião de Plenário de alto nível” aquando do aniversário, no entanto, o documento produzido nesta reunião “2005 World Summit Outcome” apenas reforça a ideia de que os estados membros são a favor da reforma da instituição e que esta deve ser realizada a curto prazo de modo a que instituição represente os seus membros, seja mais eficaz e transparente. Refere ainda a importância de eliminar a expressão “Estados inimigos” da Carta.¹⁴²

O grupo G4 propõe na proposta de resolução A/60/L.46 o aumento do CSNU para 25 membros, mais concretamente, acrescentar 6 membros permanentes – para além dos 4 referidos devem ser dados 2 lugares permanentes ao continente africano - e 4 não

¹⁴¹ United Nations General Assembly, “Note by Secretary-General – Follow up to the outcome of the Millennium Summit,” 2 de Dezembro, 2004. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.org/secureworld/report.pdf>, 3.

¹⁴² United Nations General Assembly, “2005 World Summit Outcome,” 24 de Outubro, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/60/PDF/N0548760.pdf?OpenElement>

permanentes – um para África, outro para a Ásia, um para a Europa de Leste e um para a América Latina e Caraíbas.

Quanto à questão de veto, esta proposta defende que os novos membros devem ter os mesmos direitos e obrigações que os membros originais, mas aceita que os novos membros não exerçam o direito de veto até ter sido tomada uma decisão definitiva sobre este assunto, decisão essa que deve ser tomada dentro de um período de quinze anos.

É ainda importante referir que a proposta defende o aumento para catorze votos afirmativos para uma tomada de decisão e enfatiza, em vários pontos, a necessidade de garantir maior acesso e disponibilização de informação aos não membros do conselho, assim como uma maior transparência nos métodos de trabalho.

Segundo o G4, esta proposta já conseguiu cerca de 80 apoios.

Em Setembro de 2008 foi decidido que as negociações sobre a reforma passariam a ser debatidas através de negociações intergovernamentais em plenário informal da Assembleia Geral. Foram selecionados cinco temas de debate, nomeadamente, (1) a questão do veto, (2) da representação regional, (3) estatuto dos membros, (4) tamanho da expansão do Conselho e métodos de trabalho e (5) a relação entre o Conselho e a Assembleia Geral.

As negociações decorrem desde então e embora existam várias propostas alternativas à proposta G4, nomeadamente a União Africana, a Unidos por Consenso, e a recente L69, a proposta G4 tem um lugar de destaque.

Os especialistas consideram que a proposta da união africana é irrealista já que pede dois lugares permanentes e cinco não permanente para países africanos.

Já a proposta Unidos por Consenso, liderada pela Itália e da qual faz parte a Coreia do Sul, opõe-se ao aumento dos membros permanentes. Este grupo defende que deve haver um aumento dos membros não permanentes e a criação de uma nova

categoria, também não permanente, com mandatos entre 3 a 5 anos de representação regional e não individual¹⁴³.

A proposta L69 é recente, foi apresentada no formato de carta em Setembro de 2011, por 41 estados em desenvolvimento e ainda há pouca informação disponível já que ainda não foi debatida em profundidade. No entanto, os líderes desta iniciativa afirmam já ter cerca de 80 apoios.

Esta proposta, liderada pela Jamaica, defende um aumento do CSNU para 25/26 membros aumentando ambas as categorias e conferindo os mesmos direitos e obrigações, isto significa que contempla o direito de veto, aos novos membros. Esta proposta tem ainda como pilar uma maior transparência dos métodos de trabalho e, assim, é bastante idêntica à G4, mas enfatiza a necessidade de serem atribuídos assentos permanentes a países africanos, Ásia e América Latina, sem, no entanto, ter avançado nomes. O facto de terem tantos pontos em comum tem causado alguma confusão aos estados membros.

2.1. Argumentação do Japão

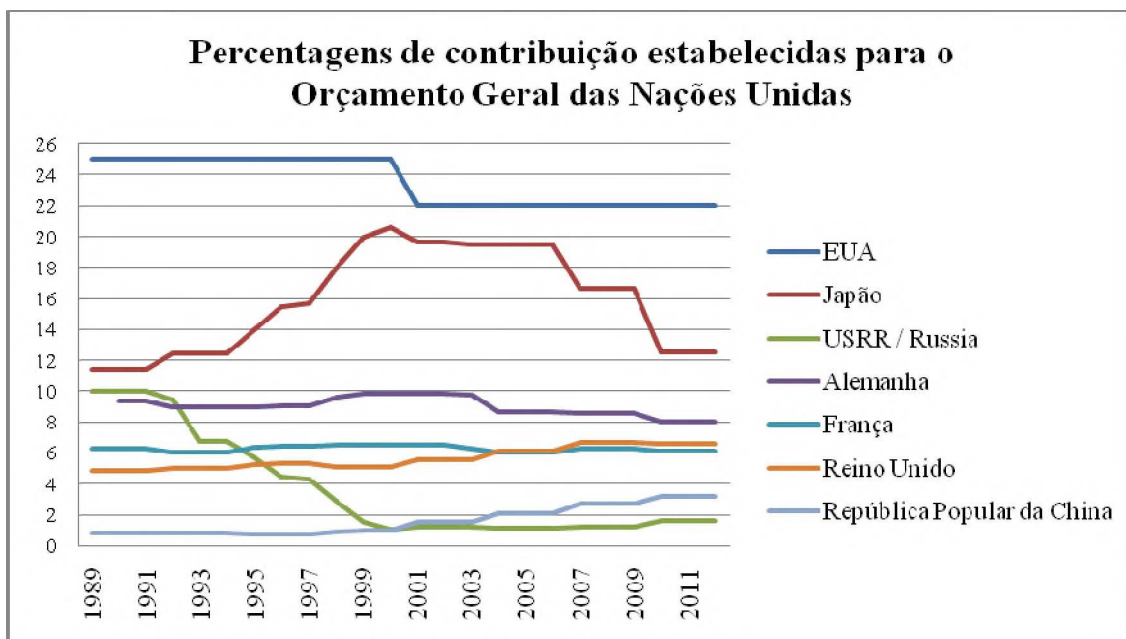
O Japão baseia a sua candidatura em vários pontos:

(1) Contribuições financeiras

A elaboração do orçamento geral é complexa e passa por vários comités antes de ser aprovado pela Assembleia Geral. Segundo a Carta, as percentagens de contribuição são estabelecidas de acordo com a capacidade de contribuição de cada país. Esta contribuição não é calculada somente em termos de Produto Interno Bruto, mas são ainda tidos em consideração outros factores como a população, as dívidas do país e os rendimentos nacionais.

Este gráfico refere-se aos valores definidos e não aos valores realmente pagos (esses dados podem ser consultados no Anexo 1).

¹⁴³ Permanent Mission of Italy to the United Nations, "Security Council Reform," 17 de Abril de 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.italyun.esteri.it/NR/rdonlyres/C37FC89F-8132-4CA8-A2F9-149515B37BD1/0/2009_04_17sreform.pdf



Vários estados-membro, principalmente os EUA, têm dívidas para com a organização. Não tendo qualquer dívida relativamente ao orçamento regular da organização o Japão tinha, no entanto, uma dívida, em Abril de 2013, de 134 milhões de dólares no que respeita ao orçamento de manutenção de paz.¹⁴⁴

Do gráfico acima destaca-se o facto de embora o país estivesse, nos anos 90, a passar uma grave crise económica a nível doméstico, manteve sempre os valores das contribuições elevados demonstrado o seu compromisso para com a organização.

A partir de 2007 assistimos a uma queda da percentagem depois de Tóquio, em 2003, decidir que iria cortar parte do financiamento. Tóquio argumentou que embora o PIB do país representasse 14,4% da economia mundial, o Japão estava a contribuir com uma taxa de 19,5%. Em contraste, os EUA, cujo PIB representava 30% da economia mundial contribuía apenas com 22%.

No entanto, e como pode ser visto na tabela com os valores exactos das contribuições no Anexo 1, podemos ver que em termos absolutos, de 2008 para 2009, o Japão aumentou a sua contribuição em aproximadamente 100 milhões de dólares tendo contribuído com mais de 405 milhões de dólares apenas para o orçamento geral.

¹⁴⁴ Yukio Takasu, "The United Nations Financial Situation," 10 de Maio (2013), 18. http://www.un.org/en/ga/fifth/67/Statements/132_Financial%20Situation/C5_67_2r_ST_Item_132_Improving%20the%20Financial%20Situation_USG_DM.pdf

O orçamento geral é, no entanto, somente uma parcela das contribuições necessárias para o funcionamento da organização. É necessário contemplar o orçamento de manutenção de paz – substancialmente maior que o orçamento regular¹⁴⁵ - e as doações voluntárias sendo que o Japão, em conjunto com os EUA, ocupa, também, o topo do ranking nesta categoria.

O orçamento de manutenção de paz é definido a partir das percentagens estabelecidas para o orçamento regular e, por isso, as tendências são idênticas. Deve ser referido ainda que os países mais pobres incapazes de contribuir¹⁴⁶ ficam isentos desta obrigação e essa quota parte passa a ser da responsabilidade dos membros permanente.

Desde 2010 que o Japão é responsável por 12,14% do orçamento de manutenção de paz, ocupando assim a segunda posição do ranking sendo que a primeira é ocupada pelos EUA com um total de 27,14%.

Tendo em consideração o estatuto e as responsabilidades inerentes, o Japão apresentou uma proposta no sentido de estabelecer um patamar mínimo de contribuição por parte dos Membros-permanentes na ordem dos 3 ou 5 % , sem sucesso.

(2) Manutenção da paz

Para além da contribuição financeira, o Japão tem vindo a participar em várias missões de manutenção de paz sob a forma de envio de pessoal, envio de bens e, ainda, através de APD.

Como vimos anteriormente, a interpretação da constituição Japonesa impõe limites ao envio de forças militares e, como tal, o Japão tem tido uma acção discreta, mas relevante, principalmente na Ásia, nesta matéria.

¹⁴⁵ Por exemplo, em 2012 o orçamento regular para o biénio de 2010- 2011 foi de 5,156,029,100 USD (United Nations General Assembly, “Programme budget for the biennium 2010–2011,” 4 de Março, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/244%20A-C) e o orçamento de manutenção de paz somente entre 1 Julho 2011 e 30 Junho 2012 foi de 7,841,758,977 USD (United Nations General Assembly, “Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2011 to 30 June 2012,” 13 de Janeiro, 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.5/66/14)

¹⁴⁶ A percentagem mínima de contribuição é de 0,0001%, mas em orçamentos de milhões de dólares mesmo uma percentagem tão ínfima torna-se um fardo demasiado pesado para alguns estados-membro

Nos relatórios sobre o papel do Japão para a paz internacional, as operações foram divididas em três grandes categorias: operações de manutenção de paz, operações humanitárias e, por fim, operações de observação de eleições.

Como podemos ver no anexo 2, dentro das missões de manutenção de paz também estão incluídos observadores de eleições.

Os agentes de manutenção de paz japoneses envolvem-se principalmente em acções de reconstrução de infraestruturas, de preparação das populações e elites administrativas, no fornecimento de água e combustível e outro tipo de apoio logístico, servem também de elo de ligação com múltiplas organizações e procedem à monitorização do cessar-fogo.

Destacam-se três missões, nomeadamente a missão no Camboja, em Timor Leste e no Haiti.

Na missão para o Camboja foram enviados um total de 24 observadores de cessar-fogo, duas unidades de 600 indivíduos da unidade de engenharia, 75 agentes de polícia civil e 41 pessoas para a gestão das eleições.

Para além disso, enviou vários tipos de navios para facilitar o transporte e abastecimento de bens assim como para transportar equipamento. Foram ainda enviados seis C-130H, aviões de transporte, para transportar as unidades de engenharia e os seus veículos.

O Japão destaca-se também pelas contribuições para a construção e manutenção – quer em termos financeiros, quer em termos de pessoal – da Câmara Extraordinária do Tribunal do Camboja dedicado aos julgamentos dos criminosos de guerra e comumente conhecido como o Tribunal dos Khmer Rouge sendo um dos juízes, Motoo Noguchi, de nacionalidade japonesa.

O chefe da missão, e representante especial do Secretário Geral, foi também Japonês, nomeadamente Akashi Yasushi. Akashi Yasuhi foi ainda representante especial do Secretário Geral na ex-Jugoslávia, missão qual o Japão contribuiu principalmente com ajuda humanitária.

Mesmo depois da UNTAC ter terminado, o Japão continuou a ter um papel fundamental no território cambojano nomeadamente em acções de peacebuilding através de doações financeiras, apoio técnico especializado e formação de cambojanos nas mais diversas áreas.

No que diz respeito a Timor Leste referimo-nos a quatro missões estabelecidas em 1999, 2002, 2007 e, por fim, 2010.

A missão de 2002 a 2004 é aquela que mais se destaca tendo o Japão contribuído com 17 indivíduos para planear e coordenar as operações de reconstrução, duas unidades de 680 indivíduos da unidade de engenharia, 927 pessoas para a reparação e manutenção de estradas e pontes. Foram ainda enviadas 5 pessoas para tratar da coordenação com as organizações. (Ver Anexo 2)

Foram, também enviados, dois barcos, um de transporte – o Osumi – e um de apoio – o Mineyuki – e seis aviões C-130H que transportaram as unidades de engenharia e o seu equipamento e bens alimentares para os membros da missão.

O Japão teve ainda um papel muito importante na adopção da Resolução 1912 que estabeleceu a extensão do mandato da UNMIT (United Nations Integrated Mission in Timor-Leste) .

E, por último, a missão no Haiti, para a qual o Japão enviou 10 oficiais para coordenar as operações de engenharia, 5 oficiais para tratar da comunicação entre a missão e organizações, uma unidade de engenheiros composta por 203 indivíduos e mais 977 indivíduos para auxiliar a unidade de engenharia nos esforços de reconstrução.

O Japão prevê acabar a missão da unidade de engenharia em Outubro de 2012 retirando a unidade em várias fases.

Assim, estas equipas de manutenção de paz são constituídas por equipas técnicas, polícias civis e militares, por isso, quando analisamos um relatório é importante saber exactamente que números estamos a analisar.

É importante referir que os EUA não são um dos maiores contribuidores em termos de pessoal militar, muito pelo contrário, não se encontra sequer, no top 20.

(3) Não proliferação e desarmamento

Sendo o único país que sofreu um ataque nuclear, o Japão tem empreendido uma política de desarmamento e não proliferação defendendo apenas a utilização pacífica da energia nuclear.

A questão do desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte tem sido um dos principais vetores do Japão na luta pelo desarmamento e não proliferação, já que se apresenta como uma ameaça regional.

Em 1993, o Japão, então membro não permanente para o biênio 1992-1993, votou na Resolução 825, aprovada por unanimidade, depois da Coreia do Norte ter impedido inspectores de entrarem em várias instalações e ter mostrado interesse em sair do Tratado de Não-Proliferação. Esta Resolução exigia à Coreia do Norte que respeitasse as suas obrigações à luz do Tratado alertando que iria continuar a seguir a situação de perto e, poderia, no futuro, tomar outras diligências. Em 1994, a Coreia do norte cedeu e assinou um acordo com os EUA, que se manteve até 2002, no sentido de reafirmar o seu empenho no cumprimento do Tratado de Não-Proliferação.

Em 2004, foi aprovada a Resolução 1540, documento fundamental para o movimento de não-proliferação que enfatiza a necessidade dos membros das Nações Unidas trabalharem domesticamente no sentido de impedir actores não estatais – o documento refere por múltiplas vezes a ameaça terrorista – de produzir, obter, desenvolver, transportar nuclear ou armas químicas e biológicas.

O Japão enfatiza a importância desta resolução a nível regional já que existem suspeitas de tráfico de tecnologia e material nuclear e químico na Ásia e, como tal, vê este assunto como essencial para a estabilidade regional.

No início do ano de 2006, o Japão vai reafirmar o seu empenho pelo desarmamento na Assembleia Geral das Nações Unidas com a resolução “Renewed determination towards the total elimination of nuclear weapons”¹⁴⁷

¹⁴⁷ United Nations General Assembly, “Renewed determination towards the total elimination of nuclear weapons,” 6 de Janeiro, 2006. Acessível em 22/07/2013. [https://gafc-vote.un.org/UNODA/vote.nsf/91a5e1195dc97a630525656f005b8adf/f6333bc9c37f5c4f852570a1004a2480/\\$FILE/60-65.pdf](https://gafc-vote.un.org/UNODA/vote.nsf/91a5e1195dc97a630525656f005b8adf/f6333bc9c37f5c4f852570a1004a2480/$FILE/60-65.pdf)

Em 2006, como membro não permanente, o Japão destacou-se no processo de negociação e ao submeter, com o apoio dos EUA, a resolução 1695, aprovada por unanimidade. Esta resolução foi a resposta do CSNU ao lançamento de mísseis por parte da Coreia do Norte a 4 de Julho de 2004. Logo no dia seguinte o Representante Permanente do Japão nas Nações Unidas, Kenzo Oshima, pede, através de uma carta¹⁴⁸, ao Presidente do Conselho uma reunião para discutir o lançamento dos mísseis Norte Coreanos. Seguiu-se o processo de negociação e o Japão, EUA e França tiveram de moderar um pouco a sua posição para evitarem o veto da China e da Rússia.

Evocando as resoluções anteriores, nomeadamente a resolução 825 e 1540, o CSNU exige que a Coreia do Norte abandone o seu programa de mísseis e requer que os países membros, através dos meios possíveis, tentem evitar a transferência tecnológica, de materiais e outros meios que possam ajudar a Coreia do Norte a desenvolver o seu programa nuclear. Apela ainda ao retomar das negociações através do Six-Party Talks.

Em Outubro de 2006, o Japão ocupou a Presidência do CSNU e, numa declaração oficial como Presidente, Kenzo Oshima apela às negociações e afirma:

“O CSNU reafirma que a proliferação de armas de destruição massiva e os seus meios de distribuição constituem uma ameaça à paz e segurança internacional. O CSNU repudia o comunicado da Coreia do Norte em que este Estado se retira do Acordo de Não-Proliferação Nuclear e afirma o seu objectivo de seguir um programa de armas nucleares não obstante das obrigações perante a Agência de Energia Atómica Internacional.

O CSNU considera que se a Coreia do Norte realizar a sua ameaça de teste nuclear, irá prejudicar a paz, estabilidade e segurança da região e além.”¹⁴⁹

No entanto, a 9 de Outubro a Coreia do Norte anuncia ter realizado um teste nuclear. Assim, enquanto na resolução 1695 os membros não usaram nenhum dos dispositivos ao seu alcance através do uso do capítulo VII da Carta, depois de um teste

¹⁴⁸ Permanent Representative of Japan to the United Nations, “Letter dated 4 July 2006 from the Permanent Representative of Japan to the United Nations addressed to the President of the Security Council,” 4 de Julho, 2006. Acessível em 22/07/2013. http://www.un.org/en/sc/repertoire/2004-2007/Chapter%208/Asia/04-07_8_Letter%204%20July%202006%20from%20Japan.pdf

¹⁴⁹ Security Council Department of Public Information, “In presidential statement, security council urges Democratic People’s Republic of Korea not to carry out nuclear test,” 6 de Outubro, 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sc8849.doc.htm> Tradução própria.

nuclear os membros tomaram uma posição mais firme que se consubstanciou na Resolução 1718 aplicando uma série de sanções económicas e comerciais ao país. Nestas sanções destacam-se a proibição dos estados membros exportarem bens de luxo para a Coreia do Norte, a proibição de venda de todo e qualquer produto, incluindo peças, que possa vir a facilitar o programa nuclear e prevê o congelamento de bens das empresas e indivíduos relacionados com o programa de armamento norte coreano. O Japão iniciou também uma série de sanções unilaterais.¹⁵⁰

Durante a crise de 2009 - 2010 com a Coreia do Norte, biénio em que o Japão era membro não permanente do CSNU, o Japão teve um papel essencial na elaboração e pronta aprovação da Resolução 1874, aprovada pelos 15 membros por unanimidade.

Esta resolução, também ela aprovada segundo o capítulo VII, Art.º 41 da Carta, é um reforço das exigências contidas na resolução 1718 e aumenta a amplitude das sanções. Destacam-se os pontos 11, 12 e 13 da resolução nos quais o CSNU solicita aos estados membros que, dentro da legislação em vigor, inspeccionem todas as embarcações com destino ou saída da Coreia do Norte para garantir que as sanções estão a ser cumpridas. Foi ainda estabelecido um comité de especialistas para supervisionar a aplicação das sanções.

Também ainda em resposta a esta crise o Japão contribuiu para a declaração do Presidente do Conselho de Segurança em Maio de 2009, Claude Heller e Patricia Espinosa Cantellano, representantes do México, na qual a política nuclear e balística norte coreana é criticada, é pedido o cumprimento das resoluções e o retorno às negociações através do Six Party Talks.

Ainda em 2009, foi aprovada a Resolução 1887. Esta iniciativa dos EUA reforça o esforço do CSNU no desarmamento tornando mais difícil sair do Tratado de Não-Proliferação. Entre vários pontos, apela a uma maior cooperação entre os estados membro e a Agência Internacional de Energia Atómica.

¹⁵⁰ Essas medidas incluem a proibição de entrada de embarcações Norte Coreanas em portos japoneses; proibição de importação de todos os produtos da Coreia do Norte; e proibição, em princípio, da entrada de nacionais norte coreanos em território japonês. Ewen MacAskill e Jonathan Watts, "Japan bans all trade with North Korea," *The Guardian*, 12 de Outubro de 2006, Acessível em 22/07/2013. <http://www.guardian.co.uk/world/2006/oct/12/japan.northkorea1>

Por fim, a 7 de Junho de 2010 foi aprovada a Resolução 1928 que prolongou o comité de supervisionamento das sanções estabelecido na resolução de 1874 até 12 de Junho de 2011. Este comité ainda se mantém em funcionamento tendo sido renovado o seu mandato até Junho de 2012 através da Resolução 1985 e, através da resolução 2050, até 12 de Junho de 2013.

Embora não tenha tido um papel tão proeminente na questão nuclear do Irão porque esta crise marcou presença no CSNU principalmente no fim de 2006 e durante 2007 e 2008, biénio em que o Japão não estava representado, em 2006 o Japão votou a favor da Resolução 1696. Esta resolução exigia que o Irão cancelasse imediatamente o seu programa de enriquecimento de urânio.

O preâmbulo da resolução deixa bem claro que os países têm o direito de usar energia nuclear de forma pacífica, mas, de acordo com relatórios da Agência Internacional de Energia Atómica, o programa iraniano causava preocupação incluindo aspectos que podiam ter uma dimensão militar.

O Irão recusou-se a cancelar o seu programa de enriquecimento de urânio e, como tal, em Dezembro de 2006 foram estabelecidas sanções através da resolução 1737, aprovada por unanimidade, nomeadamente o congelamento de bens a indivíduos e entidades ligadas ao programa nuclear iraniano. Assim como no caso Norte coreano foi estabelecido um Comité para acompanhar o cumprimento das sanções e o Japão ocupou, durante 2009/2010, a presidência.

Numa declaração oficial, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Taro Aso, mostrou-se preocupado com as repercussões que o caso iraniano teria para o caso norte coreano:

“O Japão está imensamente preocupado com a situação actual respeitante à questão nuclear iraniana, e considera necessário endereçar esta questão de forma determinada com o objectivo de manter o regime internacional de não-proliferação nuclear, as repercussões desta questão na questão norte coreana e na estabilidade do Médio Oriente, que tem consequências a nível do fornecimento global de energia. Como membro do CSNU, o Japão tem consultado e

colaborado com outros países preocupados na adoção célere e unânime da presente resolução”¹⁵¹

Estas sanções foram ampliadas com a resolução 1747, em Março de 2007, tendo sido imposto um embargo de armas e mais congelamentos. Embora o Japão já não pertencesse ao CSNU o MOFA afirmou "Japan highly appreciates this adoption as demonstrating the determined stance of the international community toward Iran's nuclear issue."¹⁵²

Assim como no caso norte coreano, depois de várias resoluções sem obter a resposta pretendida o CSNU aprova mais uma resolução, desta vez a Resolução 1803, em Março de 2008, apelando aos estados membros para, de acordo com a legislação, inspecionarem navios e aviões.

Ainda em 2008, depois de um relatório da Agência Internacional de Energia Atômica confirmar que o programa ainda estava activo, é aprovada a Resolução 1835 exigindo que o Irão cumpra as resoluções anteriores.

O desenvolvimento seguinte será em 2010, aquando da aprovação da Resolução 1929 com medidas suplementares para lidar com o desprezo do Irão aos pedidos anteriores.

O Japão participou activamente nas negociações para obter a aprovação desta resolução e Katsuya Okada, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, referiu-se ao comportamento do Irão como deplorável e fez, novamente, uma ponte com o problema nuclear norte coreano.¹⁵³ Para além disso, o Japão estabeleceu sanções unilaterais,¹⁵⁴

¹⁵¹ Ministry of Foreign Affairs of Japan. "Statement by Mr. Taro Aso, Minister for Foreign Affairs, on the Adoption of the United Nations Security Council Resolution 1737 concerning Iran's Nuclear Issue," 24 de Dezembro, 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2006/12/1224.html> Tradução própria

¹⁵² Ministry of Foreign Affairs of Japan. "Statement by Mr. Taro Aso, Minister for Foreign Affairs, on the Adoption of the United Nations Security Council Resolution concerning Iran's Nuclear Issue," 26 de Março, 2006. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2007/3/1172928_822.html

¹⁵³ Ministry of Foreign Affairs of Japan. "Statement by Mr. Katsuya Okada, Minister for Foreign Affairs, on the Adoption of United Nations Security Council Resolution 1929 concerning Iran's Nuclear Issue," 10 de Junho, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2010/6/0610_02.html

¹⁵⁴ Ministry of Foreign Affairs of Japan. "Accompanying Measures pursuant to United Nations Security Council Resolution 1929," 3 de Setembro, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/iran/measures_unsc_1009.html

nomeadamente impedindo os japoneses – indivíduos ou empresas – de fazer novos investimentos no sector energético iraniano, aumentando as restrições em actividades financeiras, por exemplo, proíbe as firmas japonesas de fazer seguros que possam auxiliar a proliferação e proíbe, ainda, bancos iranianos de abrir sucursais em território japonês.

Em 2011 foi aprovada a Resolução 1977 com o objectivo de prolongar por um periodo de dez anos o Comité 1540. Esta resolução foi aplaudida pelas autoridades japonesas que, como vimos, tem vindo a desenvolver esforços no sentido de garantir a aplicação desta resolução.

(4) Por uma ONU mais transparente

Em 2010, o Japão apresentou uma nova versão da “Nota Presidencial 507”, documento que compila uma série de medidas com vista a melhorar os métodos de trabalho e torná-los mais transparentes e eficientes.

O Japão, embora mantendo a posição de que melhorar os métodos de trabalho não substitui uma reforma abrangente, não separa as questões afirmando que melhorar os métodos de trabalho é importante no contexto da reforma do CSNU já que é um dos aspectos chaves para a Reforma do CSNU.

Destacou-se ainda neste tema ao publicar, usando toda a sua experiência como o membro que mais vezes conseguiu um assento não permanente, o Livro de Métodos de Trabalho do CSNU, conhecido como o “green book” e que tem como objectivo ajudar os membros com menos experiência a perceberem melhor o funcionamento do órgão.

O Japão desde o início do debate da reforma tem apelado a uma maior disponibilização de informação sobre as discussões no sentido de se escrever um Relatório Anual mais completo e tem, também, apelado a uma maior participação por parte de membros externos ao CSNU.

(5) Esforço na promoção da dignidade humana

Considerando que a dignidade humana é essencial para um ambiente internacional pacífico, o Japão desenvolve uma política externa que tem a segurança humana como um dos seus pilares, como vimos anteriormente.

Neste pontos o Japão inclui (a) os seus esforços na redução da pobreza através das instituições internacionais e APD indo de encontro com os Objectivos do Milénio; (b) os seus esforços na consolidação de paz através de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração, indicando o esforço de reconstrução do Afeganistão como exemplo, (c) os seus esforços no continente africano fazendo referência, principalmente, às conferências internacionais patrocinadas pelo Japão, e, ainda, (d) o seu esforço na resposta a desastres naturais.

O Japão tem-se destacado, como já foi abordado, na luta contra o terrorismo através de vários organismos da ONU. Depois de o CSNU passar a reolução 1373, que estabelece os vários deveres dos estados membro no que concerne ao combate ao terrorismo, o Japão tem, anualmente, produzido relatórios para Comité Contra-Terrorismo (CTC, em inglês) nos quais enumera todas as medidas tomadas neste sentido.

Respeitando várias convenções para a supressão do financiamento de terroristas, foi o Japão que, em 2004, sugeriu a inclusão do grupo “Group of Monotheism and Jihad”, um grupo iraquiano fiel à Al-Qaeda, ao Comité de sanções de indivíduos e grupos ligados à Al-Qaeda, depois do grupo ter assassinado um cidadão japonês em território iraquiano.

Em 2005, numa reunião pública do CSNU sobre a temática da luta contra o terrorismo, o Japão apresentou várias sugestões para a eficácia do Comité Contra-Terrorismo:

“O Japão gostaria que o CTC criasse métodos para que a análise do CTC se torne mais clara para a comunidade de doadores, para tornar possível uma coordenação forte entre doadores e receptores, e, como consequência, fortalecer a implementação da resolução 1372 pelos Estados-Membro.

Neste contexto, estabelecer uma estrutura que permita um contacto mais próximo entre o *Counter-Terrorism Action Group* e as organizações internacionais, regionais e sub-regionais seria um passo eficaz.”¹⁵⁵

O Japão teve, ainda, um papel importante na promoção da Resolução 1904, de 2009, que condena veemente a acção da Al-Qaeda, reforça as sanções impostas nas resoluções anteriores sobre este tema e impõe novas sanções à organização e a todos os seus associados.

Embora haja um consenso geral sobre a importância do Japão na organização, há ainda muitas diferenças de opiniões quanto a atribuir um lugar permanente ao Japão.

A Coreia do Norte já afirmou ser contra qualquer proposta que inclua o Japão como membro permanente afirmando “Um país como o Japão que se recusa a resolver questões relacionadas com os seus crimes passados, deve, definitivamente, ficar fora da lista”.¹⁵⁶

Para além da questão óbvia da memória histórica, a Coreia do Norte vê o CSNU como um órgão que tem sido utilizado pelos EUA para prosseguir uma política hostil em relação ao seu país e, como tal, é contra a integração como membro permanente de um dos seus principais aliados.

Em 2010 na Cimeira da APEC no Japão, o Presidente Barack Obama apoiar a candidatura do Japão ao CSNU referindo-se ao país do sol nascente como “um modelo de país que pertence como membro no CSNU” acrescentando ainda que “o empenho dos EUA na defesa do Japão é inabalável”¹⁵⁷ enfatizando, assim, a importância da aliança.

¹⁵⁵ Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Statement by H.E. Mr. Shinichi Kitaoka deputy permanent representative of Japan at the public meeting of the Security Council on counter-terrorism-related activities,” 26 de Outubro, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2005/un0510-8.html> Tradução própria

¹⁵⁶ “Statement by the DPRK on the Security Council Reform, March 2010,” 5 de Fevereiro, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.humanrightsvoices.org/assets/attachments/documents/8510DPRK_SCRReformStmt_4March10.pdf Tradução própria

¹⁵⁷ Slavin, Eric. “Obama wants stronger U.N. role for Japan, calls for modernized U.S.-Japan alliance.” Stars and Stripes. 13 de Novembro, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.stripes.com/news/pacific/obama-wants-stronger-u-n-role-for-japan-calls-for-modernized-u-s-japan-alliance-1.125336> Tradução própria

A posição da China é a que se impõe como maior obstáculo às pretensões japonesas. Referindo-se ao Japão, Wen Jiabao afirmou numa visita oficial à Índia “Apenas um país com respeito pela história, que assuma responsabilidade pela mesma e que ganha a confiança dos povos asiáticos e do mundo deve assumir maior responsabilidade na comunidade internacional”.¹⁵⁸

Para além das disputas territoriais, a China, que desde 2010 suplantou o Japão em termos económicos e é agora a segunda maior economia do mundo, pretende ser o país central da Ásia, relembrando a ordem sinica de outrora, e, como tal, opõe-se à candidatura do Japão a um lugar que lhe dê proeminência internacional.

Quanto à Coreia do Sul, embora tenha uma aliança com os EUA, também neste caso a memória histórica se impõe como obstáculo à obtenção do voto positivo da Coreia do Sul relativamente às pretensões do Japão no que diz respeito ao assento permanente no CSNU. Em 2005, Park Joon-woo, secretário geral para as questões asiáticas, afirmou que se o Japão pretende obter um lugar no CSNU deve, antes de mais, ganhar a confiança dos seus vizinhos, em especial da China e da Coreia do Sul.¹⁵⁹

De uma perspectiva mais pragmática, podemos afirmar que a oposição da Coreia do Sul à candidatura japonesa se deve principalmente ao facto de a Coreia do Sul, uma economia forte, não querer, à semelhança da China, que o Japão ganhe mais preponderância na região.

Por último, na década de 90, após o Japão ter ajudado financeiramente a Rússia na sua transição e ter apoiado a entrada da Rússia na APEC, Boris Yelstin, entre outros oficiais russos, apoiaram a candidatura do Japão ao CSNU, mas, desde então, a Rússia tem mantido uma posição ambígua.

Embora existam disputas territoriais entre os dois países, em 2005, num encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiro, a Rússia afirmou que a Rússia vê o Japão como um candidato óbvio a um lugar permanente no CSNU caso este seja expandido e, referiu ainda, existir vontade por parte da Rússia em aprofundar as conversações entre o Japão e a Rússia sobre a questão da reforma do CSNU. Afirmou ainda que a Rússia

¹⁵⁸ Philip P. Pan, “Chinese step up criticism of Japan,” *Washington Post*, 13 de Abril, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A47122-2005Apr12.html> Tradução própria

¹⁵⁹ Jack Kim, “South Korea concerned about China-Japan row on history,” *Infowars*, Acessível em 22/07/2013. http://www.infowars.com/articles/world/sk_concerned_about_china_japan_row.htm

apoiará qualquer reforma do CSNU que obtenha um alargado consenso entre os países membros.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Estas palavras não são uma citação do Ministro dos Negócios Estrangeiros Russo, mas sim de um relatório Japonês: Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan-Russia Foreign Ministers' Meeting. Overview results,” 31 de Maio, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/meet0505.html>

Capítulo V

Conclusão

Depois de duas décadas de desenvolvimento económico expressivo sob a protecção securitária dos EUA, o Japão surge no pós Guerra-Fria com um novo objectivo: redesenhar a sua política externa de modo a conseguir obter expressividade política na ordem internacional digna da segunda potência económica mundial.

Com o fim da Guerra fria, a política externa japonesa tem vindo a sofrer alterações e isso é evidente na clara erosão da doutrina Yoshida.

No entanto, e embora a Doutrina Yoshida se tenha vindo a diluir, principalmente durante o mandato de Koizumi, a aliança com os EUA continua a ser central para o Japão. O Japão, como país com agência própria, desenvolve uma política independente no CSNU, mas mantém uma relação próxima com os EUA.

O Japão tem vindo, aliás, a tornar-se um parceiro mais activo e independente na aliança com os EUA aprovando legislação para aprofundar a transferência tecnológica. Mesmo só investindo 1% do seu PIB anual nas SDF, desenvolveu uma das melhores Marinhas a nível mundial.

Outro princípio basilar da política externa japonesa é a renúncia ao direito de beligerância de Estado (como está plasmado no artigo nono da Constituição japonesa). Assim, o Japão apenas mantém forças de defesa - embora bastante bem treinadas e equipadas - e, mesmo com pedidos da comunidade internacional, tem recusado enviar forças para missões de guerra, limitando-se a enviar forças militares para reconstrução e manutenção de paz. No entanto, o primeiro-ministro Abe afirmou recentemente que pretende reforçar os poderes das SDF de modo a responder a uma nova realidade regional. Nomeadamente afirmou que o Japão deve ter o poder de lançar ataques preventivos em caso de ameaça imediata e deve criar uma força para proteger os ilhas que reivindica como suas e a sua linha costeira.

Outro ponto importante na política externa japonesa é a manutenção de um ambiente internacional pacífico. Este tem sido também uma das principais preocupações

do Japão no CSNU, promovendo o conceito de dignidade humana, mas também promovendo uma ONU mais transparente que dissipe a desconfiança e promova a cooperação.

Outro dos grandes objectivos da política externa japonesa é a obtenção de um assento permanente no CSNU e, como tal, a reforma do ONU é um dos temas aos quais o Japão confere mais importância enquanto membro da organização, tendo inclusive em 1992, aprovado a Lei de Cooperação de Paz de modo a poder participar mais activamente nas operações de manutenção de paz, sem tendo, no entanto, ido contra o seu princípio anti-militarista, como vimos anteriormente.

Assim, podemos afirmar que o Japão tem mantido uma postura coerente com a sua política externa na ONU.

O Japão tem lutado para obter reconhecimento internacional equivalente à percepção que tem de si próprio, ou seja, o Japão percebe-se como uma das maiores economias mundiais, como um país que tem com uma aliança política e militar com o país mais poderoso do mundo, mas também como um país que tem vindo, ao longo dos anos, a contribuir substancialmente para o sistema internacional, principalmente através das suas contribuições financeiras à ONU, mas também com a sua política de APD. No entanto, a sua incapacidade de liderança e dificuldades em resolver a crise económica doméstica fazem com a comunidade internacional veja o Japão como um poder intermédio, com pouco *input* no sistema internacional que segue uma política de puro ajustamento ao sistema.

Embora haja consenso relativamente à importância do Japão para a organização, o debate sobre a reforma continua e não parece haver uma solução num futuro próximo.

O Japão garante ter o apoio de cerca de oitenta países na sua luta pelo lugar permanente, mas mesmo entre os países que o apoiam não há consenso relativamente à questão do veto. Por essa razão o Japão tem evitado exigir o poder de veto, ao contrário da Alemanha e da Índia que se têm mostrado indisponíveis a uma solução em que este direito lhes seja negado, e tem tomado uma posição de “esperar pelos desenvolvimentos” acreditando que se conseguir um lugar permanente sem direito de veto imediato pode vir, no futuro, a obtê-lo.

Esta posição incrivelmente paciente é, aliás, tipicamente japonesa. Quer na sua política doméstica quer na sua política internacional o Japão evita tomar posições radicais preferindo enveredar por uma política de negociações até chegar a uma certa consensualidade. Esta procura da estabilidade e consensualidade estão fortemente enraizadas na sociedade japonesa e, embora seja possível uma evolução, esta será lenta porque, como vimos, os aspectos cognitivos são de grande importância para a tomada de decisão e os códigos operacionais estruturam-se e organizam-se em volta das crenças tidas como fundamentais.

O Japão apresenta-se, assim, como um país que tem uma responsabilidade fiscal pesada na ONU, mas cujo *input* político é limitado e, podemos afirmar, o próprio país é um dos principais culpados.

A sua incapacidade de liderança é um dos principais obstáculos. Embora tenha vindo a empreender medidas no sentido de fortalecer a posição do Primeiro-Ministro, sem haver um Primeiro-Ministro que consiga utilizar em pleno os seus poderes estas mudanças não trarão mudanças práticas.

Por outro lado, o Japão tem, através de uma política de APD e de divulgação cultural, criado laços de *softpower* que têm sido importantes para conseguir votos na ONU, mas que o Japão não tem conseguido transformar em poder efectivo.

Assim, conseguir um lugar como membro permanente no CSNU vai efectivamente conferir ao país uma maior capacidade de influenciar a agenda, obter mais cargos nos órgãos subsidiários e reconhecimento internacional, mas não resolverá a dificuldade que o Japão tem em se afirmar como um actor que define a política e transforma o sistema internacional.

É necessário empreender uma política de reestruturação do sistema. No entanto, o Japão tem sido incapaz de o fazer mesmo em situações de crise – que, como vimos, conferem alguma liberdade extra de acção. Por outro lado, o facto de os líderes do Governo não concluírem o ciclo legislativo, mudando de Primeiro-Ministro quase anualmente, torna difícil empreender medidas substanciais a longo prazo.

Como vimos os valores tidos como centrais, embora não estáticos, são difíceis de substituir e, como tal, mesmo que certas facções dos partidos políticos defendam

uma maior autonomia na busca do reconhecimento internacional, sem um líder efectivamente capaz de moldar a agenda política será difícil a médio prazo obter esta mudança de paradigma.

O Japão é criticado por causa das limitações impostas pela leitura restritiva do artigo nono. Temos assistido a uma erosão dos princípios da doutrina Yoshida e prevê-se que com a mudança geracional esta tendência se mantenha principalmente tendo em consideração as declarações anteriormente referidas por parte do Gabinete do primeiro ministro Abe.

O Japão tem participado em acções de manutenção de paz e foi essencial em várias operações importantes, embora somente em acções de não-combate, como o Camboja, Timor-Leste e Haiti.

Afirmar que o Japão, devido a este constrangimento legal, é incapaz de participar efectivamente na promoção da paz e segurança é falacioso. Embora não contribua com militares para zonas de combate, o Japão tem sido responsável por mais de 12% do orçamento de manutenção de paz e a verdade é que é mais difícil arranjar fundos para alimentar as missões do que agentes de manutenção de paz para a zona de guerra que são fornecidos aos milhares por países como o Paquistão, Bangladesh, Índia, Etiópia, Ruanda, Nigéria, entre outros.

Considerar que o Japão não será capaz de cumprir com as suas responsabilidades quando dois dos membros permanentes do CSNU contribuem com percentagens baixíssimas para os orçamentos, nomeadamente a Rússia que desde 2010 contribui apenas com 1,602% e a China que desde 2010 contribui apenas com 3,189% é também questionável. O Japão já afirmou que considera que os membros permanentes devem contribuir financeiramente de forma mais consistente e tentou impôr um limite mínimo de contribuições, sem sucesso.

Por outro lado, não há qualquer dúvida que a expressão “estados-inimigos” será retirada da Carta, mas sendo que se está à espera da grande reforma para aplicar esta mudança, ainda pode demorar bastante tempo.

O Japão continuará a lutar por um lugar permanente na organização porque se percebe como uma das grandes nações mundiais e é movido por um forte desejo de

reconhecimento. No entanto, o choque com as percepções de países como a China e as Coreias irá dificultar o trabalho ao Japão e não há, até agora, uma proposta de reforma amplamente aceite entre os membros e, não haverá uma, a curto prazo.

Quanto aos contributos teóricos, enquanto alguns realistas defendem que o Japão caminhará para a remilitarização e, inclusive, tentará tornar-se uma potência nuclear, outros realistas defendem que o Japão para manter a soberania e evitar riscos irá optar por uma política que não provoque uma escalada armamentista na zona da Ásia Pacífico.

Já os liberais defendem que o futuro do Japão está no seu poder civil e no aprofundar da cooperação institucional na luta contra as ameaças comuns.

Os construtivistas não fazem previsões, já que não é esse o seu intuito, mas enfatizam o poder das normas institucionalizadas na sociedade e como a norma anti-militar, pró consensualidade e de continuidade dentro da mudança influencia as relações internacionais japonesas.

Claramente nenhuma das teorias explica o comportamento do Japão na perfeição. A teoria liberal é incapaz de responder à incapacidade da interdependência criar relações pacíficas e eliminar o conflito nas relações asiáticas. E é também incapaz de explicar a dificuldade que os governantes japoneses têm em obter consenso relativamente a acordos regionais, mesmo que puramente económicos, como o TPP.

A teoria realista não explica como é que o Japão continua a manter um tecto - psicológico, não legislativo - de 1% nos gastos militares quando está tão próximo da Coreia do Norte e de uma China em ascensão.

Em primeiro lugar temos de considerar o facto de que a existência de múltiplos actores políticos faz com que a ideologia seja atenuada. Assim, mesmo que um líder seja claramente realista, o seu Gabinete e outros actores também terão *input* no processo de decisão. Em segundo, e como vimos com as contribuições da APE, o sistema é humano, logo não é perfeito, e o uso da racionalidade é restrito. O decisor, ou decisores, optarão pela satisfação à optimização.

Assim, as teorias, embora essenciais para o enriquecimento do debate e da exploração das alternativas, não são um modelo exacto e, como tal, é impossível afirmar que o Japão tem seguido uma opção puramente realista, liberal ou construtivista.

Do que foi dito anteriormente, julgo que o mais importante para o Japão será a manutenção de um clima estável na Ásia pacífico. As TRI oferecem-nos várias opções para a manutenção da estabilidade: desde a obtenção de armas nucleares até ao fortalecimento de laços de interdependência. Na minha opinião enquanto os EUA se mantiverem como força de estabilização na área, o Japão tenderá a evitar a confrontação a não ser que a China se apresente como um perigo imediato. Por isso, a minha opinião enquadra-se numa perspectiva de realismo defensivo, ou seja, a manutenção do dilema de segurança a um nível moderado e uma economia nacional saudável. Considero que embora a estrutura se imponha, os actores ainda têm um leque de escolhas disponíveis. Como tal, é essencial incluir os aspectos cognitivos na análise estudando, assim, os sistemas operacionais dos diversos actores.

ANEXOS

Anexo 1

1. Percentagens definidas para o Orçamento Regular

	1990-1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
EUA	25	25	25	25	25	25	25	25
Japão	11,38	12,45	12,45	12,45	13,95	15,44	15,65	17,98
Rússia	9,99	9,41	6,71	6,71	5,68	4,45	4,27	2,87
Alemanha	9,36	8,93	8,93	8,93	8,94	9,04	9,06	9,63
França	6,25	6	6	6	6,32	6,41	6,42	6,49
Grã-Bretanhã	4,86	5,02	5,02	5,02	5,27	5,32	5,32	5,08
RPC	0,79	0,77	0,77	0,77	0,72	0,74	0,74	0,90

	1999	2000	2001	2002	2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012
EUA	25	25	22	22	22	22	22	22
Japão	19,98	20,57	19,63	19,67	19,52	19,47	16,62	12,53
Rússia	1,49	1,08	1,2	1,2	1,2	1,1	1,2	1,60
Alemanha	9,81	9,86	9,83	9,83	9,77	8,66	8,58	8,02
França	6,54	6,55	6,50	6,52	6,27	6,03	6,30	6,12
Grã-Bretanhã	5,09	5,09	5,57	5,58	5,54	6,13	6,64	6,60
RPC	0,97	0,99	1,54	1,55	1,53	2,05	2,67	3,19

2. Valores pagos para o Orçamento Regular da ONU, em dólares

	1990	1991	1992	1993	1994
EUA	302,615,852	301,326,450	325,495,230	289,062,441	310,800,851
Japão	90,000,904	104,844,802	122,609,322	127,053,643	126,652,158
USRR /Rússia	79,007,823	48,659,792	28,580,000	121,006,035	111,259,468
Alemanha	74,025,349	86,234,389	87,943,875	91,131,650	90,843,676
França	49,429,319	57,581,723	59,088,830	61,230,672	61,037,185
Grã-Bretanhã	38,436,237	44,775,548	49,437,654	51,229,662	51,067,778
RPC	6,247,866	7,278,329	7,583,066	7,857,936	7,833,106

	1995	1996	1997	1998	1999
EUA	150,130,049	359,040,601	315,585,677	355,262,548	452,203,605
Japão	152,442,506	167,886,832	166,684,838	189,093,100	207,651,846
Rússia	62,529,698	48,402,747	45,478,867	30,213,251	15,451,275
Alemanha	97,694,337	98,355,470	96,496,142	101,271,707	101,913,996
França	69,063,558	69,694,517	68,378,061	68,292,675	67,956,519
Grã-Bretanhã	57,589,390	57,811,371	56,662,194	56,724,775	52,889,706
RPC	7,868,000	7,994,611	7,881,584	9,475,161	10,110,351

	2000	2001	2002	2003	2004
EUA	303,576,746	328,206,625	258,168,464	263,845,890	390,293,007
Japão	216,404,978	203,019,591	218,412,768	244,424,847	298,629,134
Rússia	11,328,837	12,411,407	13,325,300	16,201,505	15,796,362
Alemanha	103,684,629	98,179,401	109,322,981	131,893,753	124,389,166
França	68,846,089	64,985,093	72,356,378	87,299,111	86,592,781
Grã-Bretanhã	53,562,152	55,641,372	61,951,540	74,742,944	87,985,732
RPC	10,466,289	15,328,088	17,156,324	20,683,922	29,481,755

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EUA	428,280,567	383,908,137	391,901,857	451,527,359	699,042,776	532,453,102
Japão	346,434,802	332,240,528	332,605,470	304,055,694	405,013,197	264,959,467
Rússia	19,574,599	18,772,580	24,009,056	21,948,198	29,235,794	3,387,5903
Alemanha	154,141,065	147,825,532	171,604,735	156,874,741	208,962,836	169,548,684
França	107,304,389	102,907,868	126,067,557	115,246,326	153,512,281	129,477,001
Grã-Bretanhã	109,030,513	104,563,268	132,890,130	121,483,273	161,820,119	139,648,230
RPC	36,533,318	35,036,460	53,360,129	48,779,869	64,976,552	67,434,617

Fontes (tabela 1 e 2):

Marjorie Ann Browne e Luisa Blanchfield. “United Nations Regular Budget Contributions: Members Compared, 1989-2008”. 22 de Janeiro, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.policyarchive.org/handle/10207/bitstreams/19526.pdf>

Secretariado das Nações Unidas. “Status of contributions as at 31 December 2008”. 31 de Dezembro, 2008. Acessível em 22/07/2013.

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/761

Secretariado das Nações Unidas. “Status of contributions as at 31 December 2009”. 31 de Dezembro, 2009. Acessível em 22/07/2013.

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/796

Secretariado das Nações Unidas. “Status of contributions as at 31 December 2010”. 31 de Dezembro, 2010. Acessível em 22/07/2013.

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/828

Anexo 2

Japan's International Peace Cooperation

	Activities	Names	Countries	Periods of Operation	Deployed Personnel	Main Duties
1	PKO	International Peace Cooperation Assignment in Angola	Angola	Sep-Oct 1992	3 election observers	Observing fair presidential and legislative elections
2	PKO	International Peace Cooperation Assignment in Cambodia	Cambodia	Sep 1992-Sep 1993	8x2 ceasefire observers	Supervising collected and stored weapons; Ceasefire monitoring
					600x2 engineering unit personnel	Reconstructing roads and bridges; supplying fuel and water to UNTAC components
				Oct 1992-July 1993	75 civilian police officers	Providing advice or guidance on police administrative matters
				May-June 1993	41 election personnel	Observing and managing fair Constituent Assembly elections
3	PKO	International Peace Cooperation Assignment in Mozambique	Mozambique	May 1993-Jan 1995	5x2 staff officers	Preparing ONUMOZ's implementation plans; planning and coordinating transport operations
					48x3 movement control unit personnel	Allotting vehicles; supporting customs clearance; technically coordinating transport operations
				Oct-Nov 1994	15 election observers	Observing fair presidential and legislative elections
4	PKO	International Peace Cooperation Assignment in El Salvador	El Salvador	Mar-Apr 1994	15x2 election observers	Observing fair presidential, legislative assembly and other elections
5	Humanitarian	International Peace Cooperation Assignment for Rwandan Refugees	Zaire (currently Democrat)	Sep-Dec 1994	283 refugees relief unit incl. 23 advanced personnel	Medical care and water supply for Rwandan refugees

			ic Republic of the Congo) and Kenya		118 air transport unit personnel	Transporting supplies and personnel for the refugees relief unit
					Max 10 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
6	PKO	International Peace Cooperation Assignment in the Golan Heights	Israel, Syria and Lebanon	Feb 1996-	2x13 staff officers 3x4 staff officers	UNDOF's public reations; planning and coordinating logistics incl. transport
					43x33 transport unit personnel	Transporting food; storing supplies; repairing roads; maintaining construction equipments
				Jan 1996-	Max 6 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
7	Election	Internationa Peace Cooperation Assignment in Bosnia and Herzegovina	Bosnia and Herzegovina	Sep 1998	5 election observers	Observing fair presidential, legislative and other elections
					25 polling station supervisors	Managing fair presidential, legislative and other elections
				Aug-Sep 1998	4 liaison & coordination personnel	Liaison and coordination with relevant organizations
8	PKO	International Peace Cooperation Assignment in East Timor	Indonesia	July-Sep 1999	3 civilian police officers	Providing advice on police administrative matters
					Max 3 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
9	Humanitarian	International Peace Cooperation Assignment for East Timorese Displaced Persons	Indonesia	Nov 1999- Feb 2000	113 displaced persons releif unit personnel	Transporting supplies for East Timorese displaced persons
					Max 6 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
10	Election	International Peace Cooperation Assignment in Bosnia and Herzegovina	Bosnia and Herzegovina	Mar-Apr 2000	11 election personnel	Monitoring and managing fair municipal assembly elections
					6 liaison & coordination personnel	Liaison and coordination with relevant organizations

11	Election	International Peace Cooperation Assignment in East Timor	East Timor	Aug-Sep 2001	19 election observers	Monitoring fair Constituent Assembly elections
12	Humanitarian	International Peace Cooperation Assignment for Afghan Refugees	Pakistan	Oct 2001	138 refugees relief unit personnel	Transporting supplies by air for Afghan refugees
					2 liaison & coordination personnel	Liaison and coordination with relevant organizations
13	Election	International Peace Cooperation Assignment in Kosovo	Former Yugoslavia	Nov 2001	6 election observers	Observing fair Kosovo assembly elections
					5 liaison & coordination personnel	Liaison and coordination with relevant organizations
14	PKO	International Peace Cooperation Assignment in East Timor	East Timor	Feb 2002-June 2004	10 staff officers 7 staff officers (May 2003-)	Planning and coordinating engineering operations at the UNMISET (UNTAET before May 19, 2002) HQ
				Mar 2002-June 2004	680x2 engineering unit personnel 522 personnel (Mar 2003-) 405 personnel (Oct 2003-)	Repairing and maintaining roads and bridges
				Feb 2002-June 2004	3-5 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
15	Election	International Peace Cooperation Assignment for East Timorese Election Observation	East Timor	Apr 2002	8 election observers	Observing fair presidential elections
16	Humanitarian	International Peace Cooperation Assignment for Iraqi Refugees	Jordan	Mar-Apr 2003	56 refugees relief unit personnel incl. 6 navigation support personnel	Transporting supplies by air for Iraqi refugees
					3-5 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations

17	Humanitarian	International Peace Cooperation Assignment for Iraqi Afflicted Persons	Jordan and Italy	July-Aug 2003	104 afflicted persons releife unit personnel incl. 6 navigation support personnel	Transporting supplies by air for Iraqi afflicted persons
					Max 3 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
18	Election	International Peace Cooperation Assignment in the Democratic Republic of the Congo	Democratic Republic of the Congo	July-Nov 2006	8 election observers (July-Aug) 5 election observers (Oct-Nov)	Observing fair presidential and legislative elections
19	PKO	International Peace Cooperation Assignment in Timor-Lest	Timor-Lest	Jan 2007-Feb 2008	2x2 civilian police officers	Advising the civilian police component of the UNMIT HQ
					Max 3 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
20	Election	International Peace Cooperation Assignment for Timor-Lest Election Observation	Timor-Lest	Mar-July 2007	14 election observers (Mar-Apr & June-July) 8 election observers (May)	Observing fair presidential and parliamentary elections
21	PKO	International Peace Cooperation Assignment in Nepal	Nepal	Mar 2007-Jan 2011	6x4 military observers	Monitoring the implementation of relocation and demobilization of armed forces
					6 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
22	Election	International Peace Cooperation Assignment for Nepal Election Observation	Nepal	Mar-Apr 2008	24 election observers	Observation of a fair constituent assembly election

23	PKO	International Peace Cooperation Assignment in Sudan	Sudan	Oct 2008-Sep 2011	2x6 staff officers	Coordinating logistic needs for military components; managing database in the analysis cell
24	PKO	International Peace Cooperation Assignment in Haiti	Haiti	Feb 2010-	2x5 staff officers	Planning and coordinating engineering operations at the MINUSTAH HQ
					203 engineering unit personnel 349 personnel (Mar 2010-) 330x2 personnel (Aug 2010-) 317x2 personnel (Aug 2011-)	Removing debris; leveling land; repairing roads; constructing simple facilities, etc. (Seismic diagnosis completed in Apr 2010.)
					Max 5 liaison and coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations
25	PKO	International Peace Cooperation in Timor-Lest	Timor-Lest	Sep 2010-	2x4 military liaison officers	Monitoring the observance of cessation of armed conflict
					1 liaison & coordination officer	Liaison and coordination with relevant organizations
26	Election	International Peace Cooperation Assignment for Sudan Referendum Observation	Sudan	Dec 2010-Jan 2011	15 referendum observers Max 5	Observing the fair execution of the Southern Sudan Referendum
27	PKO	International Peace Cooperation in South Sudan	South Sudan	Sep 2011-	2x2 staff officers 1x1 staff officer (engineering)	Coordinating logistic needs for UNMISS military components; Maintaining computers for database management

					236 engineering unit personnel etc. (Jan 2012-) 349 personnel (June 2012-)	Building infrastructure; coordinating with the UN and the local government to support the engineering unit's activities
					Max 3 liaison & coordination personnel in rotation	Liaison and coordination with relevant organizations

“Fote note 1: "PKO" in the activities column stands for UN Peacekeeping Operations; "Humanitarian" for International Humanitarian Relief Operations; and "Election" for International Election Observation Operations as defined in the Act on Cooperation for United Nations Peacekeeping Operations and Other Operations (Act No. 79 of June 19, 1992).

Fote note 2: In addition to the activities in the table above, Maritime Self-Defense Force and Air Self-Defense Force units took part in the International Peace Cooperation Assignments in Cambodia and East Timor (No. 14); Air Self-Defence

Fote note 3: Force units took part in the International Peace Cooperation Assignments in Mozambique, the Golan Heights, Haiti, and the Assignment for East Timorese Displaced Persons, engaging in support activities for the operations of the respective transport units.

Fote note 4: In addition to the activities in the table above, Air Self-Defense Force units took part in the International Peace Cooperation Assignments for Rwandan Refugees, Afghan Refugees, Iraqi Refugees and Iraqi Afflicted People, engaging in support activities for the operations of the respective air transport units.

The periods of operation are from departure to return to Japan.”

Retirado na íntegra:

“Japan’s International Peace Cooperation as of March 16th.” 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.pko.go.jp/PKO_E/result/pdf/achievements.pdf

Anexo 3: Cronologia dos Primeiros-Ministros japoneses

Yoshida Shigeru (1º mandato)	Liberal	1946–47
Katayama Tetsu	Socialista	1947–48
Ashida Hitoshi	Democrático	1948
Yoshida Shigeru (2º mandato)	Liberal	1948–49
Yoshida Shigeru (3º mandato)	Liberal	1949–52
Yoshida Shigeru (4º mandato)	Liberal	1952–53
Yoshida Shigeru (5º mandato)	Liberal	1953–54
Hatoyama Ichiro (1º mandato)	LDP	1954–55
Hatoyama Ichiro (2º mandato)	LDP	1955
Hatoyama Ichiro (3º mandato)	LDP	1955–56
Ishibashi Tanzan	LDP	1956–57
Kishi Nobusuke (1º mandato)	LDP	1957–58
Kishi Nobusuke (2º mandato)	LDP	1958–60
Ikeda Hayato (1º mandato)	LDP	1960
Ikeda Hayato (2º mandato)	LDP	1960–63
Ikeda Hayato (3º mandato)	LDP	1963–64
Sato Eisaku (1º mandato)	LDP	1964–67
Sato Eisaku (2º mandato)	LDP	1967–70
Sato Eisaku (3º mandato)	LDP	1970–72
Tanaka Kakuei (1º mandato)	LDP	1972
Tanaka Kakuei (2º mandato)	LDP	1972–74
Miki Takeo	LDP	1974–76
Fukuda Takeo	LDP	1976–78

Ohira Masayoshi (1^omandato)	LDP	1978–79
Ohira Masayoshi (2^omandato)	LDP	1979–80
Suzuki Zenko	LDP	1980–82
Nakasone Yasuhiro (1^omandato)	LDP	1982–84
Nakasone Yasuhiro (2^omandato)	LDP	1984–87
Takeshita Noboru	LDP	1987–89
Uno Sosuke	LDP	1989
Kaifu Toshiki	LDP	1989–91
Miyazawa Kiichi	LDP	1991–93
Hosokawa Morihiro	Japan New Party	1993–94
Hata Tsutomu	Japan Renewal Party	1994
Murayama Tomiichi	Social Democratic	1994–96
Hashimoto Ryutaro	LDP	1996–98
Obuchi Keizo	LDP	1998–2000
Mori Yoshiro	LDP	2000–01
Koizumi Junichiro	LDP	2001–06
Abe Shinzo (1^omandato)	LDP	2006–07
Fukuda Yasuo	LDP	2007–08
Aso Taro	LDP	2008–09
Hatoyama Yukio	DPJ	2009–10
Kan Naoto	DPJ	2010–11
Noda Yoshihiko	DPJ	2011–12
Abe Shinzo (2^omandato)	LDP	2012-

Anexo 4: Listagem de Resoluções

Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 47/62. “Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council”. 10 de Fevereiro, 1993. Acessível em 22/07/2013.

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/47/62&Lang=E&Area=RESOLUTION

Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução 48/26. “Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council”. 3 de Dezembro, 1993. Acessível em 22/07/2013.

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/48/26&Lang=E&Area=RESOLUTION

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 825 [On Democratic People's Republic of Korea]. 11 de Maio, 1993. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/280/49/IMG/N9328049.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1373 [Threats to international peace and security caused by terrorist acts]. 28 de Setembro, 2001. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/557/43/PDF/N0155743.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1540 [Non-proliferation of weapons of mass destruction], 28 de Abril, 2004. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/328/43/PDF/N0432843.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1695 [Letter dated 4 July 2006 from the Permanent Representative of Japan to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/2006/481)]. 15 de Julho, 2006. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/431/64/PDF/N0643164.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU, Resolução 1696 [Non-proliferation]. 31 de Julho, 2006. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/450/22/PDF/N0645022.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1718 [Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea], 14 de Outubro, 2006. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/572/07/PDF/N0657207.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1737 [Non-proliferation]. 27 de Dezembro, 2006. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/681/42/PDF/N0668142.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1747 [Non-proliferation]. 24 de Março, 2007. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/281/40/PDF/N0728140.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1835 [Non-proliferation]. 27 de Setembro, 2008. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/525/12/PDF/N0852512.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1874 [Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea]. 12 de Junho, 2009. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/368/49/PDF/N0936849.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1887 [Maintenance of international peace and security: Nuclear non-proliferation and nuclear disarmament]. 24 de Setembro, 2009. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/523/74/PDF/N0952374.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1904 [Threats to international peace and security caused by terrorist acts]. 17 de Dezembro, 2009. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/656/62/PDF/N0965662.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1928 [Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea]. 7 de Junho, 2010. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/391/47/PDF/N1039147.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1929 [Non-proliferation]. 9 de Junho, 2010. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/396/79/PDF/N1039679.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1977 [Non-proliferation of weapons of mass destruction]. 20 de Abril, 2011. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/306/79/PDF/N1130679.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 1985 [Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea], 10 de Junho, 2011. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/370/32/PDF/N1137032.pdf?OpenElement>

Conselho de Segurança da ONU. Resolução 2050 [Non-proliferation/Democratic People's Republic of Korea]. 12 de Junho, 2012. Acessível em 22/07/2013.

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N12/370/64/PDF/N1237064.pdf?OpenElement>

BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

BENTHAM, Jeremy. *The Works of Jeremy Bentham*. Edinburgh: William Tait, 1838-1843. Acessível em 22/07/2013. <http://oll.libertyfund.org/title/1921>

Berger, Thomas. “Norms, identity, and national security in Germany and Japan,” em Peter Katzenstein, *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

Bourantonis, Dim. *The History and Politics of UN Security Council Reform*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

Breuning, Marijke. *Foreign Policy analysis – A comparative introduction*. Basingstroke: Palgrave Macmillan, 2007.

Burchill, Scott, Andrew Linklater, Richard Devetak, Jack Donnelly, Terry Nardin, Matthew Paterson, Christian Reus-Smit, Jacqui True. *Theories of International Relations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

Cravinho, João Gomes. *Visões do Mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

Deutscher, Karl, e S. A. Burrell. *Political Community and the North Atlantic Area*, Princeton, Princeton University Press, 1968.

Dore, Ronald. *Japan, Internationalism and the UN*. Londres: Routledge, 1997.

Dougherty, James e Robert L. Pfaltzgraff Jr.. *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.

Drifte, Reinhard. *Japan's Foreign Policy: From Economic Superpower to What Power?*. Nova Iorque: Macmillan Press, 1998.

Emmot, Bill. *The Sun Also Sets: Why Japan Will Not Be Number One*. Londres: Simon & Schuster, 1989.

Emmott, Bill. *Rivals: how the power struggle between China, Índia and Japan will shape our next decade*. Londres: Penguin Books, 2009.

Fernandes, José Pedro Teixeira. *Teoria das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista*. Coimbra: Almedina, 2004.

Fukuyama, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque: The Free Press, 1993.

Green, Michael. *Japan's Reluctant Realism*. Nova Iorque: Palgrave, 2001.

Hook, Glenn e Hugo Dobson e Julie Gilson e Christopher W. Hughes. *Japan's International Relations, Politics, economics and security*. London: Routledge, 2005.

Hrebenar, Ronald J.. *Japan's New Party System*. Oxford: Westview Press, 2000.

Hughes, Christopher. "Theory of economic power and security." em *Japan's economic power and security: Japan and North Korea*. Nova Iorque: Routledge, 1999.

Islam, Shafiqul. "Foreign Aid and Burdensharing: Is Japan Free Riding to a Coprosperity Sphere in Pacific Asia?" *Regionalism and Rivalry: Japan and the United States in Pacific Asia*, Editado por Jeffrey Frankel e Miles Kahler. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

Jackson, Robert e Georg Sorensen. *Introduction to international relations: theories and approaches*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

Jansen, Marius. *The Making of Modern Japan*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University, 2000.

Johnson, Chalmers. *Japan: who governs? The rise of the Developmental State*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1995.

Johson, Chalmers. *Japan: who governs? The rise of the Developmental State*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1995.

KANT, Emmanuel. *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*. Porto: Porto Editora, 2003

Katzenstein, Peter. “Institutionalism, Realism and Liberalism.” em *Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1995.

Keohane, Robert e NYE Jr., Joseph. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown, 1977.

Locke, John. *Two Treatises of Governmen*. Editado por Thomas Hollis. Londres: A. Millar et al., 1764.

Marsh, David e Gerry Stoker. *Theory and Methods in Political Science*. Londres: Macmillian Press Ltd., 1995.

Mastanduno, Michael. “Do relative gains matter? America’s response to Japanese industrial policy” em *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*, editado por David Baldwin, 250-269. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

McClain, James L.. *Japan, a modern history*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, Inc, 2002.

Mill, John Stuart. *On Liberty*. 1859. Acessível em 22/07/2013. <http://www.utilitarianism.com/ol/one.html>

Nye, Joseph S. *Softpower: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

Nye, Joseph S.. *Power in the Global Information Age: From Realism to Globalization*. Nova Iorque: Routledge, 2004.

Potter, Jonathan “Discourse analysis.” em *Handbook of data analysis*, editado por Hardy, M. A. e Bryman, A., 607-625. Londres: SAGE Publications, 1994.

Potter, Jonathan e Margaret Wetherell. “Analyzing discourse.” em *Analysing qualitative data*, editado por Bryman, A. e Burgess, R. G., 47-67. Londres: Routledge, 1994.

Pyle, Kenneth. *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose*. Nova Iorque: The Century Foundation, 2007.

Richardson, Bradley e Scott Flanagan. *Politics in Japan*. Boston: Little, Brown and Company, 1984.

Rodriguez, M. e Cleenewerk, L.. *Japan on the edge: an inquiry into the Japanese Government's struggle for superpower status and UN Security Council membership at the edge of decline*. Washington: Euclid University Press, 2009.

Rosenau, James N.. *The study of global Interdependence: Essays on the Transnationalization of World Affairs*. Londres, Frances Pinter, 1980.

Togo, Kazuhiko. *Japan's Foreign Policy, 1945-2009: The Quest for a Proactive Policy*. IIAS, Leiden, 2010.

Webber, Cynthia. "Constructivism." *International Relations Theory – a critical introduction*. Nova Iorque: Routledges, 2005.

Yahuda, Michael. *The International Politics of the Asia- Pacific, 1945-1995*. Londres: Routledges, 1996.

ARTIGOS:

"Japanese diplomacy, Abe's instincts." *Strategic Comments* 12, n.º 8 (2006): 1-2
doi:10.1080/1356788061285

"Japan's Koizumi administration, Domestic disappointment; diplomatic departures." *Strategic Comments* 7, n.º 9 (2001): 1-2. doi: 10.1080/1356788010792

Babb, James. "Politics and politicians in Japan." *Asian Affairs* 32, n.º 1 (2001): 51-54,
doi: 10.1080/714041431.

Babb, James. "The precarious political balance in Japan." *Asian Affairs* 30, n.º 2 (1999):
154-163. doi: 10.1080/714041381

Berger, Thomas U.. "From Sword to Chrysanthemum: Japan's Culture of Anti-militarism." *International Security* 17, n.º 4 (Spring, 1993), 119-150. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2539024>

Berger, Thomas. "Set for Stability? Prospects for Conflict and Cooperation in East Asia." *Review of International Studies* 26 (2000): 405–406.

Brooks, Stephen. "Dueling Realisms." *International Organisation*, 51, n.º 3. (Julho 1997): pp.445-477. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2703611>

Chanlett-Avery, Emma e Ian E. Rinehart. "The U.S. Military Presence in Okinawa and the Futenma Base Controversy." *Congressional Research Service*. 3 de Agosto de 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42645.pdf>

Desmond, Edward W.. "Ichiro Ozawa: Reformer at Bay." *Foreign Affairs*, Setembro/Outubro (1995): 117-131. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/20047304>

Dowty, Alan. "Japan and the Middle East: signs of chance?" *Middle East Review of International Affairs* 4, n.º 4, Dezembro (2000).

Doyle, Michael W., "Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs, Part 2." *Philosophy and Public Affairs* 12, n.º 4, Outono (1983): 323-353. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2265377>

Doyle, Michael W., "Liberalism and World Politics." *The American Political Science Review* 80, n.º 4, Dezembro (1986): 1151-1169. Acessível em 22/07/2013. www.jstor.org/stable/1960861

Doyle, Michael W., "Three Pillars of the Liberal Peace." *The American Political Science Review* 99, n.º 3, Agosto (2005): 463-466. doi: 10.1017/S0003055405051798.

Doyle, Michael W.. "Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs." *Philosophy and Public Affairs* 12, n.º 3, Verão (1983): 205-235. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2265298>

Edström, Bert. "Japan's foreign policy and human security." *Japan Forum* 15, n.º 2 (2003): 209-225. doi:10.1080/0955580032000108397.

Edström, Bert. "The Yoshida doctrine and the unipolar world." *Japan Forum* 16, n.º 1 (2004): 63-85. doi: 10.1080/0955580032000189339.

Envall, H. D. P. "Exceptions that Make the Rule? Koizumi Jun'ichirō and Political Leadership in Japan." *Japanese Studies* 28, n.º 2 (2008): 227-242. doi: 10.1080/10371390802249198.

Fry, Sir Graham. "Japan's new Government: what has changed?." *Asian Affairs* 41, n.º 2 (2010): 178-187. doi: 10.1080/03068371003747753.

Fukuyama, Francis. "Liberal Democracy as a Global Phenomenon." *PS: Political Science and Politics* 24, n.º 24, Dezembro (1991): 659-664.

George, Alexander L.. "The "operational Code": a neglected approach to the study of political leaders and decision making." *International studies Quarterly* 13, n.º 2, Junho (1969): 190-222. Acessível em 22/07/2013. www.jstor.org/stable/3013944

Gourevitch, Peter A., e Robert O. Keohane, Stephen D. Krasner, David Laitin, T.J. Pempel, Wolfgang Streeck, e Sidney Tarrow. "The political science of Katzenstein." PS: *Political Science & Politics*, Outubro (2008). Acessível em 22/07/2013. <http://www.apsanet.org/imgtest/PSOctober08Gourevitchetal.pdf>

Harris, Tobia. "How will the DPJ change Japan?." *Naval War College Review* 63, n.º 1 (2010): 77-96. Acessível em 22/07/2013. <http://www.usnwc.edu/getattachment/2edd2044-c134-493b-82e0-a54967070763/How-Will-the-DPJ-Change-Japan-.aspx>

Hassner, Pierre. "Beyond the Three Traditions: The Philosophy of War and Peace." *Historical Perspective in International Affairs* 70, n.º 4, Outubro (1994): 737-756. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2624556>

Hermann, Charles F. "Changing Course: When Governments choose to redirect foreign policy." *International studies quarterly* 34, n.º 1, Março (1990): 3-21. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2600403>

Howell, W. Lee. "Why Japan can't lead." *The Washington Quarterly* 23, n.º 2 (2000): 17-21. doi: 10.1162/016366000560926

Hudson, Valerie M. e Christopher S. Vore. "Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow." *Mershon International Studies Review* 39, n.º 2, Outubro (1995): 209-238

Hughes, Christopher W.. “Japan-North Korea Relations From the North-South Summit to the Koizumi-Kim Summit.” *Asia-Pacific Review* 9, n.º 2 (2002): 61-78 doi: 10.1080/1343900022000036089

Inoguchi, Takashi. “Are there any theories of international relations in Japan?” *International Relations of the Asia Pacific* 7, n.º 3 (2007): 369-390. doi: 10.1093/irap/lcm015

Ishizuka, Katsumi. “Japan's policy towards UN peacekeeping operation.”, *International Peacekeeping* 12, n.º 1 (2005): 67-86. doi: 10.1080/1353331042000286568

Jervis, Robert. “Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate.” *International Security* 24, n.º 1, Verão, (1999): 42-63 Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2539347>

Kamiya, Mataka. “Nuclear Japan: Oxymoron or coming soon?” *The Washington Quaterly* 26, n.º 1 (2001).

Kapita, Dubhash. “Japan’s Imperatives for Nuclear Weapons.” *SAAG Paper* 487 (2002).

Katsumi Ishizuka Lecturer. “Japan's policy towards UN peacekeeping operations.” *International Peacekeeping* 12, n.º 1, (2005): 67-86. doi: 10.1080/1353331042000286568

Kawasaki, Tsuyoshi. “Postclassical realism and Japanese security policy,” *The Pacific Review* 14, n.º 2 (2001): 221–240.

Keohane, Robert O.. “Institutional Theory and The Realist Challenge After The Cold War” em *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*, editado por David Baldwin, 269-301. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

Keohane, Robert. “Governance in a Partially Globalized World.” *American Political Science Review* 95, n.º 1, Março (2001): 1-13. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/3117625>

Kitaoka, Shinichi. “A New Asian Order and the Role of Japan.” *Asia-Pacific Review* 18, n.º 2 (2011): 1-13. doi: 10.1080/13439006.2011.640579

Köllner, Patrick. “Factionalism in Japanese political parties revisited or How do factions in the LDP and the DPJ differ?.” *Japan Forum* 16, n.º 1 (2004): 87-109. doi:10.1080/0955580032000189348

Krasner, Stephen D.. “*Realism, Imperialism, and Democracy: A Response to Gilbert*” *Political Theory* 20, n.º 1, Fevereiro (1992): 38-52. Acessível em 22/07/2013. www.jstor.org/stable/191778

Kristof, Nicholas. “Japan's Full Story: Inside and Outside of the Cabinet.” *Foreign Affairs* 66, n.º 6, Novembro-Dezembro (1997): 140-145. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/20048282>

Lim, Robyn. “Thinking strategically: Japan after the Cold War.” *Asia-Pacific Review* 5, n.º 2 (1998): 111-129. doi:10.1080/13439009808719982

Masuyama, Mikitaka e Benjamin Nyblade Killan. "Japan: the prime minister and the Japanese Diet." *The Journal of Legislative Studies* 10, n.º 2-3, (2004): 250-262. doi: 10.1080/1357233042000322346

Maull, Hans. "The new civilian powers : Germany and Japan." *Foreign Affairs* 69, n.º 5 (1990): 91-106.

Minor, Michael. "Decision Models and Japanese Foreign Policy Decision." *Asian Survey* 25, n.º 12, Dezembro (1985): 1229-1241. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2644283>

Miyoshi, Akira, "The diet in Japan." *The Journal of Legislative Studies* 4, n.º 4 (1998): 83-102. doi: 10.1080/13572339808420574

Mulgan, Aurelia George. "Japan's Defence Dilemma." *Security Challenges* 12, n.º 2 (2005): 59-72. Acessível em 22/07/2013. <http://securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/vol1no1Mulgan.pdf>

Mulgan, Aurelia George. "Japan's Political Leadership Deficit." *Australian Journal of Political Science* 35, n.º 2, (2000): 183-202. doi: 10.1080/713649327

Mulgan, Aurelia. George. "Why Japan can't lead." *World Policy Journal* 26, n.º 2, Verão (2009): 101-110. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/40468638>

Mulgan, Aurelia. George. "Why Japan still matters." *Asia-Pacific Review* 1, n.º 1 (2005): 104-121. doi: 10.1080/13439000500394162

Nye, Joseph e Robert Keohane. "Transnational relations and the world politics: an introduction." *International Organization* 25, n.º 3, Verão (1971): 329-349. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2706043>

Nye, Joseph e Robert Keohane. "Transnational relations and the world politics: an introduction." *International Organization*, Vol. 25, No. 3, Transnational Relations and World Politics (Summer, 1971), pp. 329-349.

Park, Chang-Gun. "Japan's Policy Stance on East Asian Neo-Regionalism: From Being a "Reluctant", to Becoming a "Proactive" State." *Global Economic Review: Perspectives on East Asian Economies and Industries* 35, n.º 3 (2006): 285-301. doi: 10.1080/12265080600888033

Pekkanen, Saadia M. (2001). "Aggressive Legalism: The Rules of the WTO and Japan's Emerging Trade Strategy." *World Economy*: 707-738. doi: 10.1111/1467-9701.00377

Potter, David e Sudo Sueco. "Japanese Foreign Policy: No Longer Reactive?," *Political Studies Review* 1, n.º 3 (2003): 317-332. doi: 10.1111/1478-9299.t01-2-00002

Renshon, Jonathan. "The theory and practice of Foreign policy decision making." *Political Psychology* 29, n.º 4 (2008): 509-536. doi: 10.1111/j.1467-9221.2008.00647.x

Rosati, Jerel A.. “The power of human cognition in the study of world politics.” *International Studies Review* 2, n.º 3, Outono (2000): 45-75. Acessível em 22/07/2013. www.jstor.org/stable/3186305

Ryu, Yongwook. “The Road to Japan’s “Normalization”: Japan’s Foreign Policy Orientation since the 1990s.” *The Korean Journal of Defense Analysis* 19, n.º 2, Verão (2007): 63–88. doi: 10.1080/10163270709464135

Shinoda, Tomohito, “Ozawa Ichiro as an actor in foreign policy-making.” *Japan Forum* 16, n.º 1 (2004): 37-61.

Singh, Bhubhinder. “Peacekeeping in Japanese security policy: International-domestic contexts interaction.” *European Journal of International Relations* 17, n.º 3, Setembro (2011): 429-451. doi:10.1177/1354066110364422

Stockin, J.A.A.. “Why Japan still matters.” *Japan Forum* 15, n.º 3 (2003): 345-360. doi: 10.1080/0955580032000124745

Takayasu, Kensuke. “Prime-ministerial power in Japan: a re-examination.” *Japan Forum* 17, n.º 2 (2005): 163-184. doi: 10.1080/0955580052000337503

Waltz, Kenneth. “Evaluating theories.” *American Political Science Review* 91 (1997): 913-917. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2952173>

Watanabe, Akio. “Foreign Policy Making, Japanese Style.” *International Affairs* 54, n.º1, Janeiro (1978): 75-88. Acessível em 22/07/2013. <http://www.jstor.org/stable/2615488>

Watanabe, Hirotaka. "Japan's UN Diplomacy: History and Current Issues." *Japan Echo* 32, Special issue (2005). Acessível em 22/07/2013. <http://www.japanecho.com/sum/2005/32sp07.html>

Yoshida, Reiji. "Basics of the U.S. military presence." *Japan Times* 25 de Março (2008): 3. Acessível em 22/07/2013. <http://www.japantimes.co.jp/text/nn20080325i1.html>

WEBSITES:

- Institucionais:

- Instituições japonesas:

Ministry of Defense. "Fundamental Concepts of National Defense." Modificado pela última vez a 27 de Setembro de 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/dp01.html

Ministry of Defense. "Publications." Modificado pela última vez a 27 de Setembro de 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/index.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. "Address by Prime Minister Junichiro Koizumi at the High-Level Plenary Meeting of the Sixtieth Session of the General Assembly of the United Nations." Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/policy/un/assembly2005/state_pm.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Statement by Ambassador Takahiro Shinyo, Deputy Permanent Representative of Japan, at the Security Council Open Debate on Natural Resources and Conflict.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2007/un0706-3.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “About the Ministry.” Modificado pela última vez a 30 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/about/hq/org.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Accompanying Measures pursuant to United Nations Security Council Resolution 1929.” 3 de Setembro, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/iran/measures_unsc_1009.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Achievements as a Member of the Security Council during 2009-2010.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/sc/achivements.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Address by H.e. Mr. Junichiro Koizumi prime minister of Japan at the fifty-ninth session of the general assembly of the united nations.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/adress0409.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Address by Junichiro Koizumi Prime Minister of Japan At the United Nations World Conference on Disaster Reduction.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/conf0501/address-2.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “An Argument for Japan's Becoming Permanent Member.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/policy/q_a/faq5.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Chapter 3: Japan’s foreign policy in major diplomatic fields.” 2003. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2003/chap3-a.pdf>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Cultural Diplomacy and Overseas Public Relations Strategy.” 2005. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2005/ch3-e.pdf>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Current Issues Surrounding UN Peace-keeping Operations and Japanese Perspective.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/issues.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: Chapter 3: Japan’s foreign policy in major diplomatic fields.” 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2006/10.pdf>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: Chapter 3: Japan’s foreign policy in major diplomatic fields.” 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2009/chapter3.pdf>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: Chapter 3: Japan’s foreign policy in major Global issues.” 2011. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2011/pdfs/chapter3_p17_26.pdf

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: Global efforts and the role of Japan.” 1998. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1998/I-c.html>,

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: Reform of the United Nations.” 1996. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1996/I-e.html>,

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: The Role of the United Nations and Japan's Contribution.” 1992. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1992/1992-2-1.htm#4>. The Role,

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: The United Nations and the Role of Japan.” 1997. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1997/I-d.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: The Role of the United Nations.” 1992. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1995/chp1.html#4> a

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Blue book: United Nations.” 2000. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2000/I-d.html>,

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Diplomatic Bluebook.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/index.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Extension of the Anti-Terrorism Special Measures Law: Japan decides to continue to dispatch MSDF vessels to the Indian Ocean in order to support international efforts to fight against terrorism.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/terrorism/measure0510.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Helping the People of Iraq Towards Building a Bright and Peaceful Future, Japan’s Assistance for the Reconstruction of Iraq.”

Modificado pela última vez a 19 de Fevereiro de 2013. Acessível em 22/07/2013.
http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/iraq/issue2003/assistance/pamph0404.pdf

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “International Cooperation - Participation by Japan in United Nations Peace-keeping Operations.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.mofa.go.jp/policy/economy/apec/1995/issue/info9.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan and the United Nations.” Modificado pela última vez a 5 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.mofa.go.jp/policy/un/index.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan and the United Nations Security Council.” Modificado pela última vez a 3 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.mofa.go.jp/policy/un/sc/index.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan’s Assistance in Afghanistan: Towards Self-Reliance.” Março, 2013. Acessível em 22/07/2013.
http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/afghanistan/pdfs/japan_assistance.pdf

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan’s Contribution to Afghanistan: Working on the frontline in the war on terrorism.” Março, 2007. Acessível em 22/07/2013.
http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/afghanistan/pamph0703.pdf

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan’s Contribution to Afghanistan, Working on the frontline in the war on terrorism.” Modificado pela última vez a 19 de Fevereiro de 2013. Acessível em 22/07/2013.
http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/afghanistan/pamph0703.pdf

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan’s Disarmament and Non-Proliferation Policy.” Modificado pela última vez a 19 de Fevereiro de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/policy/pdfs/pamph1103.pdf>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan-Russia Foreign Ministers' Meeting. Overview results.” 31 de Maio, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/meet0505.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan's Approaches to Non-Proliferation.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/approach0209.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan's Contribution to UN Peacekeeping Operations.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/pamph2005.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan's Disarmament and Non-Proliferation Policy.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/policy/pamph0404.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan's Efforts based on Anti-Terrorism Special Measures Law.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/terrorism/effort0510.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan's National Statement at the Washington Nuclear Security Summit.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013.

http://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/arms/nuclear_security/2010/national_statement.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan's Seamless Efforts for Peacebuilding: One of Japan's Key Diplomatic Initiatives.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/jfpu/2011/12/1228-02.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Japan's Share of Assessed Contribution to the United Nations (UN).” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/policy/q_a/faq4.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Joint Statement of the Third Mekong - Japan Summit.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/mekong/summit03/joint_statement.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Organization Chart.” Modificado pela última vez a 30 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/about/hq/chart.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Overview of Japan's International Counter-Terrorism Cooperation.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/policy/terrorism/intl_coop.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Press Conference by Minister for Foreign Affairs Koichiro Gamba, January 27, 2012.” Modificado pela última vez a 12 de Março de

2013. Acessível em 22/07/2013.
http://www.mofa.go.jp/announce/fm_press/2012/1/0127_01.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Secondment of a Japan's Foreign Ministry Official as the Chief of Staff in the United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA).” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2007/3/0301.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Statement by H.E. Mr. Junichiro Koizumi Prime Minister of Japan at the fifty-seventh session of the General Assembly of the United Nations.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/pm-s0913.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Statement by H.E. Mr. Shinichi Kitaoka deputy permanent representative of Japan at the public meeting of the Security Council on counter-terrorism-related activities.” 26 de Outubro, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2005/un0510-8.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Statement by h.e. Mr. Shinichi Kitaoka deputy permanent representative of Japan at the public meeting of the security council on counter-terrorism-related activities.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2005/un0510-8.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Statement by Mr. Katsuya Okada, Minister for Foreign Affairs, on the Adoption of United Nations Security Council Resolution 1929 concerning Iran’s Nuclear Issue.” 10 de Junho, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2010/6/0610_02.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. “Statement by Mr. Koichiro Gemba, Minister for Foreign Affairs, on the Issuance of a Statement by the President of the United Nations

Security Council regarding North Korea's Launch of the Missile, which it calls a "Satellite." Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2012/4/0416_01.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. "Statement by Mr. Taro Aso, Minister for Foreign Affairs, on the Adoption of the United Nations Security Council Resolution 1737 concerning Iran's Nuclear Issue." 24 de Dezembro, 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2006/12/1224.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. "Statement by Mr. Taro Aso, Minister for Foreign Affairs, on the Adoption of the United Nations Security Council Resolution concerning Iran's Nuclear Issue." 26 de Março, 2006. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2007/3/1172928_822.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. "The Issue of Iraq, Japan's Assistance Measures." Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/iraq/issue2003/assistance/index.html

Ministry of Foreign Affairs of Japan. "The UN in the 21st Century: Time to Address New Challenges." Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/reform/address0410.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan. "United Nations Reform: Priority Issues for Japan." Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/policy/un/reform/priority.html>

Ministry of Foreign Affairs of Japan." Statement by H.E. Ambassador Kenzo Oshima, Permanent Representative of Japan at the meeting of the general assembly on item 53: question of equitable representation on and increase in the membership of the security

council and related matters.” Modificado pela última vez a 12 de Março de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2005/un0507-4.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations, “Organization and goals,” Modificado pela última vez a 21 de Março, 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/aboutus/organization.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Handbook on the Working Methods of the Security Council.” Modificado pela última vez a 19 de Fevereiro de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/jp/handbook.pdf>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Poverty and development.” Modificado pela última vez a 23 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/topics.en/development.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Security council.” Modificado pela última vez a 19 de Fevereiro de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.un.emb-japan.go.jp/topics.en/security_council.htm

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Statement by H.E. Mr. Kazuo Kodama Chargé d’affaires a.i. Deputy Permanent Representative of Japan to the United Nations at the Open Debate of the Security Council on ”Implementation of the note by the President of the Security Council” (S/2010/507), 30 November 2011.” Modificado pela última vez a 23 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/statements/kodama113011.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Statement by H.E. Mr. Kazuo Kodama Deputy Permanent Representative of Japan to the United Nations At the 66th Session of the General Assembly of the United Nations On Agenda Item 121: Revitalization of the work of the General Assembly, 1 December 2011.” Modificado pela última vez a 23 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/statements/kodama120111.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Statement by H.E. Mr. Tsuneo Nishida Permanent Representative of Japan to the United Nations at the Intergovernmental Negotiations on Security Council Reform February 21 2012.” Modificado pela última vez a 23 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/statements/nishida022112.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Statement by H.E. Mr. Tsuneo Nishida Permanent Representative of Japan to the United Nations At the Debate of the General Assembly On Agenda Item 30: Report of the Security Council 8 November 2011.” Modificado pela última vez a 23 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/statements/nishida110811.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Statement by Mr. Takahiro Nakamae Minister, Permanent Mission of Japan to the United Nations At the First Meeting of the Ad Hoc Working Group on the Revitalization of the General Assembly, 27 March 2012.” Modificado pela última vez a 23 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.emb-japan.go.jp/statements/nakamae032712.html>

Permanent Mission of Japan to the United Nations. “Statements regarding Security Council.” Modificado pela última vez a 23 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.un.emb-japan.go.jp/statements/security_council.htm

Permanent Representative of Japan to the United Nations. “Letter dated 4 July 2006 from the Permanent Representative of Japan to the United Nations addressed to the President of the Security Council.” 4 de Julho, 2006. Acessível em 22/07/2013. http://www.un.org/en/sc/repertoire/2004-2007/Chapter%208/Asia/04-07_8_Letter%204%20July%202006%20from%20Japan.pdf

Prime Minister Noda’s blog. Modificado pela última vez a 4 de Janeiro de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://nodasblog.kantei.go.jp/>

Prime Minister of Japan and His Cabinet. “Previous Cabinets (Since 1996).” Modificado pela última vez a 7 de Março, 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.kantei.go.jp/foreign/archives_e.html

Prime Minister of Japan and His Cabinet. “Statement by the Prime Minister of Japan, 25 May 2009.” Modificado pela última vez a 25 de Maio de 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.kantei.go.jp/foreign/asospeech/2009/05/25seimei_e.html

Prime Minister of Japan and His Cabinet. “The Constitution of Japan.” 3 de Novembro, 1946. Acessível em 22/07/2013. http://www.kantei.go.jp/foreign/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html

Secretariat of the International Peace Cooperation Headquarters. “Cabinet Office “Interim Report of the Study Group on Japan's Engagement in UN Peacekeeping Operations.” Modificado pela última vez a 15 de Julho de 2011. Acessível em 22/07/2013. http://www.pko.go.jp/PKO_E/info/pdf/20110711_report.pdf

Secretariat of the International Peace Cooperation Headquarters. “UN Peacekeeping Operations.” Modificado pela última vez a 20 de Janeiro de 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.pko.go.jp/PKO_E/operations/pko.html

Secretariat of the International Peace Cooperation Headquarters. “List of Japan's Past and Current International Peace Cooperation.” Modificado pela última vez a 11 de Setembro de 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.pko.go.jp/PKO_E/result/years.html

- Nações Unidas

“Japan’s International Peace Cooperation as of March 16th.” 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.pko.go.jp/PKO_E/result/pdf/achievements.pdf

“Statement by the DPRK on the Security Council Reform, March 2010.” Modificado pela última vez a 17 de Maio de 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.humanrightsvoices.org/assets/attachments/documents/8510DPRK_SCReformStmt_4March10.pdf

“UNHCR Appreciates Japan’s Financial Contribution for Refugees and Internally Displaced Persons under its 2011 Supplementary Budget.” Modificado pela última vez a 30 de Março de 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/pr120330-E.pdf>

Browne, Marjorie Ann e Luisa Blanchfield. “United Nations Regular Budget Contributions: Members Compared, 1989-2008”. 22 de Janeiro, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.policyarchive.org/handle/10207/bitstreams/19526.pdf>

General Assembly of United Nations, Administrative and budgetary- fifth committee. “Background Resources.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.org/en/ga/fifth/pkofinancing.shtml>

Secretary General, “Top Ten Providers of Assessed Contributions to United Nations Budgets and of Voluntary Contributions to United Nations Funds, Programmes and Agencies, including the standing Peacebuilding Fund.” Modificado pela última vez a 6 de Fevereiro de 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.org/ga/president/60/summitfollowup/060202sgb.pdf>

Security Council Department of Public Information. “In presidential statement, security council urges Democratic People’s Republic of Korea not to carry out nuclear test.” 6 de Outubro, 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sc8849.doc.htm>

Security Council Report. “About the UN Security Council.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.securitycouncilreport.org/about-the-un-security-council.php>

Security Council Report. “Update Report No. 4: Reduced Security Council Decision Making in 2009: A Year of Decline or Are the Statistics Misleading?.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.securitycouncilreport.org/update-report/lookup-c-glKWLeMTIsG-b-5761801.php>

Security Council, department of public information, news and media division. “Background note, United Nations Peacekeeping.” Modificado pela última vez a 6 de

Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/backgroundnote.pdf>

Security Council, department of public information, news and media division. “security council condemns nuclear test by Democratic People’s Republic of Korea.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sc8853.doc.htm>

Takasu, Yukio. “The United Nations Financial Situation.” 10 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013.
http://www.un.org/en/ga/fifth/67/Statements/132_Financial%20Situation/C5_67_2r_ST_Item_132_Improving%20the%20Financial%20Situation_USG_DM.pdf

The President of the General Assembly. “Top Ten Contributors of Military Troops and Police Personnel to UN operations based on monthly averages over a three year period.” Modificado pela última vez a 11 de Julho de 2011. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/PBC%20TroopFinancialContributorLists%20Feb06.pdf>

United Nations Department of Peacekeeping Operations in cooperation with the United Nations Department of Public Information. “United Nations Peacekeeping, Fact Sheet.” Modificado pela última vez a 27 de Maio de 2008. Acessível em 22/07/2013.
http://www.unis.unvienna.org/pdf/peacekeeping_background.pdf

United Nations General Assembly. “2005 World Summit Outcome.” 24 de Outubro, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/60/PDF/N0548760.pdf?OpenElement>

United Nations General Assembly. “Note by Secretary-General – Follow up to the outcome of the Millennium Summit.” 2 de Dezembro, 2004. Acessível em 22/07/2013.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/602/31/PDF/N0460231.pdf?OpenElement>

United Nations General Assembly. “Renewed determination towards the total elimination of nuclear weapons.” 6 de Janeiro, 2006. Acessível em 22/07/2013.
[https://gafc-vote.un.org/UNODA/vote.nsf/91a5e1195dc97a630525656f005b8adf/f6333bc9c37f5c4f852570a1004a2480/\\$FILE/60-65.pdf](https://gafc-vote.un.org/UNODA/vote.nsf/91a5e1195dc97a630525656f005b8adf/f6333bc9c37f5c4f852570a1004a2480/$FILE/60-65.pdf)

United Nations General Assembly. “Report of the Secretary General on the apportionment of the expenses of United Nations peacekeeping operations (A/64/220), September 2009.” Modificado pela última vez a 22 de Dezembro de 2009. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.humanrightsvoices.org/assets/attachments/documents/N0943874.pdf>

United Nations News Center, “Ban Ki-moon welcomes Japanese contribution to UN Headquarters renovation.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=25671&Cr=capital&Cr1=plan>

United Nations Peacekeeping “List of peacekeeping operations , 1948 – 2013.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf>

United Nations Peacekeeping. “Financing peacekeeping.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml>

United Nations Peacekeeping. “Peacekeeping Fact Sheet archive.” Modificado pela última vez a 6 de Fevereiro de 2006. Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet_archive.shtml

United Nations Peacekeeping. “Troop and police contributors archive (1990 - 2012).” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml

United Nations Secretariat. “Status of contributions as at 31 December 2008”. 31 de Dezembro, 2008. Acessível em 22/07/2013.
http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/761

United Nations Secretariat. “Status of contributions as at 31 December 2009”. 31 de Dezembro, 2009. Acessível em 22/07/2013.
http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/796

United Nations Secretariat. “Status of contributions as at 31 December 2010”. 31 de Dezembro, 2010. Acessível em 22/07/2013.
http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/828

United Nations, Committee of contributions. “Regular budget and Working Capital Fund.” Modificado pela última vez a 14 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013.
<http://www.un.org/en/ga/contributions/budget.shtml>

United Nations. “2005 World Summit outcome.” Modificado pela última vez a 16 de Dezembro de 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.un.org/summit2005/presskit/fact_sheet.pdf

Média:

“Barack Obama says Asia-Pacific is 'top US priority'.” *BBC News*, 17 de Novembro, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-15715446>

“Brazil, Germany, India and Japan: statement on Security Council reform.” South Africa Foreign Policy Initiative. 16 de Março, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.safpi.org/news/article/2012/brazil-germany-india-and-japan-statement-security-council-reform>

“DPJ Foreign Policy: Toward Security Dialogue with Asia.” *The Asahi Shimbun*. 23 de Agosto, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.asahi.com/shimbun/aan/english/hatsu/eng_hatsu100823.html

“Generational warfare.” *The Economist*. 28 de Janeiro, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.economist.com/node/21543544?fsrc=scn/fb/wl/ar/generationalwarfare>

“Japan Drops Its Symbolic Ceiling On Defense Spending.” *Philly*. December 31, 1986. Acessível em 22/07/2013. http://articles.philly.com/1986-12-31/news/26070432_1_defense-budget-postwar-peace-constitution-secretary-masaharu-gotoda

“Japan gives green light to limited arms exports.” *The Asahi Shimbun*. December 27, 2011. Acessível em 22/07/2013. http://ajw.asahi.com/article/behind_news/politics/AJ201112270053

“Japan to announce new sanctions after Security Council fails to agree.” *France 24*. 6 de Maio, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.france24.com/en/20090406-japan-announce-new-sanctions-after-security-council-fails-agree->

“Japan, the Middle Power. Why it's acting like smaller states.” *The Daily Beast*. 2 de Outubro, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.thedailybeast.com/newsweek/2009/10/02/japan-the-middle-power.html>

“Japan’s diversifying international peace cooperation.” *Highlighting Japan*. Maio, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.gov-online.go.jp/pdf/hlj_ar/vol_0022e/16-17.pdf

"Japanese Government (Monbukagakusho: MEXT)," *JASSO*, SD. Acessível em 22/07/2013. www.jasso.go.jp/study_j/documents/scholarships0803_e.pdf

“Japanese PM Yukio Hatoyama resigns amid Okinawa row.” *BBC News*, 2 de Junho de 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/10211314>

“Japanese PM Yukio Hatoyama resigns amid Okinawa row.” *BBC news*. 2 de Junho, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/10211314>

“Japan-Russia row escalates over disputed Kurils islands.” *BBC News*, 7 de Fevereiro, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-12379331>,

“Japan's upper-house election results, A bad night for the DPJ.” *The Economist*. 12 de Julho, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.economist.com/blogs/banyan/2010/07/japans_upper-house_election_results

“LDP and DPJ compete to remove Article 9.” *Japan Press Weekly*. 10 de Junho, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.japan-press.co.jp/modules/news/index.php?id=2575>

“Map: Japan's Self-Defense Forces Deployments.” *Wide angle*. 8 de Julho, 2008. Acessível em 22/07/2013. <http://www.pbs.org/wnet/wideangle/episodes/japans-about-face/map-japans-self-defense-forces-deployments/1275/>

“Naoto Kan, Ex-Prime Minister: Japan Was Unprepared for Fukushima Nuclear Crisis.” *Huffington Post*, 8 de Março, 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.huffingtonpost.com/2012/03/08/naoto-kan-fukushima_n_1330525.html

“Noda team moves swiftly to curtail Senkaku controversy.” *Asahi Shimbun*, 17 de Agosto, 2012. Acessível em 22/07/2013. http://ajw.asahi.com/article/behind_news/politics/AJ201208170043

“North Korea ‘keen’ for six-party nuclear talks.” *BBC News*. 1 de Agosto, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-14361567>

“Satellite image shows North Korea rocket activity.” *News.com.au*. 30 de Março, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.news.com.au/world-old/satellite-image-shows-n-korea-rocket-activity/story-e6frfkyi-1226314397852>

“Strained relations between Japan and South Korea: Lame ducks and flying feathers.” *The Economist*. 8 de Setembro, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.economist.com/node/21562239>

“The Northeast Asia Cooperation Dialogue,” *IGCC*, Acessível em 22/07/2013, <http://igcc.ucsd.edu/policy/track-ii-forums/neacd.htm>

“Treaty of Peace with Japan,” 1951. Acessível em 22/07/2013. <http://www.taiwandocuments.org/sanfrancisco01.htm>

“UN Security Council Passes Resolution Condemning North Korea.” *Foreign Press Center Japan*. July 17, 2006. Acessível em 22/07/2013. http://fpcc.jp/old/e/mres/japanbrief/jb_649.html

Acheson, Chris. “Japan after Kan: Implications for the DPJ’s Political Future. An Interview with Richard J. Samuels.” *The National Bureau of Asian Research*. 19 de Agosto, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.nbr.org/research/activity.aspx?id=168>

Bartleby, J.. “G4 Reforming UN: Japan, India, Germany, and Brazil on the Security Council?” *Yahoo voice*. 27 de Abril, 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://voices.yahoo.com/g4-reforming-un-japan-india-germany-brazil-on-33722.html>

Brooke, James. “Japan to Cut Its Financial Support to U.N.” *The New York Times*. 21 de Janeiro, 2003. Acessível em 22/07/2013. http://www.nytimes.com/2003/01/21/international/21CND_JAPA.html

Cooper, Helene, Michael Wines e David Sanger. “China’s Role as Lender Alters Obama’s Visit.” *The New York Times*, 14 de Novembro, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.nytimes.com/2009/11/15/world/asia/15china.html>

Curtin, J. Sean. “Japan's Quest for a Permanent UN Security Council Seat: Part One – Japan's UNSC bid builds up momentum.” *Glocom*, 27 de Maio, 2005. Acessível em 22/07/2013.

http://www.glocom.org/special_topics/social_trends/20050527_trends_s110/

Demetriou, Danielle. “United States agrees to move 9,000 soldiers out of Japan.” *The telegraph*, 27 de Abril, 2012. Acessível em 22/07/2013.

<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/japan/9230482/United-States-agrees-to-move-9000-soldiers-out-of-Japan.html>

Ditz, Jason. “Gates: US Needs Troops in Japan ‘Long-Term’ to Target China, North Korea.” *Anti-War*, 14 de Janeiro, 2011. Acessível em 22/07/2013.

<http://news.antiwar.com/2011/01/14/gates-us-needs-troops-in-japan-long-term-to-target-china-north-korea/>

Harris, Tobias. “The DPJ will bring the ships home — and open Japan’s economy to the US?” *East Asian Forum*. 3 de Agosto, 2009. Acessível em 22/07/2013.

<http://www.eastasiaforum.org/2009/08/03/the-dpj-will-bring-the-ships-home-and-open-japans-economy-to-the-us/>

Hillary Clinton. “America’s Pacific Century.” *Foreign Policy*, Novembro, 2011. Acessível em 22/07/2013.

http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century

Jimbo, Ken. "Japan, and ASEAN's maritime security infrastructure." *East Asian Forum*. 3 de Junho, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.eastasiaforum.org/2012/06/03/japan-and-asean-s-maritime-security-infrastructure/>

Kawasaki, Akira. "Japan's Military Spending at a Crossroads." *Forum Policy in Focus*. 10 de Maio, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.fpif.org/articles/japans_military_spending_at_a_crossroads

Kim, Jack. "South Korea concerned about China-Japan row on history." *Infowars*, 19 de Abril, 2005. Acessível em 22/07/2013. http://www.infowars.com/articles/world/sk_concerned_about_china_japan_row.htm

Lee Chyen Yee. "China tops U.S, Japan to become top patent filer." *Reuters*, 21 de Dezembro, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.reuters.com/article/2011/12/21/us-china-patents-idUSTRE7BK0LQ20111221>

MacAskill, Ewen e Jonathan Watts. "Japan bans all trade with North Korea." *The Guardian*. 12 de Outubro de 2006. Acessível em 22/07/2013. <http://www.guardian.co.uk/world/2006/oct/12/japan.northkorea1>

Oi, Mariko. "Japan's contradictory military might." *BBC News*, 15 de Março, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-17175834>

Pan, Philip P.. “Chinese step up criticism of Japan.” *Washington Post*, 13 de Abril, 2005. Acessível em 22/07/2013. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A47122-2005Apr12.html>

Panda, Rajaram Panda. “Hatoyama Battles to Wrest Control Power from the Bureaucrats.” *Institute for Defence Studies and Analyses*. 2 de Março, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.idsa.in/idsacomments/HatoyamaBattlestoWrestControlPowerfromtheBureaucrats_rpanda_020310

Penn, Michael. “Japan's Persian Gulf Policies in the Koizumi Era.” *Forum Policy in Focus*. 29 de Junho, 2006. Acessível em 22/07/2013. http://www.fpif.org/articles/japans_persian_gulf_policies_in_the_koizumi_era

Rozman, Gilbert. “Japan’s North Korea Initiative and U.S.-Japanese Relations.” *Foreign Policy Research Institute*. 2003. Acessível em 22/07/2013. <http://www.fpri.org/orbis/4703/rozman.japannk.html>

Slavin, Eric. “Obama wants stronger U.N. role for Japan, calls for modernized U.S.-Japan alliance.” *Stars and Stripes*. 13 de Novembro, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.stripes.com/news/pacific/obama-wants-stronger-u-n-role-for-japan-calls-for-modernized-u-s-japan-alliance-1.125336>

Soeya, Yoshihide. “DPJ’s foreign policy raises hopes ... and worries.” *East Asian Forum*. 18 de Novembro, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.eastasiaforum.org/2009/11/18/dpjs-foreign-policy-raises-hopes-and-worries/>

Tabuchi, Hiroko. "Tokyo Rally Is Biggest Yet to Oppose Nuclear Plan." *The New York Times*, 16 de Julho, 2012. Acessível em 22/07/2013. http://www.nytimes.com/2012/07/17/world/asia/thousands-gather-in-tokyo-to-protest-nuclear-restart.html?_r=0

Tanaka, Hitoshi. "The US-Japan alliance: beyond Futenma." *East Asian Forum*. 16 de Fevereiro, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.eastasiaforum.org/2010/02/16/the-us-japan-alliance-beyond-futenma/>

Townshend, Charles. "The League of Nations and the United Nations." *BBC History*. 17 de Fevereiro, 2011. Acessível em 22/07/2013. http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwone/league_nations_01.shtml

Tudor, Alison e Yuka Hayashi. "Japan's Next Leader Targets Bureaucracy." *The Wall Street Journal*. 9 de Setembro, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://online.wsj.com/article/SB125172834506272601.html>

Weinberg, Neil. "The Front Line." *Forbes*. 19 de Outubro, 2005. Acessível em 22/07/2013. http://www.forbes.com/home/free_forbes/2005/0919/154.html

Vídeos:

C-Span. "UN SC Nuc. Disarm – Japan." *Youtube*. 24 de Setembro, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.youtube.com/watch?v=zm6fo84GJNg>

Hardacre, Helen. "Japan's Response to North Korea Aggression." *Daily Motion*. 8 de Julho, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.dailymotion.com/video/x9t61j_japan-s-un-ambassador-argues-for-se_news

Hardacre, Helen. "Revising Japan's Constitution." *Daily Motion*. 7 de Julho, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.dailymotion.com/video/x9t61j_japan-s-un-ambassador-argues-for-se_news

NTDTV, "Japan Imposes Export Ban to North Korea." *Youtube*. 17 de Junho, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.youtube.com/watch?v=5L_bBQHEvlw

Patrick, Stewart. "UN Security Council Reform: Is it Time?" *Youtube*. 11 de Janeiro, 2012. Acessível em 22/07/2013. <http://www.youtube.com/watch?v=25nHLC6UbD8>

Roseblum, Michael e Michael Green. "North Korea on the Brink" *Daily Motion*. 7 de Julho, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.dailymotion.com/video/x9t61j_japan-s-un-ambassador-argues-for-se_news

Takasu, Yukio. "Japan hopes for U.N. unity." *Daily Motion*. 6 de Maio, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.dailymotion.com/video/x8w2yj_japan-hopes-for-u-n-unity_news#.UbwU9PITD3U

Takasu, Yukio. "Japan's UN Ambassador Argues for Security Council Reform." *Daily Motion*. 8 de Julho, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.dailymotion.com/video/x9t61j_japan-s-un-ambassador-argues-for-se_news

Temple University Japan. "Public Lecture: Rethinking Japanese Public Opinion and Security." *Youtube*. 10 de Outubro, 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://www.youtube.com/watch?v=jb0XA0NRODA>

United Nations Webcast. “Japan's UN ambassador: North Korea missile test.” *Youtube*. 5 de Maio, 2009. Acessível em 22/07/2013. http://www.youtube.com/watch?v=BXQF3and6_Q

United Nations Webcast. “Japan Ambassador: DPR Korea nuclear test: UN security council.” *Youtube*. 25 de Maio, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.youtube.com/watch?v=8fgZdxjTWUw>

UNTV. “Amb. Yukio Takasu, of Japan - UN. Security Council President.” *Youtube*. 5 de Maio, 2010. Acessível em 22/07/2013. http://www.youtube.com/watch?v=ol5-n_TRoOU

UNTV. “The General Assembly debates expansion and reform of the Security Council.” *Youtube*. 12 de Novembro, 2009. Acessível em 22/07/2013. <http://www.youtube.com/watch?v=D3qKFGWDjrl>

US Military. “Japan helps out Afghanistan.” *Youtube*, 4 de Dezembro, 2011. Acessível em 22/07/2013. <http://www.youtube.com/watch?v=pt-Jaca88Lo>

Outros:

Embassy of the USA in Japan. “Chronology of U.S.-Japan Relations.” Modificado pela última vez a 21 de Outubro de 2010. Acessível em 22/07/2013. <http://aboutusa.japan.usembassy.gov/e/jusa-usj-chronology.html>

Index Mundi, “China – military expenditure,” Modificado pela última vez a 17 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://www.indexmundi.com/facts/china/military-expenditure>

Permanent Mission of Italy to the United Nations. “Security Council Reform.” Modificado pela última vez a 18 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.italyun.esteri.it/NR/rdonlyres/C37FC89F-8132-4CA8-A2F9-149515B37BD1/0/2009_04_17screform.pdf

Schriver, Randall e Isabella Mroczkowski. “Japan’s Global Engagement: A Mapping Study of Japan’s Global Role and International Contributions.” Project 2049 Institute. Abril 2012. Acessível em 22/07/2013. http://project2049.net/documents/japan_global_engagement_2012.pdf

Shangai Ranking, “Academic Ranking of World Universities – 2011,” Acessível em 22/07/2013. <http://www.shanghairanking.com/Country2011Main.jsp?param=Japan>

The World Bank. “Military Expenditure (% GDP).” Modificado pela última vez a 17 de Junho de 2013. Acessível em 22/07/2013. <http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS/countries/1W-JP?page=2&display=default>

WIPO. “World Intellectual Property Indicators.” Modificado pela última vez a 15 de Maio de 2013. Acessível em 22/07/2013. http://www.wipo.int/export/sites/www/freepublications/en/intproperty/941/wipo_pub_941_2011.pdf.